

Termo de Referência 53/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
53/2024	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	SHALOMY REGINA COUTO SOARES	10/12/2024 08:19 (v 12.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25389.000163 /2024-91

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - PREGÃO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

(Processo Administrativo nº 25389.000163/2024-91)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas de Telecomunicações e CFTV da Fiocruz, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL (BIANUAL)
1	Prestação de Serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas de Telecomunicações e CFTV da Fiocruz, com fornecimento de peças	22977	MENSAL	1	R\$ 4.474.477,08	R\$ 8.948.954,15

1.2. Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa abaixo:

1.2.1. Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns devido à natureza padronizada e amplamente reconhecida das atividades envolvidas. Os serviços de manutenção de sistemas de telecomunicações, CFTV e infraestruturas relacionadas são práticas consolidadas no mercado, com procedimentos, técnicas e requisitos bem definidos.

1.2.2. As atividades incluídas, como instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e serviços sob demanda, seguem normas técnicas específicas e são realizadas de forma regular e sistemática por diversas empresas especializadas. Essas características permitem a comparação de propostas com base em especificações técnicas e comerciais padronizadas, facilitando a competição e a transparência no processo licitatório.

1.2.3. Além disso, a utilização de materiais e equipamentos também segue padrões de qualidade e compatibilidade definidos, o que reforça o caráter comum dos serviços. Essa padronização assegura que as soluções oferecidas atendam aos requisitos mínimos de desempenho e segurança, independentemente do fornecedor.

1.2.4. Portanto, a contratação de serviços de manutenção para sistemas de telecomunicações e CFTV, conforme descrito neste Termo de Referência, se caracteriza como serviços comuns, sendo passível de contratação por meio de processos licitatórios baseados em critérios objetivos e padronizados.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade permanente, cuja interrupção geraria significativos impactos às atividades da FIOCRUZ, sendo a vigência plurianual mais vantajosa permitindo um planejamento eficaz e estabilidade para ambas as partes, estabelecendo condições claras e estáveis ao longo do contrato.

1.4. O objeto da licitação caracteriza-se como serviço contínuo com dedicação de mão de obra exclusiva. Esta escolha é necessária para alinhar-se às novas diretrizes de inovações tecnológicas da instituição, que envolvem a transferência dos serviços de Telecomunicações para a rede de dados (Telefonia IP). Com isso, haverá uma significativa demanda para a implantação de redes de cabeamento estruturado e óptico. A mão de obra prevista neste contrato será capacitada para atender essa demanda, eliminando a necessidade de novas contratações de empresas para a execução de serviços de construção de cabeamento estruturado.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice I deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 23/2024

II) Data de Publicação no PNCP: 26/04/2024

III) ID do Item no PC: 317/2024

IV) Classe/Grupo: 873/22977

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice I deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços, disponibilizar materiais, ferramentas e equipamentos seguindo as normas vigentes (Federal, Estadual, Municipal e normas internas à Fiocruz) quanto à manipulação e descarte de qualquer material utilizado para a execução da manutenção.

4.1.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços sem nenhum impacto ao meio-ambiente, respeitando sempre todas as normas e procedimentos vigentes sobre o assunto.

4.1.3. Todos os materiais/ ferramentas a serem utilizados devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT, além de ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.4. Todos os materiais a serem utilizados devem, quando cabível, ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.5. A CONTRATADA deverá, no que cabível, usar produtos e objetos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes, substituindo-as, sempre que possível, por outras atóxicas ou de menor toxicidade; adotar medidas e instruir seus empregados para que, durante o desenvolvimento das ações de manutenção, estejam atentos ao consumo e desperdício de energia elétrica e de água, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003 e legislações posteriores; adotar medidas e instruir seus empregados a reduzirem a produção de resíduos sólidos da construção civil, observado sempre as normas ambientais vigentes.

4.1.6. As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da prestadora de serviço, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008.

4.1.7. O serviço deverá ser realizado gerando o menor volume de resíduos possível.

4.1.8. É obrigatório que a CONTRATADA tenha conhecimentos ambientais e cumpra a legislação ambiental local vigente, apresentando todas as documentações pertinentes.

4.1.9. Os materiais a serem descartados, deverão ser encaminhados para o Departamento de Meio Ambiente da Fiocruz, e quando este não puder o fazer, informará como deverá ser feito.

4.1.10. Os materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA deverão, quando possível, possuir o selo “ROHS” de proteção ao meio ambiente.

Indicação de marcas ou modelos (*Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021*)

4.2. Na presente contratação, será admitida a indicação dos produtos do fabricante Furukawa. A escolha deste fabricante se deve à compatibilidade com o parque de TI já existente na Fiocruz e a reconhecida qualidade dos produtos.

4.2.1. A marca mencionada deve ser priorizada, mas não exclusiva, permitindo a consideração de outras marcas que atendam aos requisitos de qualidade e compatibilidade.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. 25389.000280/2021-11, a Administração não aceitará quaisquer itens, materiais ou peças de reposição, que não possuam registro e certificação nas seguintes entidades aferidoras:

- ANSI/TIA-568-.2-D;
- ISSO/IEC 11801;
- ABNT NBR 17703, NBR 14705, NBR 14565;
- Rohs Compliant;
- Certificado ETL;
- Anatel.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato. Dessa forma, garantimos que o fabricante manterá seu apoio técnico, logístico e de qualidade ao longo da vigência do contrato, oferecendo uma segurança adicional ao comprador.

Subcontratação

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, apenas para os serviços descritos e condições abaixo:

4.5.1. Serviços de fibra óptica como fusão, medição e certificação;

4.5.2. Desobstrução de trechos de rede subterrânea;

4.5.3. Certificação de pontos de cabeamento estruturado;

4.5.4. Adicionalmente, é permitida a subcontratação para serviços de telecomunicações não previstos especificamente no Termo de Referência que eventualmente sejam necessários, desde que esses serviços sejam necessários para a manutenção e operação eficiente dos sistemas de telecomunicações e CFTV da Fiocruz. Esses serviços deverão ser previamente aprovados pela fiscalização do contrato e atender aos mesmos padrões de qualidade e compatibilidade exigidos para os serviços descritos.

4.5.5. A CONTRATADA será comunicada pelo fiscal do contrato sobre a realização dos serviços, e terá o prazo de 48 horas, a partir da comunicação, para disponibilizar os serviços.

4.5.6. A CONTRATADA deverá comprovar que a(s) SUBCONTRATADA(s) possui(em), no mínimo, capacidade técnica exigida para executar cada tipo de serviço.

4.5.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5.8. Sem prejuízo das demais responsabilidades, a CONTRATADA deverá se comprometer a não subcontratar empresas prestadoras de serviços que: sejam inidôneas; desrespeitem as garantias legais dos trabalhadores; utilizem mão de obra infante-juvenil; façam uso de mão de obra escrava ou análoga à escravidão e; que não adotem práticas sustentáveis em seus negócios.

4.5.9. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5.10. A subcontratação não autorizada, efetivada além dos limites fixados nesse documento ou ocorrida sem o consentimento prévio da Administração, implica na imposição das penalidades administrativas previstas no instrumento contratual.

4.5.11. De acordo com o estabelecido acima, a Fiocruz poderá em qualquer momento inspecionar, monitorar os trabalhos subcontratados, e o cumprimento de suas obrigações.

4.5.12. Os serviços executados pela subcontratada devem cumprir os mesmos padrões de qualidade exigidos no contrato principal e seguir rigorosamente todas as normas técnicas aplicáveis (NBR).

4.5.13. A CONTRATADA fica obrigada a enviar à Fiocruz toda a informação que lhe seja solicitada de suas SUBCONTRATADAS (documentos, relatórios, livros de ocorrências, livre acesso às instalações etc.).

4.5.14. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais subcontratados estejam devidamente uniformizados, identificados e portando todos os EPI's necessários à realização de suas atividades.

4.5.15. A CONTRATADA principal deverá informar minimamente à fiscalização o nome da empresa subcontratada, seu CNPJ, o nome completo dos colaboradores que acessarão as dependências da FIOCRUZ, o serviço que será realizado, data de realização e unidade.

4.5.16. Carta de encaminhamento de crachás; Crachás assinados pela empresa (Na Logo da empresa deverá conter o nome da SUBCONTRATADA a SERVIÇO da CONTRATADA).

4.5.17. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.6. A CONTRATADA é integralmente responsável pelo serviço executado pela subcontratada, arcando com todos os custos em caso de não aceite pela fiscalização.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de 5% e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.9. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.10. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.12. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 14 horas.

4.13. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14.1. Para a realização da vistoria os interessados deverão, previamente, agendar a visita pelos e-mails telecom-cem.cogic@fiocruz.br e telecom@fiocruz.br;

4.15. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.16. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Consórcio

4.17. Será permitida a participação de licitantes em regime de consórcio, na seguinte forma:

4.17.1. As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o ÓRGÃO LICITANTE pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo.

4.17.1.1. O compromisso de constituição do consórcio, deverá ser apresentado por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio.

4.17.1.2. É obrigatória a constituição e o registro do consórcio na Junta Comercial antes da celebração do contrato.

4.17.2. No consórcio de que participem empresas estrangeiras e brasileiras, a empresa líder deverá ser sempre brasileira.

4.17.3. Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

4.17.3.1. As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo.

4.17.4. As empresas consorciadas não poderão participar isoladamente da licitação, nem em qualquer outro consórcio.

4.17.5. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

4.17.6. Os consorciados deverão apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas.

4.17.6.1. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas do Edital.

4.17.6.1.1. As empresas consorciadas responderão, solidariamente, pelos atos praticados pelo consórcio em que se constituírem, desde a fase da licitação até o final da execução do contrato e conclusão dos serviços, até o recebimento definitivo.

4.17.6.1.2. A cláusula de responsabilidade solidária dos consorciados deverá estar expressa no Termo de compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes e no contrato a ser celebrado com a Administração.

4.17.7. No que se refere a retenção e recolhimento de tributos, será adotado o que determina as Instruções Normativas nº. 1234 /2012, 1199/2011 e 2110/2022 da Receita Federal do Brasil.

4.17.8. Caso a consorciada emita o respectivo documento fiscal em nome do consórcio, deverá informar no corpo da nota os valores dos respectivos tributos a serem recolhidos na fonte de cada empresa constituinte do consórcio.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da assinatura do contrato

5.1.2. A descrição detalhada da periodicidade de execução do trabalho, frequência e rotinas, estão pormenorizadas nos itens "LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS" e "ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS".

5.1.3. O cronograma de ativação dos serviços poderá ser revisto e acordado entre as partes na reunião de partida do contrato, a ser realizada após a assinatura do contrato

5.1.4. A CONTRATADA deverá enviar à Fiocruz, semestralmente e ao final do contrato, e sempre que solicitado pela Fiscalização, banco de dados compatível com Excel com histórico de atendimentos, demandas e demais informações constantes no cadastro de gestão de ativos;

5.1.5. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da informação que entregará para a CONTRATANTE.

5.1.6. A CONTRATADA deverá apresentar a Fiscalização todos os certificados de garantia dos materiais e aparelhos e /ou equipamento instalados.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços constantes nos Apêndices II e III deste TR.

5.3. Os serviços serão executados durante o horário comercial, ou seja, de 2ª a 6ª feira das 07:30h às 17:18h, salvo em contrário os serviços que necessitarem de execução em outro horário qualquer, desde que comunicado com antecedência e autorizado pelo FISCAL do contrato e sem ônus extra e sem nenhum vínculo empregatício, trabalhista e jurídico para a FIOCRUZ;

5.3.1. Haverá a possibilidade de serviços serem realizados durante os finais de semana e/ou feriados. Nessas situações, a remuneração será ajustada conforme a legislação vigente, garantindo a devida compensação ou concessão de folga para os trabalhadores envolvidos. A concessão de folga ou remuneração será determinada pela fiscalização do contrato.

Rotinas a serem cumprida

5.4. A execução do objeto compreende na prestação dos seguintes serviços:

5.4.1. Instalação, configuração, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva nos seguintes itens:

5.4.1.1. Centrais telefônicas do tipo PABX de fabricação Siemens e seus respectivos periféricos;

5.4.1.2. Sistemas de Telefonia IP (IPBX) e seus respectivos periféricos;

5.4.1.3. Redes metálicas;

5.4.1.4. Redes ópticas, incluindo fusão e testes;

5.4.1.5. Redes subterrâneas, incluindo desobstrução;

5.4.1.6. Redes de dados e cabeamento estruturado, incluindo:

5.4.1.6.1. Montagem de Racks;

5.4.1.6.2. Conectorização de Patch Panels;

5.4.1.6.3. Conectorização de Voice Panels;

5.4.1.6.4. Conectorização de blocos IDC;

5.4.1.6.5. Certificação de pontos de rede, Categorias 6 e 6A;

5.4.1.7. Linhas telefônicas em par metálico;

5.4.1.8. Sistemas de CFTV e seus respectivos periféricos, incluindo:

5.4.1.8.1. Câmeras IP;

5.4.1.8.2. Câmeras Digitais;

5.4.1.8.3. NVRs;

5.4.1.8.4. DVRs;

5.4.1.9. Os itens fusão e testes em fibras ópticas, desobstrução de redes subterrâneas e certificação de redes categoria 5e, 6 E 6A serão cobrados sob demanda.

5.5. Além dos serviços descritos, o contrato também abrangerá a execução de eventuais novos serviços de telecomunicações e apoio à manutenção dos sistemas operantes, que possam surgir durante a vigência do contrato e não estejam especificamente mencionados neste Termo de Referência. Estes serviços deverão ser previamente aprovados pela administração da Fiocruz e seguir os mesmos padrões de qualidade e normas técnicas aplicáveis.

5.6. Instalação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, incluindo fusão, em redes de fibra óptica (dados e voz), redes estruturadas e redes metálicas;

5.7. Instalação, remanejamento e manutenção corretiva de ramais de PABX do tipo analógico, digital e IP;

5.8. Instalação, remanejamento e manutenção corretiva de linhas telefônicas direta, privadas e troncos do tipo analógico e digital;

5.9. Lançamento e instalação de pontos de cabeamento estruturado, incluindo montagem de racks, instalação de passivos de rede nos racks e conectorização dos pontos;

5.10. Instalação, remanejamento, identificação, localização e reparo de defeitos, revisão e levantamento de situação de: infraestrutura, redes telefônicas internas e externas (aérea e subterrânea), redes estruturadas cat. 5 e 6, rack, distribuidor geral, PTR e redes ópticas;

5.11. Instalação, remanejamento e reparo de aparelhos telefônicos do tipo convencional, digital e sem fio;

5.12. Instalação, remanejamento e configuração de ramais IP. A manutenção corretiva dos aparelhos IP, somente será realizada pela contratada, se não houver necessidade de substituição de peças;

5.13. Acompanhamento da Contratada aos técnicos de fornecedores e de concessionárias de Telecomunicações, por ocasião de novas instalações, reparos e quaisquer outros serviços relacionados ao escopo deste Termo de Referência;

5.14. Manutenção preventiva nas centrais telefônicas e seus respectivos periféricos, com preenchimento do Check List, a ser fornecido pela equipe de fiscalização do contrato. A Contratada poderá se utilizar de outro Check List desde que aprovado previamente pela Fiscalização do Contrato, assim como a fiscalização do contrato poderá modificar e/ou alterar, a qualquer momento que desejar, em função de novas tecnologias aplicadas no parque de Telecomunicações da Contratante;

5.15. Manutenção preventiva mensal nas linhas tronco analógica e digital das centrais telefônicas;

5.16. Manutenção preventiva mensal nas linhas telefônicas individuais das operadoras de telefonia fixa, que se encontram instaladas diretamente no local de trabalho de cada usuário e as que forem instaladas futuramente;

5.17. Manutenção preventiva mensal nas linhas e redes de telefones públicos (orelhão), com o preenchimento do Check List, a ser fornecido pela equipe de fiscalização do contrato;

5.18. Manutenção corretiva com reparo e/ou substituição das peças defeituosas necessárias a eliminação dos defeitos no parque de Telecomunicações dos Campi;

5.19. Execução de Levantamentos da situação das instalações, equipamentos, redes e infraestruturas, para suporte a projeto e atualização dos cadastros de centrais telefônicas PABX, PTR, linhas telefônicas, distribuidor geral e redes telefônicas em todos os Campi. Após a execução de tais serviços, a contratada deverá enviar ao fiscal do contrato, ou solicitante, um relatório descritivo da situação do que foi levantado, e o que foi feito pela equipe técnica;

5.20. Execução de certificação de pontos de rede, quando solicitado pelo Setor de Telecomunicações;

- 5.21. Os serviços contratados abrangem todo o Parque de Telecomunicações existente à época da contratação, assim como o que venha a ser acrescido ao mesmo, durante a vigência do contrato;
- 5.22. Manutenção corretiva dos sistemas de CFTV, com diagnóstico e reparo de falhas nos sistemas;
- 5.23. Instalação, configuração, remanejamento, substituição e reparo de câmeras digitais e IP;
- 5.24. Instalação, configuração e remanejamento, substituição e reparo de DVRs e NVRs;
- 5.25. Ajustes dos sistemas de CFTV, sempre que necessário, incluindo foco, reposicionamento de câmeras e demais ações para a melhoria da qualidade das imagens;

Materiais a serem disponibilizados

- 5.26. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, constantes nos Apêndices IV, V, VI e VII, promovendo sua substituição, quando necessário, de acordo com a necessidade do serviço e mediante o aceite da Fiscalização do Contrato;
- 5.27. Os materiais e as peças de reposição serão fornecidos pela CONTRATADA, com base nos itens subsequentes, somente após a autorização do FISCAL do contrato, o qual se reserva ao direito de adquirir os materiais e peças, diretamente no mercado, caso seja conveniente financeiramente.
- 5.28. A presente contratação prevê verba para o fornecimento de materiais necessários à execução da manutenção preventiva e corretiva relacionados aos sistemas de telecomunicações e CFTV nos campi da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. O valor anual reservado para esta finalidade foi previsto com base na média dos valores fornecidos pela plataforma BANCO DE PREÇOS (conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar - Anexos III, IV e VI) e ajustada para incluir novas unidades demandantes e novas especialidades incorporadas a esta contratação. Dada a diversidade e complexidade das edificações e sistemas envolvidos, torna-se impraticável detalhar todos os itens de materiais necessários. Assim, esses materiais serão aplicados conforme as condições abaixo:
- 5.28.1. O valor reservado para materiais será utilizado conforme a demanda da CONTRATANTE, e o faturamento estará sujeito à identificação da necessidade e à efetiva aplicação do item, o que deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização/Apoio Técnico e comprovado através de relatório detalhado.
- 5.28.2. Para garantir isonomia entre as propostas, na oportunidade da licitação, o valor anual reservado para despesas com materiais deverá constar na proposta das licitantes, acrescido dos impostos aplicáveis conforme o provisionamento da CONTRATADA.
- 5.28.3. A CONTRATANTE utilizará quatro fontes de pesquisa de preços dos materiais: a planilha de custos para formação de preços da licitação, a planilha de composição de custo do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil para o Estado do Rio de Janeiro (SINAPI-RJ-Desonerado) da Caixa Econômica Federal, a tabela do Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia (SCO-RIO), e uma ampla pesquisa de mercado (três cotações) para o pagamento dos materiais utilizados na execução dos serviços de manutenção deste contrato.
- 5.28.4. Caso o mesmo material seja identificado em mais de uma tabela/planilha, será adotada a seguinte ordem de prioridade para o critério de pagamento: materiais listados na planilha de custos para formação de preços da licitação, SINAPI-RJ, SCO-RJ e ampla pesquisa de mercado (três cotações).
- 5.28.5. Caso os valores fornecidos nas três propostas apresentadas pela CONTRATADA, para materiais que não estejam contemplados em nenhuma das tabelas mencionadas, sejam considerados excessivos ou fora da realidade de mercado pela Fiscalização, a CONTRATANTE se reserva o direito de realizar uma nova pesquisa de preços de forma independente. Se esta pesquisa demonstrar que os valores praticados no mercado são significativamente inferiores aos apresentados pela CONTRATADA, a CONTRATADA deverá fornecer os materiais pelo valor cotado pela CONTRATANTE, assegurando a economicidade e a proteção do interesse público.
- 5.28.6. As cotações feitas pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE para o fornecimento de materiais que não estejam contemplados em nenhuma das tabelas mencionadas terão validade de 6 meses. As propostas de preços obtidas devem ser apresentadas para a Fiscalização do contrato, que avaliará e validará os valores antes da aquisição dos materiais.
- 5.29. Os itens fornecidos em substituição aos danificados deverão ser novos;
- 5.30. É vedado o uso de material improvisado ou peça adaptada, com vistas a eliminar riscos de imprecisão ou funcionamento inadequado das instalações;

5.31. Todos os materiais fornecidos pela CONTRATADA devem ser novos e possuir uma garantia mínima de 12 meses.

5.32. A CONTRATADA poderá realizar a instalação de materiais fornecidos por terceiros, conforme determinação da Fiscalização do contrato.

5.33. A CONTRATADA deverá prever em seus custos todos os materiais, caracterizados como de consumo, necessários a execução do contrato. Não será feito por parte da administração, qualquer pagamento adicional para o fornecimento dos mesmos.

5.34. Os materiais solicitados pela fiscalização da Fiocruz, deverão ser entregues em no máximo 48 horas. Caso a solicitação do material seja para solução de problemas inerentes aos serviços emergenciais do escopo deste Termo de Referência, o prazo será o do acordo de nível de serviço a qual se enquadra o mesmo, conforme item "PRAZOS DE ATENDIMENTO E SOLUÇÃO".

5.35. A fim de agilizar o fornecimento de materiais, a Fiscalização do contrato poderá solicitar à CONTRATADA a manutenção de uma quantidade mínima de materiais disponível de forma instantânea, sem ônus adicional para a CONTRATADA.

5.36. A CONTRATANTE utilizará, para fins de pagamento, a planilha SINAPI-RJ, SCO-RIO vigente na data da licitação. Os valores contratados somente poderão ser reajustados anualmente de acordo com a variação geral dos preços do mercado no período.

5.36.1. É responsabilidade da CONTRATADA relacionar o material aplicado demonstrando o código SINAPI-RJ ou SCO-RIO como referência para fins de atesto pela Fiscalização/ Apoio Técnico.

5.36.2. Uma vez que os custos indiretos, tributo e lucro (CITL/BDI) não são considerados na referida tabela SINAPI, será admitido que a CONTRATADA aplique o percentual CITL/BDI sobre os valores discriminados na tabela.

5.36.3. Caso seja identificado o mesmo material em mais de uma tabela/planilha será adotado para critério de pagamento dos materiais a ordem a seguir: SINAPI-RJ, SCO-RJ e ampla pesquisa de mercado.

5.36.4. A CONTRATANTE utilizará, para fins de pagamento, as planilhas SINAPI-RJ e SCORIO mais atualizadas no mês da homologação da licitação ou data de assinatura do contrato.

5.36.5. É responsabilidade da CONTRATADA relacionar o material aplicado demonstrando o código SINAPI-RJ ou SCO-RIO como referência para fins de atesto pela Fiscalização/Apoio Técnico.

5.36.6. Os orçamentos realizados diretamente com os fornecedores deverão conter minimamente: descrição do material, valor unitário e total dos materiais, CPF ou CNPJ do fornecedor, endereços físicos/eletrônicos, telefones de contato, data da emissão da proposta, nome do responsável e proposta em papel timbrado.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.37. O quantitativo de pessoal encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, Apêndice I deste Termo de Referência;

5.38. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	CBO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Supervisor	313310	Residente	Posto	1
2	Técnico de Telecomunicações	3133	Residente	Posto	14
3	Motorista	7823-05	Residente	Posto	1

5.39. Para as atividades previstas nesta contratação, a classe profissional em que os profissionais da CONTRATADA estão enquadrados pelo sindicato deve ser obrigatoriamente compatível com as atividades a serem realizadas no âmbito deste contrato. Não será aceito o enquadramento em classes profissionais equivalentes cujas descrições divergem das atividades especificadas no objeto da contratação, salvo com expressa autorização da Fiscalização.

5.40. É inerente aos serviços contemplados neste Termo de Referência a presença dos elementos de subordinação, pessoalidade e habitualidade, caracterizando a relação exclusiva de emprego entre os profissionais e a empresa contratada. Assim todos os empregados vinculados ao contrato deverão estar registrados como empregados da empresa Contratada, estando esta obrigada a cumprir todas as obrigações trabalhistas existentes, entre elas:

5.40.1 Salários;

5.40.2. Seguro de vida;

5.40.3. Taxas, impostos e contribuições;

5.40.4. Indenizações;

5.40.5. Auxílio transporte;

5.40.6. Alimentação;

5.40.7. Outras que porventura venham a ser exigidas e criadas pelo governo.

5.40.8. Somente serão aceitas propostas de empresas que adotarem na planilha de custos e formação de preços valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados.

LEGENDA DE POSTOS DE TRABALHO, QUANTIDADES E SALÁRIO BASE						
Legenda dos Postos de Trabalho	Métrica	Carga Horária	Quantidade Postos	Quantidade Profissionais	Salário mínimo	Salário Base Pesquisa Salarial
Supervisor	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	1	1	R\$	3.821,70
Técnico com CFT	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	14	14	R\$ 1.412,00	R\$ 3.210,61
Motorista	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	1	1	R\$	1.990,38
Total Geral:			16 Postos	16 Profissionais		
Valor Unitário de Vale Transporte	R\$	4,30				
Valor Unitário de Vale Refeição Mensal	R\$	27,00				
Valor Unitário de Vale Refeição Férias (1/12 mês)	R\$	33,33				
Valor Unitário de Gratificação Natalina (1/12 mês)	R\$	25,00				
Assistência Médica	R\$	200,00				
CESTA BÁSICA OU AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	R\$	84,79				

5.41. A CONTRATADA, e somente esta, será responsável pelos encargos trabalhista, fiscais, comerciais e previdenciários resultante da execução deste contrato, não transferindo à FIOCRUZ no caso de inadimplência da CONTRATADA com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, não podendo onerar o objeto do contrato.

5.42. Será de total responsabilidade da CONTRATADA, todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando houver ocorrências, em que forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão ou contingência.

5.43. Quando for identificada a necessidade de substituição de um profissional, por motivo de licença, conduta inadequada ou por conhecimento técnico insuficiente para a perfeita realização dos serviços contratuais, o profissional substituto deverá atender ao perfil descrito para o posto, devendo também ser registrado como empregado da CONTRATADA, recebendo o mesmo salário e benefícios descritos neste Termo de Referência;

5.44. A CONTRATADA apresentará, a Fiscalização da FIOCRUZ, a relação nominal junto com o comprovante de escolaridade, atestado de sanidade física e mental, nos períodos previstos em lei, dos profissionais que prestarão os serviços, mencionando o endereço residencial e o local de trabalho, comunicando sempre qualquer alteração que ocorra, além do preenchimento do formulário Ficha de Cadastro para Terceirizados da FIOCRUZ, assim que a CONTRATADA assumir os serviços e sempre que houver modificações na lista de empregados vinculados ao contrato;

5.45. Os empregados para a execução dos serviços contratados, possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a CONTRATADA, sendo esta responsável integralmente pelo pagamento dos salários e benefícios e demais vantagens e recolhimento de todas as obrigações e tributos pertinentes, bem assim por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas, quando em serviço;

5.46. A CONTRATADA deverá substituir no prazo de 72 (horas), em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

5.46.1. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconveniente ou insatisfatórios a disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público.

5.46.2. Caso o empregado substituto estiver na FIOCRUZ pela 1ª vez, deverá ser ambientado antes da prestação do serviço e acesso aos edifícios.

5.46.3. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.47. A CONTRATADA responsabiliza-se pelos danos causados diretamente à FIOCRUZ ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

5.48. A CONTRATADA ficará obrigada a repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da data de recebimento da notificação, quaisquer objetos comprovadamente danificados ou extraviados por seus empregados;

5.49. A CONTRATADA responsabiliza-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, houver ocorrências, em que forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão ou contingência;

5.50. A CONTRATADA é responsável pelo deslocamento dos profissionais e pelas respectivas despesas (passagem, alimentação etc.) dentro da cidade onde os pontos de trabalho estão localizados;

5.51. A CONTRATADA é responsável pelos custos da logística na operação de transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e pessoal dentro da cidade onde os pontos de trabalho estão localizados;

5.52. A CONTRATADA é responsável pelos custos de envios de peças, para reparo em rede autorizada do fabricante;

Logística Para Transporte De Pessoal, Equipamento e Material

5.53. Por conta da distância entre as unidades de prestação de serviço na FIOCRUZ, da demanda diária de ordem de serviço e do extenso Campus, será necessário o transporte de pessoas, materiais e equipamentos, não sendo admitido que qualquer serviço fique pendente por falta de transporte.

5.54. Para o transporte de equipamentos e de profissionais, NÃO poderá ser utilizado em nenhum momento o Sistema de Transporte Público, visando integridade e segurança dos mesmos, além da agilidade no prazo de atendimento.

5.55. Em função das necessidades logísticas descritas, um veículo deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA para o transporte eficiente de pessoal, materiais e equipamentos, garantindo que todos os serviços sejam executados sem atrasos devido à falta de transporte. As características do veículo estão descritas nos itens subsequentes.

5.55.1. A equipe técnica designada para este contrato deve ser composta por, no mínimo, 50% de colaboradores detentores de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria B, incluindo obrigatoriamente o supervisor da equipe, com o objetivo de assegurar a plena operacionalidade dos veículos alocados ao serviço. Caso a quantidade de colaboradores habilitados seja inferior ao percentual estipulado, a situação poderá ser avaliada e ajustada pela fiscalização do contrato, conforme necessidade e conveniência administrativa.

5.55.2. A utilização do veículo por integrantes da equipe técnica, incluindo o supervisor, é permitida de forma eventual, sendo a condução preferencialmente destinada ao motorista designado, mas não de forma exclusiva. A utilização do veículo pelos colaboradores deverá ocorrer sem qualquer ônus adicional para a FioCruz, limitando-se à conveniência operacional e à eficiência das atividades. Assim, o veículo será empregado única e exclusivamente para viabilizar as tarefas técnicas, garantindo a agilidade e continuidade dos serviços prestados.

5.55.3. No caso de impossibilidade eventual de condução pelo motorista designado, essa condição não poderá ser utilizada como justificativa para a não execução ou atraso dos serviços previstos no contrato. A equipe técnica deverá, dentro de suas possibilidades, assegurar que as atividades sejam realizadas normalmente, mantendo o cumprimento dos prazos e a qualidade no atendimento, conforme os termos estabelecidos.

Veículo

5.56. 01 (Um) carro 0 Km (ano 2024/2025) com cabine dupla para 5 passageiros com compartimento de carga a gasolina ou flex;

5.57. A Administração estima que a média anual de rodagem dos veículos é de aproximadamente 18.000 Km para os veículos a combustão, conforme apresentado na tabela abaixo:

CAMPUS	CAMPUS	IDA (km)	VOLTA (km)	TOTAL (km)
Manguinhos	IFF	15,5	20,5	36
Manguinhos	Colônia	23	21	44
Manguinhos	Hélio Fraga	26	24	50
Manguinhos	Palácio Itaboraí	60,5	64,5	125
Manguinhos	Manguinhos			120
QUILOMETRAGEM SEMANAL				375
QUILOMETRAGEM MENSAL				1.500
QUILOMETRAGEM ANUAL				18.000

5.58. A CONTRATANTE não se responsabilizará por danos causados aos veículos devido ao mau uso, cabendo a CONTRATADA se responsabilizar pelos custos dos reparos necessários para manter os veículos operacionais;

5.59. A CONTRATADA deverá manter o veículo em boas condições de operação, sendo a mesma passível de ajustes no IMR;

5.60. A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE o cronograma de manutenção do veículo para acompanhamento da Fiscalização/ Apoio Técnico.

5.61. A CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE sempre que um veículo for retirado do campus para manutenção sendo esse o único motivo aceitável para a sua ausência, não podendo o mesmo estar inoperante por um prazo superior a 48 horas.

5.62. Toda a manutenção dos veículos é de responsabilidade da CONTRATADA;

5.63. É vedada a utilização do veículo fora da extensão de Manguinhos e demais unidades localizadas no Estado do Rio de Janeiro, exceto quando estiver transportando pessoal, equipamento e material entre estas Unidades no Estado do Rio de Janeiro. O veículo foi listado para realização das atividades internas da CONTRATADA a fim de auxiliar a execução do objeto contratual. O veículo não poderá ser utilizado para compra de materiais e demais atividades internas da CONTRATADA.

Forma de Execução dos Serviços

5.64. A CONTRATADA deverá manter no Campus da Fiocruz, a partir do primeiro dia de vigência do Contrato, os equipamentos necessários à programação dos serviços de manutenção (computador, impressora, estabilizador). Será também de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos insumos necessários, tais como papel para a impressora, tinta/toner etc. Caso haja algum problema com os equipamentos a empresa providenciará a substituição imediata dos mesmos;

5.65. A CONTRATADA deverá dispor, nas instalações da Fiocruz, de meios de comunicação próprios, como linhas telefônicas fixas ou móveis e internet, para comunicação externa e com os colaboradores residentes nas instalações da Fiocruz, e o fiscal do contrato;

5.66. A CONTRATADA deverá estar apta para sanar todo e qualquer problema dos sistemas de Telecomunicações e CFTV, objeto deste contrato;

5.67. A CONTRATADA deverá dispor em seu quadro próprio de funcionários, técnicos qualificados para executar todos os serviços;

5.68. Incumbe à CONTRATADA gerenciar integralmente as atividades da equipe técnica alocada para a execução dos serviços, mantendo empregados, que serão denominados, para fins de contrato, "Supervisor Técnico", "Técnico de Telecomunicações" e "Motorista", responsáveis pelas atividades executadas pela equipe técnica, aos quais serão transmitidas as instruções, orientações e normas para execução das atividades;

Pessoal para a execução dos serviços

5.69. Os profissionais que estiverem residentes na Fiocruz deverão ser devidamente registrados em conformidade com o disposto na CLT, principalmente no tocante ao enquadramento nos cargos que efetivamente exercerão e com a remuneração consignada na sua proposta de preços, que deverá ser compatível com a Convenção Coletiva de Trabalho apresentada;

5.70. Os serviços serão demandados pelos usuários por plataforma Web em operação na Fiocruz, a qual repassará através de uma Requisição de Serviços (RS) própria, à CONTRATADA para execução;

5.71. A empresa CONTRATADA será a responsável pelo total preenchimento das guias de Requisições de Serviços, bem como pelas informações nela contidas;

5.72. A CONTRATADA deverá disponibilizar a seus colaboradores, blocos de Ordem de Serviços (OS) com numeração sequencial contendo no mínimo, as seguintes informações:

- Nome e logotipo da Contratada
- Nº da Requisição de Serviço (RS)
- Nome do cliente atendido
- Nome da Unidade do cliente atendido
- Nome do Setor da Unidade do cliente atendido
- Nome do prédio onde se encontra o cliente atendido
- Nome do solicitante do serviço realizado
- Nº do telefone de contato do solicitante do serviço
- Data e hora em que foi solicitado o serviço pelo cliente
- Data e hora de início de atendimento do serviço
- Data e hora de conclusão dos serviços solicitados
- Descrição do serviço solicitado
- Defeito constatado
- Descrição técnica do serviço executado
- Descrição dos materiais e respectivas quantidades utilizadas para realização do serviço solicitado
- Nome legível e assinatura do trabalhador que realizou o serviço solicitado
- Espaço para o nome, assinatura e carimbo do solicitante após a conclusão satisfatória dos serviços solicitados
- Espaço para observações.

5.73. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatórios gerenciais aos quais a FISCALIZAÇÃO poderá verificar a quantidade de chamados, o prazo de execução, os tipos de serviços executados e dentre outras questões.

5.74. Os funcionários da CONTRATADA não poderão iniciar suas atividades nas dependências da Fiocruz, sem a utilização de uniforme e crachás padronizados, que serão fornecidos pela mesma e deverão ser submetidos à prévia autorização da fiscalização da Fiocruz. Estes deverão estar sempre em bom estado de conservação, cabendo à fiscalização da Fiocruz o direito de solicitar de imediato, a troca do uniforme quando não estiver em bom estado. A CONTRATADA terá o prazo de 7 dias corridos, a partir da comunicação formal, que poderá ser por e-mail, para efetuar a troca solicitada;

5.75. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA enviará à Fiscalização da Fiocruz para avaliação e aprovação, o currículo de cada profissional seu que ficará residente na Fiocruz, devendo proceder da mesma forma, caso haja necessidade de substituição;

5.76. Em todo serviço, deverão ser preenchidos todos os campos da Requisição de Serviço, emitida pelo sistema de aberturas de chamados DIRACWEB, individualizado por chamado técnico, que deverão ser entregues no Setor de Telecomunicações pelos funcionários da contratada, assinado e carimbado pelo usuário responsável pelo chamado e com horário exato de atendimento;

5.77. O prazo máximo para o comparecimento do Responsável Técnico ou Preposto da CONTRATADA na Fiocruz será até 02 (duas) horas após a solicitação da Fiscalização;

5.78. A Contratada deverá dispor em seu quadro próprio de funcionários técnicos qualificados para executar todos os serviços, manutenções preventivas e corretivas, dentro dos prazos constantes no item "PRAZOS DE ATENDIMENTOS E SOLUÇÕES" deste Termo de Referência;

5.79. Todos os técnicos do contrato deverão possuir treinamento de redes de dados. A Contratada terá o prazo de 120 dias para treinar a equipe e se adequar à necessidade;

5.80. A fiscalização poderá, a qualquer tempo, certificar-se do treinamento da equipe através de testes, e caso algum profissional não esteja apto para a execução do objeto, a contratada deverá providenciar esse treinamento do profissional;

5.81. A contratada deverá providenciar a reciclagem do treinamento dos profissionais, anualmente, nos três primeiros meses de vigência, nos casos em que haja prorrogação do contrato;

5.82. A Contratada terá o prazo de 30 dias para apresentar o certificado de treinamento das NR33 e NR35 de todos os postos de trabalho;

5.83. Os profissionais do contrato poderão ser designados para viajar a unidades da Fiocruz localizadas fora do Rio de Janeiro, sem ônus adicional para a CONTRATADA.

Supervisor técnico

5.84. O Supervisor Técnico da Contratada deverá estar presente para o acompanhamento dos serviços;

5.85. O Supervisor Técnico da CONTRATADA ficará lotado no campus Manguinhos da FIOCRUZ, junto com a equipe de executores e terá carga horária, de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, das 7:30h às 17:18h, tendo como principais atribuições:

5.85.1. Programar, priorizar e distribuir os serviços solicitados para atender a demanda em tempo hábil;

5.85.2. Fiscalizar a equipe técnica na execução dos serviços, de forma a manter os padrões técnicos estabelecidos pela FIOCRUZ;

5.85.3. Revisar e corrigir, caso necessário, as ordens de serviços (OS) e requisições de serviços (RS) antes de enviar ao FISCAL do contrato.

5.86. O Supervisor deverá comprovar experiência mínima de 05 (cinco) anos e ter realizado atividades de supervisão técnica/administrativa em instalação e manutenção de Sistemas de Telecomunicações, além de experiência em redação de relatórios e laudos técnicos e leitura e entendimento de plantas de arquitetura e desenhos técnicos. A fiscalização deve aprovar o supervisor, independente da experiência.

Técnico de Telecomunicações

5.87. Os Técnicos de Telecomunicações ficarão lotados no campus de Manguinhos da FIOCRUZ, terão carga horária de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, das 7:30h às 17:18h, e terão como principais atribuições:

5.87.1. Instalação, operação, programação/configuração, manutenção preventiva e corretiva em Sistemas de Telecomunicações;

5.87.2. Programação de centrais telefônicas através de equipamentos e instrumentos específicos;

5.87.3. Levantamento da situação das instalações e infraestruturas do Parque de Telecomunicações da Contratante;

5.87.4. Implantação e manutenção de redes de cabeamento estruturado;

5.87.5. Instalação, operação, programação/configuração, manutenção preventiva e corretiva em Sistemas de CFTV;

5.87.6. Programação de câmeras IP e Analógicas, NVR's e DVR's, através de equipamentos e instrumentos específicos;

5.87.7. Levantamento da situação das instalações e infraestruturas do Parque de CFTV da Contratante;

5.87.8. Implantação e manutenção de redes de cabeamento de CFTV e apoio a projetos de CFTV.

5.88. Ao menos um dos Técnicos de Telecomunicações, deverão ter os seguintes requisitos (não exclusivos a um único profissional):

5.88.1. Conhecimentos Intermediários de Telefonia IP;

5.88.2. Conhecimentos Básicos do software Asterisk;

5.88.3. Conhecimentos de Instalação e Configuração de equipamentos de CFTV IP;

5.88.4. Conhecimentos Intermediário de Redes de Dados;

5.88.5. Conhecimentos Básicos de Sistema Operacional Linux;

5.88.6. Treinamento pelo fabricante, em centrais telefônicas tipo PABX nos modelos HIPATH 4000 e 3000, para realização de configurações avançadas e configurações relacionadas à telefonia IP (Ramais e troncos IP);

5.89. Cada posto de trabalho de Técnico de Telecomunicações, deverá possuir Ferramental e Mala de Ferramentas, fornecida pela Contratada, adequada para acomodar e transportar todas as ferramentas necessárias à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

5.90. Os Técnicos de Telecomunicações, deverão possuir, no mínimo, as ferramentas individuais constantes no Apêndice IV deste Termo de Referência;

5.91. Além das ferramentas individuais, a equipe técnica deverá ter à sua disposição, sempre que necessário, as ferramentas coletivas constantes no Apêndice IV deste Termo de Referência.

5.92. Os equipamentos e ferramentas descritos nos Apêndices IV e V deste Termo de Referência são exemplificativos. A contratada deverá prever e providenciar todo e qualquer equipamento e/ou ferramenta necessário a execução do contrato, ainda que não listado nesse TR.

Motorista

5.93. O motorista da CONTRATADA ficará lotado no campus Manguinhos da FIOCRUZ, junto com a equipe de executores e terá carga horária, de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, das 7:30h às 17:18h.

5.94. Principais atribuições:

5.94.1. Dirigir e manobrar veículos para o transporte de pessoas, cargas, valores, materiais e equipamentos.

5.94.2. Dirigir e manobrar veículos do tipo mini caminhão e/ou pick-up de cabine simples e dupla.

5.94.3. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros.

5.94.4. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Prazos de Atendimento e Solução

5.95. atendimentos emergenciais

5.95.1. atendimentos emergenciais são os que ocorrem paralização total de um sistema ou serviço. Os atendimentos emergenciais deverão ser imediatos e deverão ser concluídos em até 4 horas;

5.96. atendimentos prioritários

5.96.1. atendimentos prioritários são os que afetam serviços indispensáveis à instituição, como serviços de 0800, serviços de sistemas de monitoramento, serviços de comunicação com o corpo de bombeiros, segurança, portarias, alarmes e dentre outros. Os atendimentos prioritários deverão ser realizados imediatamente e concluídos em até 8 horas;

5.97. atendimentos rotineiros

5.97.1. atendimentos rotineiros são todos os demais serviços que não se enquadrarem nos itens acima. Os atendimentos rotineiros deverão ser atendidos imediatamente ou agendados com o solicitante do serviço. O prazo de conclusão é de até 24 horas corridas à abertura da solicitação, ou quando agendado, 24 horas a contar a partir do início da execução do serviço.

5.97.2. A complexidade de alguns serviços poderá exigir prazos maiores que os definidos nesse item. Nesses casos a contratada deverá pactuar com a fiscalização um novo prazo para a conclusão.

Local de execução dos serviços

5.98. Os serviços serão executados, rotineiramente, em todos os locais atuais da FIOCRUZ, conforme endereços relacionados nos Apêndices II e III deste Termo de Referência;

5.99. Os prédios funcionais da FIOCRUZ, onde serão executados os serviços contratados, tem as seguintes características:

- Administrativo;
- Laboratórios de pesquisas;
- Hospitais;
- Fábrica de medicamento;
- Fábrica de vacinas;
- Escolas;
- Farmácias;
- Museu;
- Biblioteca;
- Almoxarifado;
- Prédios tombados pelo Patrimônio Histórico.

Tipos de Serviços

5.100. Manutenção Corretiva

5.100.1. Imediata para qualquer serviço constante no Apêndice II (Tabela 1), assim como qualquer Sistema de Telecomunicações constante no Apêndice II (Tabela 2), e seus respectivos acessórios e equipamentos auxiliares, que apresentar defeito de funcionamento;

5.100.2. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados por técnicos, portando a Ordem de Serviço de Manutenção Corretiva da Contratada, e quando for necessário, por técnicos especializados da Contratada, por solicitação do Fiscal do contrato;

5.100.3. Para as Manutenções Corretivas de qualquer serviço ou equipamento/sistema, a Contratada deverá emitir uma Ordem de Serviço e a Fiscalização dará o aceite após a conclusão do serviço;

5.100.4. Os serviços executados terão uma garantia de no mínimo 06 (seis) meses. Para as peças/materiais utilizados, ficará valendo o prazo de garantia dos fabricantes, sendo a Contratada a responsável por acionar o fabricante/fornecedor para providenciar a substituição;

5.100.5. Nenhum equipamento, ou serviço, poderá ficar parado aguardando a substituição de qualquer peça/material por motivo de garantia e/ou qualquer outro motivo. A Contratada deverá providenciar imediatamente a substituição de qualquer peça/material que esteja no período de garantia ou não, conforme prazos estabelecidos no item 5.34;

5.100.6. As Manutenções Corretivas serão realizadas em todas as redes de telecomunicações, dados e cabeamento estruturado, assim como nos equipamentos ativos (Centrais Telefônicas ou Servidores IP), em todo os Campi da Fiocruz no Brasil, conforme Apêndice II Tabelas 1 e 2, de segunda-feira a sexta-feira, dentro do horário comercial, ou nos fins de semana, quando for necessário;

5.100.7. A empresa contratada deverá fornecer todos os materiais de consumo especificados no Apêndice VII, garantindo assim a plena operacionalidade e eficiência dos serviços prestados. Estes materiais são essenciais para a execução contínua e de alta qualidade das atividades relacionadas aos sistemas de telecomunicações e CFTV, assegurando que todas as demandas possam ser atendidas prontamente e sem interrupções.

5.100.8 Os serviços que necessitem ser executados exclusivamente pelo fabricante ou representante de qualquer sistema ou equipamento, o custo será de responsabilidade total da contratada, devendo estar previsto no valor contratual.

5.101. Manutenção Preventiva

5.101.1. Manutenção Preventiva, em cada Sistema de Telecomunicações e seus respectivos acessórios e equipamentos auxiliares, efetuando todos os requisitos determinados/preconizados pelo Check list que será disponibilizado pela fiscalização da Fiocruz.

5.101.2. As Manutenções Preventivas serão realizadas em todas os equipamentos ativos de telecomunicações, centrais telefônicas ou servidores IP, da FIOCRUZ, conforme Apêndice II Tabela 1, de segunda-feira a sexta-feira, dentro do horário comercial, para execução de rotinas mensais.

5.101.3. A manutenção preventiva será realizada em visitas mensais em cada um dos Sistemas de Telecomunicações e Equipamentos do Sistema de CFTV, considerando se tratar de tempo suficiente para o cumprimento das rotinas de prevenção de acordo com as soluções encontradas no mercado. Inclui-se na manutenção preventiva a atualização do Software dos sistemas de Telecomunicações e dos sistemas de CFTV IP.

5.101.4. Os serviços de manutenção preventiva só devem ser executados com a Ordem de Serviço de Manutenção Preventiva da Contratada em mãos;

5.101.5. Durante o serviço de manutenção preventiva poderá ser verificada a necessidade de intervenção de manutenção corretiva. A contratada deve solicitar a abertura de uma Ordem de Serviço especificando o trabalho a ser realizado e o material a ser utilizado para aprovação da Fiscalização da Fiocruz;

5.101.6. Após a execução de cada verificação, a Contratada deverá anotar na planilha de controle de manutenção do equipamento, a data de execução, a data da próxima preventiva, a identificação do técnico que realizou a intervenção e o número da Ordem de Serviço. As Planilhas deverão ser acondicionadas em capa plástica transparente e fixadas ao equipamento em lugar visível.

5.102. Periodicidade das manutenções preventivas

5.102.1. Mensal:

- Verificação dos Sistemas de Telecomunicações conforme Checklist, disponibilizado pela fiscalização da Fiocruz;
- Verificação de baterias e sistema de nobreak;
- Backup da programação do equipamento;
- Verificação de Telefones Públicos existentes nos Campi da Fiocruz;

5.102.2. Semestral:

- Verificação e rearranjo dos DG's dos equipamentos;
- Verificação e rearranjo dos armários intermediários e atualização das planilhas de mapeamento dos mesmos;
- Verificação e rearranjo do PTR e atualização das planilhas de mapeamento do mesmo;
- Verificação e rearranjo dos racks e atualização das planilhas de mapeamento dos mesmos;

5.102.3. Anual:

- Verificação da rede subterrânea de dutos do Campus Manguinhos e identificação de possíveis trechos obstruídos.

5.103. Durante a realização das preventivas, ao ser identificado qualquer anormalidade/irregularidade, a contratada deverá proceder a regularização imediata. Caso a regularização envolva a necessidade de substituição de qualquer peça ou partes do equipamento a FISCALIZAÇÃO deverá autorizar a execução previamente.

5.104. A Fiscalização do contrato terá a prerrogativa de redigir e implementar novas rotinas de manutenções preventivas, bem como estabelecer novas periodicidades, conforme julgar conveniente e necessário para garantir a eficiência e a continuidade dos serviços prestados;

5.105. A contratada deve observar todas as rotinas de manutenção preventiva recomendada pelos fabricantes dos equipamentos objeto deste contrato. As rotinas descritas neste documento são rotinas mínimas e não exime a contratada de executar a manutenção em todas as instalações e equipamentos objetos do contrato, por isso a contratada deverá elaborar um plano de manutenção preventiva e entregar para aprovação da fiscalização em até 45 dias do início do contrato.

Serviço Sob Demanda

5.106. Além dos serviços de manutenção de Telecomunicações, este contrato incluirá serviços adicionais que poderão ser solicitados sob demanda. Esses serviços não farão parte das atividades rotineiras do contrato, mas estarão disponíveis para atender às necessidades específicas da instituição conforme requerido.

5.107. Os serviços sob demanda serão solicitados pela Fiscalização/Apoio Técnico e terão os prazos pré-estabelecidos pela Fiscalização/Apoio Técnico para planejamento e execução da CONTRATADA.

5.108. A CONTRATADA deverá realizar 3 cotações para aprovação dos serviços sob demanda que deverão ser devidamente aprovados pela Fiscalização/Apoio Técnico. Em casos emergenciais devidamente sinalizados pela Fiscalização/Apoio Técnico, a CONTRATADA deverá atuar e ao final do serviço realizar o processo de cotação, devendo a mesma considerar essas informações na previsão dos seus custos sem ônus a FIOCRUZ.

5.109. Para os serviços sob demanda, a dinâmica de cotação seguirá o mesmo procedimento adotado para os materiais, com a diferença de que todos os serviços sob demanda deverão ser cotados, uma vez que não existem tabelas específicas para essas demandas. As cotações terão validade de 6 meses e deverão ser apresentadas à Fiscalização/Apoio Técnico para aprovação antes da execução dos serviços. Caso a Fiscalização considere os valores cotados inadequados, poderá solicitar ajustes nos valores apresentados pela CONTRATADA, com base em uma nova pesquisa de preços realizada pela própria Fiscalização.

Aceitação dos Serviços

5.110. A comprovação de que o serviço foi executado satisfatoriamente conforme solicitado, será através da assinatura e carimbo do solicitante na ordem de serviço (OS) da Contratada;

5.111. A manutenção e os reparos deverão ser sanados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, a partir da solicitação;

5.112. As instalações e os remanejamentos deverão ser executados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, a partir da solicitação, salvo em contrário, no prazo estipulado pelo FISCAL do contrato;

5.113. No caso em que o serviço solicitado não seja realizado no prazo contratual e/ou determinado pelo FISCAL do contrato, a Contratada deverá encaminhar por escrito, os motivos e justificativas pelo atraso para apreciação do FISCAL do contrato;

5.114. A CONTRATADA deverá atender aos chamados conforme prazos estipulados no item "PRAZOS DE ATENDIMENTO E SOLUÇÃO";

5.115. São de responsabilidade da CONTRATADA todos os custos decorrentes ao acerto dos serviços impugnados pela Fiscalização da Fiocruz, por não estarem de acordo com o padrão de qualidade exigido, com estas especificações ou com as Normas Técnicas aludidas;

5.116. Todas as instalações deverão ser executadas com esmero e bom acabamento, com todos os condutores, cabeamento, caixas e demais componentes do sistema de rede, cuidadosamente arrumados em posição adequada e firmemente ligados às estruturas e demais suportes;

5.117. Os serviços devem ser executados conforme o solicitado e dentro do nível de serviço requerido. A figura do Supervisor Técnico será responsável por controlar os chamados direcionados para a área contratada, verificando se os recursos necessários à atividade estão disponíveis para a execução do serviço. O Supervisor será a interface da CONTRATADA com a fiscalização da Fiocruz para receber a demanda de serviços;

5.118. A Fiscalização da Fiocruz poderá solicitar, a qualquer momento, a substituição imediata de qualquer profissional da CONTRATADA que, por avaliação própria, não estiver atingindo os níveis de qualidade, postura e desempenho esperados;

5.119. A equipe de fiscalização da Fiocruz poderá, quando julgarem necessário, acompanhar a execução dos serviços prestados pela CONTRATADA;

5.120. Ao FISCAL do contrato, reserva-se o direito de revisar e inspecionar, a qualquer momento, as malas e respectivo ferramental dos postos de trabalho, cabendo-lhe ainda a responsabilidade de solicitar a substituição imediata, caso constata irregularidades ou defeitos que possam vir comprometer a qualidade na execução dos serviços contratados

5.121. Não será admitida a alegação de falta de recursos, tais como: materiais, pessoal, telefone, fax, correio eletrônico para o não recebimento de chamados técnicos por parte da contratada, assim como a solução da ocorrência não pode deixar de ser atendida por falta de componentes, transporte e capacitação;

5.122. Para a realização dos serviços deste objeto, os técnicos da CONTRATADA deverão estar equipados com os kits de ferramentas específicas, conforme Apêndice IV e V, colocando-os em operação seguindo padrões já definidos neste documento;

5.123. A CONTRATADA é responsável pela contínua reciclagem do conhecimento, e constante treinamentos de seus técnicos, de modo a capacitá-los a atender as demandas atuais e futuras da Fiocruz, sem onerar o contrato;

5.124. A CONTRATADA deverá emitir mensalmente, junto com a Nota Fiscal, relatórios dos serviços executados e dos materiais utilizados por Unidade da FIOCRUZ;

Uniformes

5.125. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.126. O uniforme deverá compreender as peças do vestuário constantes no Apêndice VI deste Termo de Referência.

5.127. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

5.127.1 02 (dois) conjuntos de peças completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 12 (doze) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 07 (sete) dias, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação. O jaleco só deverá ser resposto em caso de solicitação da contratante;

5.128. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.128.1. As peças deverão ser novas, não sendo aceitas peças reaproveitadas;

5.128.2. A blusa polo e calça jeans deverão ser de material 100% algodão;

5.129. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.130. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.131. O uniforme será compreendido conforme itens dimensionados pela PROPONENTE em sua proposta, de acordo com a padronização em relação a identidade visual utilizada pela mesma no mercado de trabalho, além de outros acessórios que julgar pertinentes e convenientes seguindo as Normas, Legislações e CCT's vigentes, considerando as especificidades de cada serviço.

5.131.1. A reposição e/ou troca será realizada de acordo com as necessidades identificadas, considerando seu desgaste/danificação ou qualquer outra situação que tornem os mesmos inadequados para uso.

5.131.2. O dimensionamento dos uniformes deverá considerar todos os itens necessários a correta execução do serviço, bem como a quantidade necessária para cada profissional, visando sua adequada aparência.

EPI's e Segurança do Trabalho

5.132. As empresas contratadas pela FIOCRUZ estão sujeitas à legislação sobre saúde e segurança do trabalho e devem observar rigorosamente todas as exigências previstas na legislação vigente, quer sejam, Federais, Estaduais e Municipais referentes à Segurança, Higiene e Saúde do Trabalhador, principalmente as estabelecidas na CLT e nas Leis sobre o assunto, onde estão contidas as Normas Regulamentadoras e Legislações Complementares pertinente ao objeto do contrato, portanto se fazem obrigações exigidas da Contratada.

5.133. É de total responsabilidade da Contratada, o fornecimento dos equipamentos de proteção individual - EPI, de acordo com as exigências as Normas de Segurança do Trabalho em vigor, bem como o uso obrigatório pelos profissionais durante o exercício de suas atividades nas dependências da Contratante.

5.134. A lista detalhada de EPI's encontra-se pormenorizada no Apêndice VI deste Termo de Referência.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.133. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A CONTRATADA manterá, residente no campus Manguinhos - RJ durante todo o período de vigência do contrato, um Preposto, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, devendo indicá-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço e telefones residencial e de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação colaborador, entre outros;

6.7.1. O cargo de Preposto deve ser previsto nos custos indiretos da CONTRATADA, não sendo admitido utilizar postos de trabalho para este fim.

6.7.2. O Preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.9. A CONTRATADA deverá nomear um representante responsável pelos serviços prestados, com a finalidade de garantir a plena execução dos mesmos, fiscalizando e orientando administrativamente os seus funcionários, de forma a cumprirem com as suas obrigações profissionais e contratuais determinadas pela Contratante.

6.10. O Preposto terá a obrigação de reportar-se, quando necessário, ao FISCAL do contrato e providenciar que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

6.11. O preposto deverá participar de reuniões periódicas com o FISCAL do Contrato, no mínimo uma vez por mês e/ou sempre que for solicitado.

6.12. É dever do Preposto, receber da Fiscalização da FIOCRUZ, os documentos relacionados ao contrato, emitidos pela FIOCRUZ;

6.13. É responsabilidade e dever do Preposto na condição de indicado pela CONTRATADA para representá-la, ter o pleno conhecimento do Edital de Licitação, deste Termo de Referência, da Proposta da CONTRATADA e do Contrato firmado, visto que serão essas as bases de atuação na condução do Objeto pactuado e obrigações assumidas;

6.14. Responder às demandas da FIOCRUZ relacionadas ao contrato;

6.15. Enviar a Fiscalização da FIOCRUZ, as faturas mensais juntamente com as guias de recolhimento e respectivos comprovantes de pagamento, assim como todos e quaisquer documentos e relatórios conexos solicitados;

6.16. Zelar e se responsabilizar pelo cumprimento das cláusulas, normas e especificações previstas no contrato e neste Termo de Referência;

6.17. Realizar o controle da jornada de trabalho dos funcionários vinculados ao contrato, objetivando o cumprimento do mesmo;

6.18. Garantir a entrega de crachás, vales (refeição, transporte etc.), contracheques e outros documentos a cada empregado vinculado ao contrato, evitando que os trabalhadores se ausentem de seus postos de trabalho;

6.19. Certificar-se e garantir que os trabalhadores residentes da CONTRATADA não estejam executando tarefas em desacordo com as atividades inerentes ao contrato;

Rotinas de Fiscalização

6.20. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.21. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.22. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.23. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.24. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.25. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.26. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.27. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto nos Itens 7.10 ao 7.34 deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.28. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.29. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.30. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.31. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.32. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.33. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.34. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.35. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na [Lei n. 14.133/2021](#). ([IN05/17 - art. 62](#))

6.36. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.37. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.38. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Apêndice VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.39. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.40. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.41. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.42. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.43. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.43.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.43.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.43.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.43.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.43.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.43.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.43.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.43.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.43.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.43.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.43.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

- 6.43.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
 - 6.43.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
 - 6.43.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - 6.43.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - 6.43.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 6.43.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.43.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - 6.43.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - 6.43.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - 6.43.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.43.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.43.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.43.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.43.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.43.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.43.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..
- 6.43.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.43.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.43.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.43.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.43.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.43.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.43.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.43.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.43.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.43.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.43.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.43.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.43.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.43.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.43.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.43.23. Nos casos em que a CONTRATADA adotar valores a maior para o(s) posto(s) de trabalho do que aqueles informados em planilha de formação de preço, a Fiocruz pagará a CONTRATADA o valor informado na planilha de formação de preço enviada na licitação.

Gestor do Contrato

6.44. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.45. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.46. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.47. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.48. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.49. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.50. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme pormenorizado no Apêndice VIII deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Prazo de atendimento de ordens de serviço;

7.4.2. Atendimento da rotina de execução dos serviços contínuos.

7.5. A gestão do contrato será feita pela Coordenação de Engenharia de Manutenção da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (CEM/Cogic).

Do recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.24.1. o prazo de validade;
- 7.24.2. a data da emissão;
- 7.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.24.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.24.5. o valor a pagar e
- 7.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.38. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.39. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.40. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta-Depósito Vinculada

7.44. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.45. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.46. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.47. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.48. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.49. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.49.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.49.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.49.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.49.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.49.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.50. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.51. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.52. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.53. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.54. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.55. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.56. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

Das Sanções Administrativas

7.57 Conforme Art. 155 da Lei 14.133/2021, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.57.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021, Art. 156 as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.57.1.1. Multa de:

a). 0,5% (cinco décimos por cento) até 0,7% (sete décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b). 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c). 0,5% (cinco décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d). 0,5% (cinco décimos por cento) a 4% (quatro por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

e). 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f). as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.57.1.2. Conforme § 1º do Art. 156 da Lei 14.133/21, na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.57.1.3. Conforme § 2º do Art. 156 da Lei 14.133/21, a sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.57.1.4. Conforme § 3º do Art. 156 da Lei 14.133/21, a sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem

superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

7.57.1.5. Conforme § 4º do Art. 156 da Lei 14.133/21, a sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.57.1.6 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,7% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	1% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização sem motivo justificado, por serviço;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter, no local, durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato, por dia;	1
11	Providenciar treinamento e atualizações para seus funcionários conforme previsto;	1

7.57.1.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.57.1.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.57.1.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.57.1.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.57.1.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.57.1.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.57.1.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.57.1.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.57.1.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.1. De acordo o Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), mesmo para as licitações realizadas sob a égide da Lei nº 14.133/2021, a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada, sendo assim, no âmbito da presente contratação não se admite a participação de cooperativas de trabalho no procedimento licitatório, por se tratar de contrato de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Ato de autorização para o exercício da atividade de manutenção de sistemas de telecomunicações e CFTV, expedido pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia nos termos do art. 1º da Lei 6.496 de 1977.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.23.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor ofertado pelo licitante;

8.23.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.23.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23.7. Fica estabelecido, para o consórcio, um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o art. 15, inc. V, §1º da Lei 14.133/2021.

8.24. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Apêndice IX deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.24.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.24.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.28. Os serviços de manutenção de redes de telecomunicações, sistemas de telecomunicações e circuito fechado de TV, são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado (item 9.1 do Anexo VI-A, da IN nº 5, de 2017).

8.28.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.29. A CONTRATADA deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprovando a execução de serviços equivalentes aos previstos neste contrato. Esses serviços incluem:

8.29.1. Instalação e Manutenção em Sistemas de Telecomunicações;

8.29.2. Instalação e Manutenção de Redes de Cabeamento Estruturado, incluindo lançamento, conectorização e certificação;

8.29.3. Instalação e Manutenção de Infraestrutura e Redes de Telecom e TI;

8.29.4. Instalação e Manutenção de Redes Ópticas, incluindo lançamento e fusão;

8.29.5. Manutenção de Sistemas de CFTV;

8.30. Os atestados devem demonstrar experiência nestes serviços assegurando que a empresa possui a qualificação técnica necessária para atender aos objetivos da contratação.

8.31. Comprovar possuir, no início da vigência do contrato, e sempre que houver alteração e/ou substituição, profissionais detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica, devidamente registrados na entidade profissional competente (CFT), quando cabível, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico, que comprovem que os profissionais tenham experiência e executado serviços relativos a Manutenção de Sistemas de Telecomunicações, Sistemas IP e Sistemas CFTV.

8.31.1. Os atestados de responsabilidade técnica serão cabíveis quando o profissional solicitado for para comprovação de Serviços de Telecomunicações, apenas.

8.32. A Empresa deverá apresentar Certificado de Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em validade, quando cabível.

Qualificação Técnico-Operacional

8.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.34. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.34.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.34.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.35. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.36. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.37. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.38. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.39. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório na cidade do Rio de Janeiro, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

8.40. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.41. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

8.42. Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.42.1. Para o Supervisor Técnico: Formação de nível técnico em Telecomunicações, com diploma de conclusão e registro no CFT, conforme Lei Nº 13.639, de 26 de março de 2018. Deverá comprovar experiência mínima de 05 (cinco) anos e ter realizado atividades de supervisão técnica/administrativa em instalação e manutenção de Sistemas de Telecomunicações, além de experiência em redação de relatórios e laudos técnicos e leitura e entendimento de plantas de arquitetura e desenhos técnicos.

8.42.2. Para o Técnico de Telecomunicações: Formação de nível técnico em Telecomunicações, com diploma de conclusão e registro no CFT, conforme Lei Nº 13.639, de 26 de março de 2018. Experiência mínima de 02 (dois) anos.

8.43. O Motorista deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria B, conforme § 1º do art. 159 da Lei 9.503/97 (CTB) e experiência prática na área de no mínimo 02 (dois) anos.

8.44. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

8.45. É permitido que a comprovação da capacidade técnico-profissional seja realizada mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, cópia do contrato de trabalho ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

8.46. Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

8.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.948.954,15

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.948.954,15 (Oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Nº do Processo Administrativo: 25389.000163/2024-91		PREGÃO ELETRÔNICO N° xx/2024 - COGIC						
Tipo de Serviço	Métrica	Carga Horária	Quantidade de Posto	Quantidade de Profissionais	Custo Unitário	Custo Mensal	Custo Anual	Custo BIANUAL
1 Supervisor	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	1	1	R\$ 11.256,33	R\$ 11.256,33	R\$ 135.075,99	R\$ 270.151,97
2 Técnico com CFT	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	14	14	R\$ 10.028,54	R\$ 140.399,55	R\$ 1.684.794,63	R\$ 3.369.589,27
3 Motorista	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	1	1	R\$ 7.576,87	R\$ 7.576,87	R\$ 90.922,46	R\$ 181.844,93
01 - Custo Total de Mão de Obra			16	16	Valor Total Mensal	R\$ 159.232,76	R\$ 1.910.793,08	R\$ 3.821.586,17
02 - Custo Total de Mão de Obra sob Demanda						R\$ 45.023,00	R\$ 540.275,99	R\$ 1.080.551,97
03 - Custo Total de Serviços por Demanda						R\$ 35.146,60	R\$ 421.759,21	R\$ 843.518,41
04 - Material SINAPI/ SCO/ Cotação						R\$ 133.470,73	R\$ 1.601.648,80	R\$ 3.203.297,60
CUSTO GLOBAL BIANUAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO						R\$ 372.873,09	R\$ 4.474.477,08	R\$ 8.948.954,15

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade conforme índice IPCA.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão Predial da Coordenação de Engenharia de Manutenção

II) Fonte de Recursos: 1001000000 - LOA Corrente

III) Programa de Trabalho: 10122003220000033

IV) Elemento de Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica

V) Plano Interno: A indicação do Plano Interno e Nota de Empenho ficam postergados para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ FERNANDO DA SILVA

Agente de contratação

BRUNO AFFONSO TEIXEIRA

Agente de contratação

EDISON DA SILVA

Agente de contratação

SEVERINO BATISTA DOS SANTOS

Agente de contratação

ANA BEATRIZ ALVES CUZZATTI

Autoridade competente

MATHEUS COUTINHO FERREIRA DOS SANTOS

Equipe de apoio

SHALOMY REGINA COUTO SOARES

Equipe de apoio

SONIA MARIA DE JESUS DA ROCHA

Equipe de apoio



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Diretoria de Administração do Campus

Proposta Pró-Forma

Emitida em: 05/11/2024

Documento:	PR00019/2024-COGIC	Processo:	25389.000163/24-91
Data da Licitação:	//	Hora da Licitação:	:
Proponente:		Telefone:	
Endereço:		Fax:	
Bairro:		Cidade:	
UF:		CEP:	
CNPJ/MF		Insc. Estadual:	
Banco:	Agência:	Conta Bancária:	
Inscrição no SIMPLES:	[] SIM [] NÃO		
Validade da Proposta:			
Prazo de Entrega:			

ITENS

Item 1

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO E CFTV DA FIOCRUZ, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS - **Unidade: serv. - Quantidade: 1.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ _____ (_____)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos - CEP:21040-360 - PABX: (21)2209-2020
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ANEXO III

**Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto
(conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n.
5/2017);**

AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E
UTILIZAÇÃO DA GARANTIA (a ser preenchido no momento da assinatura do contrato).

CONTRATO N° XXXX

_____ (identificação do licitante),
inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr.
_____ (nome do representante), portador da Cédula de
Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA**, para os
fins da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES, e dos dispositivos correspondentes do
Edital:

que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos
trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos
diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas
obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das
sanções cabíveis, Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;

que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão
contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do
valor mensal e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação
e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme da Instrução
Normativa SEGES nº 05/2017;

que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS sejam retidos
na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos
trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e
conforme Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;

que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto
das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a
Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento
da vigência contratual, conforme Instrução Normativa SEGES nº 5/2017.

_____, ____ de _____ de 2024.

(assinatura do representante legal do licitante)

ANEXO IV

Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União

TERMO DE CONCILIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o

princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas no sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;

- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- l) – Serviços de auxiliar administrativo;
- m) – Serviços de office boy (contínuo);
- n) – Serviços de digitação;
- o) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- p) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- q) – Serviços de ascensorista;
- r) – Serviços de enfermagem; e
- s) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (estrita) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais
do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho – ANPT

ANEXO V

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente Termo, a empresa _____ (razão social, CNPJ, endereço) neste ato representada pelo seu representante legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e RG), da empresa assume o compromisso de manter o mais absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso relacionado às pesquisas e serviços desenvolvidos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Para tanto, declara e se obriga:

A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos dos materiais obtidos, tais como: operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos esquema industrial, patentes, biológicos, técnicas, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, processos, projetos, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados na atividade desenvolvida e sobre qualquer outra tecnologia, relacionados a sua participação;

A não revelar, repassar, gravar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise da Coordenação da Gestão Tecnológica/GESTEC - VPPIS, sobre a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados ou tecnologia envolvendo aquela informação;

A não tomar, sem autorização da Instituição, qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectuais relativos às informações sigilosas a que tenham acesso.

A ciência que todos os documentos, inclusive o caderno de protocolo, contendo dados e informações relativas a qualquer pesquisa são de propriedade dos Laboratórios da Instituição.

A concordância que todos os materiais, sejam biológicos, modelos, protótipos e/ou noutros de qualquer natureza pertencem aos Laboratórios da Instituição, sendo vedada a apropriação de qualquer material ou tecnologia seja ele confidencial e sigiloso ou não.

A obrigação de ressarcir a Fundação Oswaldo Cruz na forma da lei na ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tomada de conhecimento público pela Fundação Oswaldo Cruz ou outra pessoa mediante expressa autorização escrita.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e o seu não cumprimento acarretará sanções judiciais de ordem penal civil e administrativa contra seus transgressores.

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro-RJ e com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

ANEXO VI

ATESTADO DE VISITA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PGE nº 90019/2024 da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, que a licitante _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, instalada no endereço: _____ na cidade de _____ representada legal e tecnicamente pelo profissional Sr(a).

_____, documento de identidade nº _____ 3 às ____:____ horas) no Campus da FIOCRUZ e tomou conhecimento em VISITA TÉCNICA, das condicionantes à prestação dos serviços alvo desta contratação.

Local e Data.

Assinatura, matrícula e Identificação do Servidor da FIOCRUZ com carimbo

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

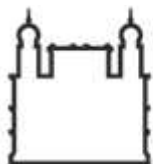
Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e plenamente capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e Identificação do Representante Técnico da Licitante

Nota: A empresa deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência de seu representante técnico e legal para a referida visita.

OBS.: A visita deverá “ser agendada” de segunda à sexta-feira, das 10h00min às 14h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente por e-mail telecom-cem.cogic@fiocruz.br e telecom@fiocruz.br, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/06/2024

COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU 02/08/2017,

RESOLVE:**1. PROPÓSITO**

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

Flávia Silva
Coordenadora Geral de Administração
FIOCRUZ



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.

APÊNDICE I DO ANEXO IX

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

_____, (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA o(a) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

Nota explicativa: A assinatura desta “Autorização Complementar” deve ser precedida da solicitação de abertura da conta-depósito para a Instituição Financeira com quem se tenha firmado Termo de Cooperação Técnica e é condição para a celebração do contrato.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

....., de..... de 20.....

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 25389.000163/2024-91

Unidade Gestora: 254462 - COGIC

COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA
DOS CAMPI - COGIC

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º ____/2024, QUE FAZEM ENTRE SI A FIOCRUZ, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI-COGIC E A EMPRESA _____. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES E CFTV DA FIOCRUZ, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

A **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)**, por intermédio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi COGIC, com sede na Avenida Brasil, n.º 4365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro /RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.781.055/0003-05, neste ato representado pela Coordenadora Geral de Infraestrutura dos Campi, Sr.ª Ana Beatriz Alves Cuzzatti, portadora da matrícula funcional nº 1567804, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 14/2024 do Diretor Executivo da Fiocruz e a Portaria de designação nº 3.785 de 26/12/2019 do Ministério da Saúde, doravante denominado CONTRATANTE e o(a) _____ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º _____, sediado(a) na _____, em _____, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º 25389.000163/2024-91, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto n.º 11.246/2022, e demais legislações aplicáveis, bem como da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 58/2022, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º ____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de telecomunicações e CFTV da FIOCRUZ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Anual	Valor Total (Bianual)
------	---------------	--------	-------------------	------------	-------------	-----------------------

1	Prestação de Serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas de Telecomunicações e CFTV da Fiocruz, com fornecimento de peças.	22977	Mensal	1	R\$	R\$
---	---	-------	--------	---	-----	-----

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes dos custos efetivos dessas contribuições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, apenas para os serviços descritos e condições abaixo:

4.1.1. Serviços de fibra ótica como fusão, medição e certificação;

4.1.2. Desobstrução de trechos de rede subterrânea;

4.1.3. Certificação de pontos de cabeamento estruturado;

4.1.4. Adicionalmente, é permitida a subcontratação para serviços de telecomunicações não previstos especificamente no Termo de Referência que eventualmente sejam necessários, desde que esses serviços sejam necessários para a manutenção e operação eficiente dos sistemas de telecomunicações e CFTV da Fiocruz. Esses serviços deverão ser previamente aprovados pela fiscalização do contrato e atender aos mesmos padrões de qualidade e compatibilidade exigidos para os serviços descritos.

4.1.5. A CONTRATADA será comunicada pelo fiscal do contrato sobre a realização dos serviços, e terá o prazo de 48 horas, a partir da comunicação, para disponibilizar os serviços;

4.1.6. A CONTRATADA deverá comprovar que a(s) SUBCONTRATADA(s) possui(em), no mínimo, capacidade técnica exigida para executar cada tipo de serviço;

4.1.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

4.1.8. Sem prejuízo das demais responsabilidades, a CONTRATADA deverá se comprometer a não subcontratar empresas prestadoras de serviços que: sejam inidôneas; desrespeitem as garantias legais dos trabalhadores; utilizem mão de obra infante-juvenil; façam uso de mão de obra escrava ou análoga à escravidão e; que não adotem práticas sustentáveis em seus negócios;

4.1.9. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

4.1.10. A subcontratação não autorizada, efetivada além dos limites fixados nesse documento ou ocorrida sem o consentimento prévio da Administração, implica na imposição das penalidades administrativas previstas no instrumento contratual;

4.1.11. De acordo com o estabelecido acima, a Fiocruz poderá em qualquer momento inspecionar, monitorar os trabalhos subcontratados, e o cumprimento de suas obrigações;

4.1.12. Os serviços executados pela subcontratada devem cumprir os mesmos padrões de qualidade exigidos no contrato principal e seguir rigorosamente todas as normas técnicas aplicáveis (NBR);

4.1.13. A CONTRATADA fica obrigada a enviar à Fiocruz toda a informação que lhe seja solicitada de suas SUBCONTRATADAS (documentos, relatórios, livros de ocorrências, livre acesso às instalações etc.);

4.1.14. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais subcontratados estejam devidamente uniformizados, identificados e portando todos os EPI's necessários à realização de suas atividades;

4.1.15. A CONTRATADA principal deverá informar minimamente à fiscalização o nome da empresa subcontratada, seu CNPJ, o nome completo dos colaboradores que acessarão as dependências da FIOCRUZ, o serviço que será realizado, data de realização e unidade;

4.1.16. Carta de encaminhamento de crachás; Crachás assinados pela empresa (Na Logo da

empresa deverá conter o nome da SUBCONTRATADA a SERVIÇO da CONTRATADA);

4.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 92, V E X)

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias,

observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique

o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **1 (um) mês**, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021);
- 8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de **1 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.21. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.21.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 9.22. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.24. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.25. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.26. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.27. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.31. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.32. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.33. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.34. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.35. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do

pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.36. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.37. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.38. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.39. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.40. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.41. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.42. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.43. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.43.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.43.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

11.1. A contratação contará com garantia de execução, nos moldes do art. 96, da Lei n.º 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela modalidade de caução, fiança bancária ou seguro-garantia, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do contrato.

11.1.1. A garantia nas modalidades de caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

11.1.2. No caso de seguro-garantia, a apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do Contrato.

11.1.3. **Não serão aceitas garantias prestadas por instituições financeiras não autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como garantias efetuadas por seguradoras não credenciadas junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).**

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

- 11.6. **A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:**
- 11.6.1. **prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;**
- 11.6.2. **multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e**
- 11.6.3. **obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.**
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827, do Código Civil.
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 11.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 11.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores

vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([ART. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado

das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. O contratante poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([ART. 92, VIII](#))

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 254462 - COGIC

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

16.1. A regularidade da CONTRATADA foi aferida conforme consulta ao SICAF, CNDT, CEIS, CNJ, TCU e CADIN em xx/xx/2024, conforme certidões inseridas autos (SEI nº XXXXXX).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS ([ART. 92, III](#))

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal e Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Rio de Janeiro,

PELA FIOCRUZ:

Ana Beatriz Alves Cuzzatti

Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi

Fundação Oswaldo Cruz

PELA CONTRATADA:

Nome

Representante Legal

Empresa

TESTEMUNHAS:

1)

2)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE GOMES MARQUES, Gestor(ª) de Contratos - GECONT/CAD/COGIC**, em 21/10/2024, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4375970** e o código CRC **A7D84EA8**.

Referência: Processo nº 25389.000163/2024-91

SEI nº 4375970

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E / OU ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____ com sede (endereço completo), declara sob as penas da Lei que possui os seguintes contratos firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos R\$ _____

Observação:

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes, sendo facultado à Comissão a verificação da veracidade das informações, através de diligências junto às instituições contratadas com a licitante.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

ANEXO XI

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº ____/____ QUE ENTRE SI CELEBRAM A COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI (COGIC/FIOCRUZ) E O BANCO DO BRASIL S.A., VISANDO A ABERTURA DE CONTAS PARA DEPÓSITOS VINCULADOS A OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DA IN 05/2017.

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por intermédio do(a) COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI COGIC/FIOCRUZ/RJ, com sede na Avenida Brasil, nº. 4.365, Prédio Sede da COGIC, Manguinhos, CEP 21.040-900, na cidade do Rio de Janeiro / Estado RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0003-05, neste ato representada pela sua COORDENADORA-GERAL, Sr^a. ANA BEATRIZ ALVES CUZZATTI nomeada pela Portaria nº 3.785, de 26 de dezembro de 2019, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2019, portadora da matrícula funcional n.º1567804, doravante denominada FIOCRUZ, e, de outro lado o BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília (DF), doravante denominado simplesmente BANCO, neste ato representado pelo Gerente Geral, Sr. Alcides Pegorer Júnior, brasileiro, casado, CPF: 569.486.979-68, RG: 4021826-2 SSP/PR, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado simplesmente ACORDO, para a prestação dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos captados relativos a execução dos Encargos Trabalhistas nos termos da Instrução Normativa nº 03 SLTI/MPOG, de 15.10.09 – doravante denominada CONTA, e as demais normas pertinentes, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – O presente instrumento tem por objetivo regulamentar a prestação, pelo BANCO, dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos na forma da Instrução Normativa nº 03, de 15.10.09, bem como viabilizar o acesso da FIOCRUZ aos saldos, extratos e movimentação dos recursos das referidas CONTAS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PROCEDIMENTOS – Para a consecução do objeto do presente ACORDO, serão adotados os seguintes procedimentos:

Para cada contrato será aberta uma CONTA em nome da pessoa física ou jurídica que possui contrato firmado com a Administração Pública – doravante denominado CONTRATADO, à ordem da FIOCRUZ, mediante solicitação ou autorização formal da FIOCRUZ.

A conta será aberta exclusivamente para recebimento de depósitos dos recursos na forma da IN 03 MPOG/SLTI.

A movimentação dos recursos na CONTA se dará mediante solicitação ou autorização da FIOCRUZ.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FLUXO OPERACIONAL – A abertura da CONTA, captação e movimentação dos recursos se dará conforme o fluxo operacional a seguir:

A FIOCRUZ firma o Contrato com os CONTRATADOS.

A FIOCRUZ envia ao BANCO, ofício solicitando a abertura da CONTA em nome dos CONTRATADOS, com quem teve contratos firmados.

O BANCO recebe ofício da FIOCRUZ e após a entrega de documentos obrigatórios pelo CONTRATADO, abre a CONTA, em seu nome e à ordem da FIOCRUZ, na sua agência de relacionamento.

O BANCO envia à FIOCRUZ correspondência contendo o número da CONTA aberta, bem como eventuais rejeições, indicando seus motivos.

A FIOCRUZ credita recursos retidos na forma da IN 03 MPOG/SLTI, nas CONTAS abertas e mantidas exclusivamente nas agências do BANCO.

A FIOCRUZ solicita ou autoriza ao BANCO a movimentação dos recursos, mediante ofício.

O BANCO acata solicitação ou autorização da FIOCRUZ para movimentação financeira na CONTA e efetua as movimentações.

O BANCO disponibiliza à FIOCRUZ saldo e extrato das movimentações das CONTAS abrangidas pelo ACORDO, mediante solicitação da FIOCRUZ, à sua agência de relacionamento, limitado a um extrato por mês.

O acesso às CONTAS, pela FIOCRUZ, fica condicionado à expressa autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo deste ACORDO, por parte do CONTRATADO.

Os recursos depositados nas CONTAS serão aplicados em caderneta de poupança.

CLÁUSULA QUARTA – DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES:

I – Compete à FIOCRUZ:

Remeter ao BANCO, Agência Setor Público, ofício solicitando a abertura das CONTAS.

Remeter Ofícios ao BANCO (agência Setor Público) solicitando ou autorizando a movimentação de recursos das CONTAS.

Orientar o CONTRATADO a comparecer à sua Agência de relacionamento no BANCO, para providenciar a abertura da CONTA, com a entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo deste instrumento, para que a FIOCRUZ possa ter acesso aos seus saldos e extratos bem como solicitar ou autorizar movimentações financeiras.

Zelar pela guarda do sigilo das informações encaminhadas, utilizando-as exclusivamente para o fim especificado na IN 03 MPOG/SLTI.

Incluir no edital de licitação para a contratação do serviço, a autorização do Banco do Brasil vir a cobrar tarifa relativa aos custos de manutenção da conta a ser aberta.

II – Compete ao BANCO:

Abrir as CONTAS, disponibilizar saldos e extratos e efetuar as movimentações solicitadas ou autorizadas pela FIOCRUZ.

Aplicar os recursos da CONTA em poupança.

Prestar a assessoria que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento.

Processar os ofícios remetidos pela FIOCRUZ destinados a abrir CONTAS.

Gerar e encaminhar correspondência contendo o número da CONTA nos termos do item “d” da cláusula terceira.

Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.

CLAUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO - Pela prestação dos serviços contratados, o BANCO receberá tarifa conforme a seguir:

R\$ (), descontado mensalmente na CONTA.

O valor referente do Item “a” estará sujeito aos reajustes da tabela de preços dos Planos de Serviços do Banco do Brasil.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA - Este ACORDO terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência de doze meses, podendo ser prorrogado automaticamente, limitado a 60 meses contados a partir da assinatura.

Parágrafo Único – Não havendo interesse em renovar o contrato por uma das partes, a mesma deverá se manifestar de forma expressa, indicando a contrariedade na renovação, com antecedência mínima de 30 dias, nos termos da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO – A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela FIOCRUZ, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO - Este ACORDO poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA NONA – DO FORO - Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste ACORDO deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta. No caso de ultrapassadas as tentativas de resolução das controvérsias porventura existentes pela via administrativa, o Foro eleito é o da Justiça Federal, seção judiciária do Rio de Janeiro.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

REPRESENTANTE ÓRGÃO Alcides Pegorer Júnior

Testemunhas:

Nome/CPF: Nome/CPF:

Aprovado pela Procuradoria Federal/Fiocruz.

TUTORIAL DE PREENCHIMENTO		
Aba da Planilha	Informações relevantes para o preenchimento da planilha	Destino do preenchimento da Aba da Planilha
Estrutura	Aba Meramente Ilustrativa para que a Licitante consiga mapear todo o Escopo a ser alcançado, além de demonstrar a Estrutura para o devido dimensionamento de sua Proposta.	Aba Meramente Ilustrativa, não existe ligação com outras abas.
Legenda das ABAS	Aba para discriminar todas as informações sobre as categorias de mão de obra residente previstas pela Administração.	Planilhas de Custo de Mão de Obra Supervisor e Técnico CFT
Encargos_Rescisão_Prof Ausente	Aba para ser preenchida levando em consideração todos os encargos sociais, trabalhistas, custos de rescisão e profissional ausente dos postos de trabalho de mão de obra residente. A administração elaborou esta aba na planilha afirm de uniformizar todas as aliquotas, que automaticamente será preenchida nas planilhas de custo desta contratação. Levar em consideração e preencher o FAP ajustado da empresa, comprovado através de apresentação da GFIP. Se a empresa possuir histórico diferenciado das aliquotas apresentadas ou fundamentação legal, existe a coluna da Justificativa da alteração da alíquota e a coluna de novo memorial de cálculo a justificar, para que a Empresa registre as modificações e a comissão de licitação apure a legalidade/ razoabilidade dos fatores apresentados.	As aliquotas serão importadas para as planilhas de custo 01 à 19.
Custos Indiretos Tributos e Lucro	Aba para ser preenchida levando em consideração os custos indiretos, tributos e lucro desta referida prestação de serviço. Para que a Licitante possa organizar melhor sua distribuição do CITL, existem 2 composições a serem preenchidas, um quadro está sendo linkado automaticamente nas abas de mão de obra residente e outro quadro sendo linkado para a composição dos custos dos Serviços Eventual.	CITL (Custos Indiretos, Tributos e Lucro) 01 (um) quadro para as planilhas de custo de 01 à 21 e 01 (um) quadro para a planilha de Serviços por Demanda
Abas de Postos - Supervisor e Técnico CFT	Aba para ser preenchida as informações da mão de obra residente, levando em consideração as particularidades de cada CCT envolvida por categoria. Aba que constitui a consolidação das informações de modo geral e que visa a fechar de modo geral o custo dos postos de trabalho. Algumas informações já estarão preenchidas automaticamente por conta da empresa Informar as aliquotas na planilha única de Encargos_Rescisão_Prof Ausente e a planilha de Custos Indiretos, Tributos e Lucro. Os Custos gerados destas tabelas de apoio, estarão linkados automaticamente com a planilha de custos para a composição de modo abrangente dos custos mensais dos postos de trabalho, obedecendo as especificidades de cada tipo de serviço/categoria.	Não se aplica destino. Custos deverão ser informados na referida planilha.
Serviços por Demanda	Listagem de todos os Serviços, sem mão de obra residente, para atuar de forma com suas características. Aba com a listagem e quantitativos já correlacionados e bloqueada para alteração. A Licitante deverá compor a informação somente do Custo Unitário por Tipo de Métrica envolvida na Descrição da Atividade. A tabela fará o cálculo através do Custo Unitário Informado, além de realizar a incidência do Custo Indireto, tributos e lucro (CITL) por conta do preenchimento informado na aba em destaque.	Não se aplica destino. Custos deverão ser informados na referida planilha.
Aba: Uniformes / EPI's / EPC's Aba: INSUMOS Aba: Ferramentas Individual Aba: Ferramentas Uso Geral Aba: Veículos	A Licitante deverá atentar-se aos Apêndices. Para a realização desses serviços será de responsabilidade da CONTRATADA fornecer aos seus trabalhadores e/ou subcontratados EPIs/ EPCs/ Uniformes/ Insumos/ e Ferramentas de Uso Geral e Individual, e Veículos, necessários à execução dos serviços, conforme itens listados nas abas.	Não se aplica destino. Custos deverão ser informados na referida planilha.
Material	O licitante deverá preencher valor total, conforme previsto no Termo de Referência deste edital,	Não se aplica destino. Custos deverão ser informados na referida planilha.
Proposta Pro-Forma	A licitante deverá preencher nesta planilha somente os campos necessários.	O valor total da proposta será importado automaticamente da aba Totalizador.
Resumo	Resumo global detalhado da proposta da licitante.	O valores estão linkados as abas da planilha, a fim de detalhar todos os custos inerentes a contratação
Estimativa de Custos	Resumo global da proposta da licitante.	O valores estão linkados as abas da planilha, a fim de detalhar todos os custos inerentes a contratação
Aba Ferramentas Uso Geral	Para o cálculo da depreciação de equipamentos, será adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%.	Não se aplica destino. Custos deverão ser informados na referida planilha.
Aba Veículos	Para o cálculo do valor unitário do Veículos: Caminhão e Pickup (a contratada deverá dimensionar o valor do veículo e englobar todas as despesas necessárias como combustível, seguro, manutenção, etc)	Não se aplica destino. Custos deverão ser informados na referida planilha.

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - COGIC - FIOCRUZ					
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS		Memória de Cálculo	Fundamento	Justificativa da Alteração da Alíquota	Novo Memorial de Cálculo para Justificar
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%			
A	13 (Décimo-terceiro) salário		Art.7º, VIII, CF/88. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.		
B	Férias e Adicional de Férias		Férias + Adicional = (1 / 12) + (1 / 12 / 3)	Direito estabelecido pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 129 e seguintes. O Empregado tem direito a 30 dias de férias remuneradas anualmente. (30/360*100) = 8,33% + Acréscimo de 1/3 na remuneração de férias, conforme artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal [(30/30)*(30/360*100) = 2,78% ⇒ 8,33% + 2,78% = 11,11%	
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		Incidência da alíquota total do submódulo 2.2 x (custo de décimo terceiro + custo de férias e adicional de férias)	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		0.00%			
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%			
A	INSS		20.00%	Art.22, Inciso I da Lei 8.212/91	
B	Salário Educação		2.50%	Art.3º, Inciso I, Decreto 87.043/82	
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)		RAT: 1%, 2% ou 3% x FAP-0,5 a 2%	RATxAT – Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas 'b' e 'c', da Lei nº 8.212/91. Conforme GFIP do mês anterior à data da proposta – Para estimativa, considerado o maior valor possível.	
D	SESC ou SESI		1.50%	Art.3º, da lei 8036/90	
E	SENAI - SENAC		1.00%	Decreto 2.318/96	
F	SEBRAE		0.60%	Art.8º, Lei 8029/90 e Lei 8154/90	
G	IN CRA		0.20%	Lei 7787/89 e DL 1146/70	
H	FGTS		8.00%	Art.15, da Lei 8036/90 e Art.7º III, CF	
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		0.00%			
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		Memória de Cálculo	Fundamento	Memória de Cálculo	Fundamento
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		%			
A	Aviso Prévio Indenizado		(((1/12)»0,05)»100 = 0,42%	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Arrolado no item 22 do Acórdão 6771/2009 do TCU	
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		% Aviso Prévio Indenizado x % FGTS = 0,03%	Súmula nº 305/TSJ e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.	
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado		= 0,8*0,4*0,1*(1-(1/12)+(1/12)-(1/3*1/12))	- Lei Nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019 - Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001	
D	Aviso Prévio Trabalhado		(7/30)/12 x 100 = 1,94%	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		% Aviso Prévio trabalhado x % total submodulo 2.2	Súmula nº 305/TSJ	
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.		= 0,8*0,4*0,9*(1+(1/12)+(1/12)-(1/3*1/12))	- Lei Nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019 - Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001 - Art. 1º, caput, e parágrafo único da Lei nº 12.506/2011	
TOTAL DO MÓDULO 3		0.00%			
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Memória de Cálculo	Fundamento	Memória de Cálculo	Fundamento
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%			
A	Substituto na cobertura de Férias		% submódulo 2.2 alínea b - férias e adicional 12,10 12 meses = 1,01%	Previsão de pagamento mensal proporcional a cobertura de férias, para um período de 30 dias, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme precatua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT, e art. 7º, inciso XVI, CF. Deverá ser levado em consideração 1/12 avos das férias do profissional que está cobrindo este período. O provisionamento do profissional efetivo do posto de trabalho já possui sua retenção no Submódulo 2.1 Alínea B.	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		((1 / 30) / 12) X 100 = 0,28%	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salário correspondente. De acordo com dados estatísticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano. a esse título.	
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade		((5 / 30) / 12) X 0,015 X 100 = 0,02%	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado como art.10, §1º dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.	
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho		((15 / 30) / 12) X 0,0078 X 100 = 0,03%	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		0,0144 x 0,1 x 0,4509 x 6/12 = 0,03%.	De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Estima-se que 10% das empregadas engravidem em cada ano de execução contratual. Considerando-se o custo de encargos como sendo 45,09% da remuneração (CNP 20,00% + SAT + 0,00% + 13º Salário 9,09% + FGTS 8,00% + Multa Rescisória 4,00%) e que a licença-maternidade dure 6 meses, a remunição para este item retraceando ao cálculo:	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)				
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		0.00%			
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada		%			
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação		Não há previsão de forma ininterrupta de execução, portanto, este custo ficará zerado.		

CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - Planilha de custo dos postos de trabalho em geral		
INFORME AS ALÍQUOTAS PREVISTAS DE ACORDO COM O ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO, CUSTOS INDIRETOS E LUCRO PREVISTOS PARA A COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DA PLANILHA DE <u>MÃO DE OBRA</u> .	A - CUSTOS INDIRETOS	
	B - LUCRO	
	C1 - PIS	
	C2 - COFINS	
	C3 - ISS	
	C4 - OUTROS (CPRB)	
ALÍQUOTA CITL TOTAL		0.00%

CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO Serviços por Demanda e Materiais		
INFORME AS ALÍQUOTAS PREVISTAS DE ACORDO COM O ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO, CUSTOS INDIRETOS E LUCRO PREVISTOS PARA A COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DA <u>PLANILHA DE SERVIÇO EVENTUAL OU POR DEMANDA</u> .	A - CUSTOS INDIRETOS	
	B - LUCRO	
	C1 - PIS	
	C2 - COFINS	
	C3 - ISS	
	C4 - OUTROS (CPRB)	
ALÍQUOTA CITL TOTAL		0.00%

OBS.1: CASO A LICITANTE SEJA OPTANTE PELO REGIME DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA (CPRB) DEVERÁ SER INSERIDA A ALÍQUOTA DE ENQUADRAMENTO, ASSIM COMO DEVERÁ TER SEU DEMONSTRATIVO DE REGIME DEVIDAMENTE APRESENTADO.

OBS.2: CASO A LICITANTE SEJA OPTANTE PELO CPRB, A MESMA DEVERÁ REALIZAR LINK DA ALÍQUOTA APRESENTADA NESTA ABA EM TODAS AS PLANILHAS DE MÃO DE OBRA, ALÉM DE CONFERIR SE OS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (CITL) DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS LISTADOS, ESTÃO DE ACORDO COM SEU REGIME DE ENQUADRAMENTO.

OBS.3: É DE RESPONSABILIDADE DA LICITANTE A CONFERÊNCIA DAS ALÍQUOTAS APRESENTADAS NESTA ABA COM AS INFORMAÇÕES NAS PLANILHAS DE MÃO DE OBRA E DE SERVIÇOS LISTADOS.

LEGENDA DE POSTOS DE TRABALHO, QUANTIDADES E SALÁRIO BASE						
Legenda dos Postos de Trabalho	Métrica	Carga Horária	Quantidade Postos	Quantidade Profissionais	Salário mínimo	Salário Base Pesquisa Salarial
Supervisor	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	1	1		
Técnico com CFT	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	14	14		
Motorista	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	1	1		
Total Geral:			16 Postos	16 Profissionais		
Valor Unitário de Vale Transporte						
Valor Unitário de Vale Refeição Mensal						

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS								
Objeto: Contratação de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas de Telecomunicações, Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Circuito Fechado de TV da Fiocruz.								
Nº do Processo Administrativo: 25389.000163/2024-91			PREGÃO ELETRÔNICO N° xx/2024 - COGIC					
Tipo de Serviço		Métrica	Carga Horária	Quantidade de Postos	Quantidade de Profissionais	Custo Unitário	Custo Mensal	Custo Anual
1	Supervisor	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	1	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	Técnico com CFT	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	14	14	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	Motorista	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	1	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
01 - Custo Total de Mão de Obra				16	16	Valor Total Mensal	R\$ -	R\$ -
02 - Custo Total de Mão de Obra sob Demanda							R\$ -	R\$ -
03 - Custo Total de Serviços por Demanda							R\$ -	R\$ -
04 - Material SINAPI/ SCO/ Cotação							R\$ -	R\$ -
CUSTO GLOBAL BIANUAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO							R\$ -	R\$ -

Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio

[illegible]

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base	-	R\$ -
B	Adicional Porcentual de	20%	R\$ -
C	Adicional por Hora Extra	40%	R\$ -
D	Adicional Noturno	20%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	20%	R\$ -
F	Outras (especificar)	20%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAL E QUÍBROS			
Subtítulo 2.1 - 13ª Salário, Férias e Adicional de Férias			VÁLOR (R\$)
A	13.º Salário Integral Salário	0,00%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	0,00%	0,00
C	Incidência dos encargos do subtítulo 2.2 sobre Subtítulo 2.1 - 13ª Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00%	0,00
TOTAL: 0,00			

Subsídio 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	0,000%	R\$ -
B	Salário Educado	0,000%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,000%	R\$ -
D	SENAI ou SENAC	0,000%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	0,000%	R\$ -
F	SEBRAE	0,000%	R\$ -
G	INCRÁ	0,000%	R\$ -
H	FGTS	0,000%	R\$ -

Subtítulo 2.2 - Benefícios Mensais a Diárias		Unidade	Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	MS	0,00	0,00
B	Alimentação	MS	0,00	0,00
C	Alimentação Especial	MS	0,00	0,00
D	Gratificação	MS	0,00	0,00
E	Seguro de Vida	MS	0,00	0,00
F	Valor Mensal de Valor Refeição Mensal (R\$ 22,00)	MS	0,00	0,00
G	Valor Mensal de Gratificação Mensal (R\$ 22,00)	MS	0,00	0,00
H	Alimentação Médica	MS	0,00	0,00
I	TAXA BANCÁRIA DO APROVEITAMENTO	MS	0,00	0,00
TOTAL SUBTÍTULO 2.2				

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		VALOR (R\$)	
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1	135 Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GRAT. FGTS e Outras Contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$	-

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
provisão para rescisão		%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	R\$ -
B	Indenização da FGTS sobre Saldo Devidos Indenizado	0,00%	-
C	Multa da FGV e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	R\$ -
E	Indenização das parcelas de indenização 7,2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	R\$ -
F	Multa da FGV e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		0,00%	R\$ -

Módulo 2 – Custo de Reparação dos Equipamentos Aviação			
Submódulo 2.1 – Avaliação Legal		%	VALOR (R\$)
A	Substituição ou conservação de EAP	0,00%	0,00
B	Substituição ou conservação de Aviação Leve	0,00%	0,00
C	Substituição ou conservação de Aviação Comercial	0,00%	0,00
D	Substituição ou conservação de Aviação por Aviação de Trabalho	0,00%	0,00
E	Substituição ou conservação de Aviação de Transporte	0,00%	0,00
F	Substituição ou conservação de Outros Aviação Transportes	0,00%	0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		0,00%	0,00
Submódulo 2.2 – Avaliação Técnica		%	VALOR (R\$)
A	Substituição ou conservação de componentes Aviação de Motor	0,00%	0,00
B	Substituição ou conservação de componentes Aviação de Motor	0,00%	0,00
Custos Reparação dos Módulos 2 – Custo de Reparação dos Equipamentos Aviação			
			VALOR (R\$)
A.1	Substituição ou conservação aviação		0,00
A.2	Substituição ou conservação		0,00
TOTAL DO MÓDULO 2			0,00
Módulo 3 – Insumos Diversos			
			VALOR (R\$)
A	Insumos Diversos		0,00
B	Material de Consumo		0,00
C	Transportadora e Equipamentos Individual		0,00
D	Transportadora Aviação		0,00
E	Passagem		0,00
F	Equipamento, EAP e ETC		0,00
TOTAL DO MÓDULO 3			0,00
Módulo 4 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	0,00
B	Lucro	0,00%	0,00
Tributos			
A.1	ICMS	0,00%	0,00
A.2	ICMS	0,00%	0,00
A.3	ICMS	0,00%	0,00
A.4	ICMS	0,00%	0,00
A.5	ICMS	0,00%	0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			0,00
a) Tributos % = Te =		0,00%	
b)			
B) Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5 de Custos Indiretos + Lucro = Pn =		0,00	-
c) Bn = Pn - Bn = Pn =		0,00	-
Valor dos Tributos = Pn - Bn		0,00	
Cálculo Final do Custo por Equipamento			
Módulo 1 – Custo de Reparação dos Equipamentos Aviação			VALOR (R\$)
A	Módulo 1 – Custo de Reparação dos Equipamentos Aviação		0,00
B	Módulo 2 – Custo de Reparação dos Equipamentos Aviação		0,00
C	Módulo 3 – Custo de Reparação dos Equipamentos Aviação		0,00
D	Módulo 4 – Custo de Reparação dos Equipamentos Aviação		0,00
E	Módulo 5 – Custo de Reparação dos Equipamentos Aviação		0,00
F	Módulo 6 – Custo de Reparação dos Equipamentos Aviação		0,00
G	Módulo 7 – Custo de Reparação dos Equipamentos Aviação		0,00
H	Módulo 8 – Custo de Reparação dos Equipamentos Aviação		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			0,00
Custo Total por Equipamento			0,00
Custo Total por Equipamento			0,00
Custo Total por Equipamento			0,00

Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio da isonomia entre os participantes, respeitando as peculiaridades e o âmbito de cada empresa.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
Mãe do Processo Administrativo	Processo nº	Data	Índice
Local de Prestação dos Serviços	Duração contratual	Vigência Mensal	
CDG/CPT/CDR/CD	12 meses	60 MESES	
Tempo de Serviço	Unidade de Medida	Data de Fim	
Técnico com OFT			
Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra			
Nome do Responsável Técnico	Assinatura do Responsável Técnico	Data	
Art. 1º (Obrigatório a Ser) (Art. 1º)	Indicador Fornecedor (Art. 1º)		
Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	9109		
Art. 1º	Art. 1º		
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3133		
3133	Vigência de CCT ou Discreto Convênio		
Resolução Normativa dos Serviços Coletivos	10/2017/PROG		
Resolução Normativa dos Serviços Coletivos	Resolução Normativa dos Serviços Coletivos		
RS 0.00	RS 0.00		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base	-	RS
B	Adicional Por Qualificação	0%	RS
C	Adicional por Insalubridade	40%	RS
D	Adicional Noturno	0%	RS
E	Adicional de Hora Extraordinária	0%	RS
F	Outros (Especificar)	0%	RS
TOTAL DO MÓDULO 1			RS
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13º Salário (adicional anual)	0.00%	RS
B	Férias e Adicional de Férias	0.00%	RS
C	Incidentes dos encargos do submódulo 2.1 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0.00%	RS
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			RS
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	GPS	0.00%	RS
B	Salário Educação	0.00%	RS
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0.00%	RS
D	FGTS (11%)	0.00%	RS
E	SENAI - SENAC	0.00%	RS
F	SEBRAE	0.00%	RS
G	INSS	0.00%	RS
H	FGTS	0.00%	RS
TOTAL SUBMÓDULO 2.2			RS
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	RS	RS
B	Aluguel Residência	RS	RS
C	Benefício Social Familiar	RS	RS
D	Celular	RS	RS
E	Alimentação	RS	RS
F	Valor Unitário da Vaga Refeição Mensal	RS	RS
G	Valor Unitário da Vaga Refeição Diária (1/23 mês)	RS	RS
H	Valor Unitário da Gratificação Natalina (1/12 mês)	RS	RS
I	CESTA BÁSICA DO ASSALADO	RS	RS
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			RS
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		RS
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		RS
2.3	Benefícios Mensais e Diários		RS
TOTAL DO MÓDULO 2			RS

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
3	A Anota Provisão Indenizatória	0,00%	RS
B	Indenizatória da FICP sobre Anota Provisão Indenizatória	0,00%	RS
C	Multa do FICP a Contribuição Social sobre a Anota Provisão Indenizatória	0,00%	RS
D	Anota Provisão Trabalhista	0,00%	RS
E	Indenizatória dos encargos do submódulo 2 sobre Anota Provisão Trabalhista	0,00%	RS
F	Multa do FICP a Contribuição Social sobre a Anota Provisão Trabalhista	0,00%	RS
	TOTAL DO MÓDULO 3		RS
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	%	VALOR (R\$)
A	Substituição na cobertura de férias	0,00%	RS
B	Substituição na cobertura de Ausências Legais	0,00%	RS
C	Substituição na cobertura de ausência Paternidade	0,00%	RS
D	Substituição na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,00%	RS
E	Substituição na cobertura do Estabelecimento Maternidade	0,00%	RS
F	Substituição na cobertura de outras Ausências Legais	0,00%	RS
	TOTAL SUBMÓDULO 4.1		RS
	Submódulo 4.2 - Intergapagem	%	VALOR (R\$)
A	Substituição na cobertura de um mês de Intergapagem Intergapagem	0,00%	RS
	TOTAL SUBMÓDULO 4.2		RS
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	VALOR (R\$)
4.1	Substituição nas Ausências Legais	RS	
4.2	Substituição na Intergapagem	RS	
	TOTAL DO MÓDULO 4		RS
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
	INSUMOS DIVERSOS	%	VALOR (R\$)
A	Materiais Comuns	RS	
B	Parâmetros e Equipamentos Individuais	RS	
C	Parâmetros Uso Geral	RS	
D	Indícios	RS	
E	Informações, EPI e EPC	RS	
	TOTAL DO MÓDULO 5		RS
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
6	A Custos Indiretos	0,00%	RS
B	Lucro	0,00%	RS
C	TRIBUTOS	0,00%	RS
C.1	ICMS	0,00%	RS
C.2	COTRIS	0,00%	RS
C.3	ISS	0,00%	RS
C.4	Outros (CPM)	0,00%	RS
	TOTAL DO MÓDULO 6		RS
a)	Tributos % = $Ta \times \frac{100}{100}$	0,00%	
b)	Total das Modalidades 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos Indiretos + Lucro+ Po =	RS	
c)	Po / 75, Total = $P+1$	RS	
	Valor das Tributos = $Ta \times Po$	RS	
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
	Mês de Obra vinculada a obra e a obra (considerar todos os empregados)	%	VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 – CUSTO DE MANUTENÇÃO DA REMUNERAÇÃO	RS	
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES AVANÇAS, MENSAIS E DIÁRIOS	RS	
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	RS	
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	RS	
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	RS	
F	Subtotal (A + B + C + D + E)	RS	
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	RS	
	TOTAL CUSTO POR EMPREGADO	RS	
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS			
CUSTO TOTAL MENSAIS			
RS			

Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio da isonomia entre os participantes, respeitando as peculiaridades e o âmbito de cada empresa.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
Mãe do Processo Administrativo	Processo nº	Data	Índice
Local de Prestação dos Serviços	Duração contratual	Vigência Mensal	
CDG/CPT/CDR/CLZ	12 meses	60 MESES	
Tempo de Serviço	Unidade de Medida	Data de Fim/Preço	
MOTORISTA			
Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra			
Nome do Contratado	CPF	Assinatura	Assinatura
CNPJ nº (Obrigatório e Único)			
Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	C.A. nº 001/15		
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7823-05		
7823-05	Vigência de CCT ou Disposto Contratar		
Resolução Normativa dos Direitos Coletivos	10/01/2009		
Salário Mínimo Vigente	R\$ 0,00		
R\$ 0,00	R\$ 0,00		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
I	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base	-	R\$
B	Adicional Por Qualificação	0%	R\$
C	Adicional por Insalubridade	40%	R\$
D	Adicional Noturno	0%	R\$
E	Adicional de Hora Extraordinária	0%	R\$
F	Outros (especificar)	0%	R\$
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Três) Salários anuais	0,00%	R\$
B	Férias e Adicional de Férias	0,00%	R\$
C	Incidentes dos encargos do submódulo 2.1 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00%	R\$
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	GPS	0,00%	R\$
B	Salário Educação	0,00%	R\$
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$
D	FGTS do INSS	0,00%	R\$
E	SENAI - SENAC	0,00%	R\$
F	SEBRAE	0,00%	R\$
G	INSS	0,00%	R\$
H	FGTS	0,00%	R\$
TOTAL SUBMÓDULO 2.2			R\$
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$	R\$
B	Aluguel Residência/Alimentação	R\$	R\$
C	Benefício Social Familiar	R\$	R\$
D	Celular	R\$	R\$
E	Seguro de Vida	R\$	R\$
F	Valor Unitário da Vale Refeição Mensal	R\$	R\$
G	Valor Unitário da Vale Refeição Diária (1/12 mês)	R\$	R\$
H	Valor Unitário da Gratificação Natalina (1/12 mês)	R\$	R\$
I	CESTA BÁSICA DO ASSALADO ALIMENTAÇÃO	R\$	R\$
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
S		%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	RS
B	Indenidade do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,00%	RS
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	RS
D	Aviso Prévio Trabalhistas	0,00%	RS
E	Indenidade das parcelas do submódulo 3.2 sobre Aviso Prévio Trabalhistas	0,00%	RS
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhistas	0,00%	RS
TOTAL DO MÓDULO 3		0,00%	RS

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausentes Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura da Férias	0,00%	RS
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,00%	RS
C	Substituto na cobertura da licença Paternidade	0,00%	RS
D	Substituto na cobertura de Ausência por Afastamento de Trabalho	0,00%	RS
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%	RS
F	Substituto na cobertura de Outras ausências decorrentes	0,00%	RS
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		0,00%	RS
Submódulo 4.2 - Integrandos		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura do Intergiro para Repouso ou Alimentação	0,00%	RS
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			RS

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)	
4.1	Substituto nas Ausências Legais	RS	-
4.2	Substituto no Intergiro	RS	-
TOTAL DO MÓDULO 4		RS	-

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
S	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Matérias Consumos		RS
B	Ferramentas e Equipamentos Individuais		RS
C	Arrendamento Imobiliário		RS
D	Veículos		RS
E	Uniformes, EPI e EPC		RS
TOTAL DO MÓDULO 5			RS

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
S	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	RS
B	Lucros	0,00%	RS
C	TRIBUTOS		
C.1	IRPJ	0,00%	RS
C.2	COTAXES	0,00%	RS
C.3	ISS	0,00%	RS
C.4	Outros (CPMB)	0,00%	RS
TOTAL DO MÓDULO 6			RS

a)	Tributos % = $T_n \div 100$	0,00%	
b)	Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos Indiretos + Lucro= P_n	RS	-
c)	$P_n / (1 - T_n + P_1) = P_2$	RS	-
Valor dos Tributos = $P_2 - P_n$		RS	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mês de Referência vinculado à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)	
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		RS
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAL E DIÁRIOS		RS
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		RS
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		RS
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		RS
F	Subtotal (A + B + C + D + E)		RS
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		RS
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			RS

QUANTIDADES DE PROFISSIONAIS		Q
CUSTO TOTAL MENSAL		RS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE EPI's_EPC's_UNIFORME - Anexo V			
Preencher apenas a coluna Amarela ref. a Valor Unitário			
A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.			
O Custo Mensal deverá estar linkado ao Módulo 05 - Equipamentos: Alínea E, nas abas de cada posto.			
Quantidade de Profissionais			16
Valor Anual Total			R\$ -
Valor Mensal Total			R\$ -
Valor Mensal por Profissional			R\$ -
Descrição dos Uniformes	Quantidade Total/Ano	Valor Unitário	Valor Total
Camisa Polo malha algodão, manga curta, com acabamento serfensado, com logomarca da contratada no bolso.	6		R\$ -
Calça jeans , costura dupla, modelo tradicional, com 2 bolsos na frente e 2 bolsos traseiros mosquetados, com logomarca discreta da contratada.	3		R\$ -
Par de botas profissionais 1/2 cano confeccionada em couro legítimo, com acabamento em espuma na parte superior e palmilha higiénica com tratamento antibactericida, com solado antiderrapante, vem no com cadarço, na cor preta.	1		R\$ -
Cinto tipo NA com cadarço marrom em poliuretano, largura 35mm e comprimento 1,20	1		R\$ -
Par de Meia 3/4 em algodão, na cor preta, tamanho único	3		R\$ -
Guarda pé em garbire, com manga curta, fechamento com botão, gola esporte, com costura dupla, 1 bolso superior esquerdo e dois bolsos inferiores, chapados com identificação bordada na cor preto no bolso superior para todos os profissionais, sendo o guarda pé do superior com identificação de supervisão nas costas.	1		R\$ -
Descrição dos EPI's	Quantidade Total/Ano	Valor Unitário	Valor Total
Calçado de segurança impermeável em couro com fechamento com elástico sem cadarço, palmilha sintética antibactericida, sola de borracha antiderrapante , biqueira de metalica para uso em eletrificadas, cor preta com CA no EPI	2		R\$ -
Capa de chuva em PVC: confeccionado em tela sintética revestida de PVC em ambas as faces, com fechamento frontal através de cinco botões de pressão plástica, com costura através de solda eletrônica com CA no EPI.	1		R\$ -
Capacete de segurança com aba frontal, com CA no EPI, moldado em poliestireno de alta densidade com 2 fendas laterais para acessórios (óculos) que podem acomodar protetor auditivo tipo abafador, suspensão confeccionada com 2 ou 3 tiras de tecido poliester e camesa de poliester alta densidade, tira jugular em tecido elástico para fixação do capacete evitando a queda do mesmo.	1		R\$ -
Par de luva de segurança curta, cinco dedos, confeccionada em couro vacum, tipo vaqueta, com reforço interno na palma, reforço externo entre o polegar e o indicador, e elástico no dorso com CA no EPI	1		R\$ -
Óculos de segurança construído em uma única peça de policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, resquícios de produtos ácidos, clásticos, entre outros. Proteção contra raios UVB e UVA. Hastes tipo espátula. Visor curvofrecoferendo proteção lateral. Cor da lente: incolor, com CA no EPI.	1		R\$ -
Cinto de segurança para trabalhos em altura (tipo paraquedista) com talabarte.	1		R\$ -
Descrição dos EPC's	Quantidade Total/Ano	Valor Unitário	Valor Total
Cones de sinalização de 50cm	18		R\$ -

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO MATERIAIS DE INSUMOS - Anexo VI

A Administração tem o direito de avaliar a compreensão [ou falta de compreensão] dos preços apresentados no argumento de proposta.

Discrepanțe: Este valabilă Cartea de Tracție de Forme Automotrice pe mobilele E-1 însumes diverse, alinea E.1.1 Material de Consum

Este texto se é diluído entre todos os países, profissionais, que utilizam os referidos Equipamentos/Jornais, etc.

Este planilha de Insumos é apenas **EXEMPLO** e não **EXATOS**, sendo de responsabilidade da Controlada, providenciar os mesmos que se fazem necessários, no decorrer do contrato.

Após discussão e intervenção mínima de um dos entrevistados, poderíamos fazer um

[illegible]

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS INDIVIDUAIS - Anexo III

[illegible]

*A PROPONENTE TEM A RESPONSABILIDADE DE INFORMAR A VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO/FERRAMENTA DIMENSIONADA, DE FORMA A SER REALIZADO O PAGAMENTO MENSAL SOMENTE DO PERÍODO ÚTIL DE UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO/FERRAMENTA NO CONTRATO. DESTA FORMA A ADMINISTRAÇÃO PRECISA AVALIAR CASO A CASO, DE FORMA A VALIDAR DE MODO EM GERAL TODAS AS PERIODICIDADES APRESENTADAS PELAS EMPRESAS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS - Anexo VII

[illegible]

1A PROPONENTE TEM A RESPONSABILIDADE DE INFORMAR A VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO/TERRENTA DIMENSIONADA, DE FORMA A SER REALIZADO O PAGAMENTO MENSAL SOMENTE DO PERÍODO ÚTIL DE UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO/TERRENTA NO CONTRATO. DESTA FORMA A ADMINISTRAÇÃO PRECISA AVALIAR CASO A CASO, DE FORMA A VALIDAR DE MODO EM GERAL TODAS AS PERIODICIDADES APRESENTADAS PELAS EMPRESAS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA VEÍCULOS

Preencher apenas a coluna amarelo

A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.

O Custo Mensal deverá estar ligado ao Módulo 05 - Equipamentos: Alinea D

Atenção! A Contratação deve arcar com o onus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e imprevistos.

Após decorrido o interregno mínimo de um ano de contrato, poderá haver reajuste desta planilha baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/BGE;

Para cálculo do valor do seguro foi considerado, o percentual de 3%, considerando a média praticada no mercado;

Para cálculo do valor do IPVA foi considerado, o percentual de 4%, considerando o percentual praticado no Estado do Rio de Janeiro;

Consideramos o valor da Guia de Regularização de Taxas(GRT) referente ao ano de 2024, que é de R\$ 191,88

A quantidade de quilômetros estimado para 01 ano, foi utilizada com base na contratação atual;

Quantidade de Profissionais					16	
Valor Anual Total					R\$	-
Valor Mensal Total					R\$	-
Valor Mensal por Profissional					R\$	-
Veículos	Quant.	Valor Unitário Veículo	Valor Anual de Licenciamento (IPVA + Seguro Obrigatório + Licenciamento)	Valor anual do seguro/veículo	Informar a Periodicidade da Substituição do Equipamento *	Custo Total Mensal
Veículo de cabine dupla, 4 portas. Capacidade mínima de 05 passageiros. Combustível flex. Marchas a frente: 5. Macha ré: 1. Câmbio manual. Direção hidráulica ou elétrica. Airbag. Freios abs.	1			R\$ -	10.0 Anos de Vida Útil	
Valor Mensal Total dos Veículos					R\$	-

*A PROPONENTE TEM A RESPONSABILIDADE DE INFORMAR A VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO/FERRAMENTA DIMENSIONADA, DE FORMA A SER REALIZADO O PAGAMENTO MENSAL SOMENTE DO PERÍODO ÚTIL DE UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO/FERRAMENTA NO CONTRATO. DESTA FORMA A ADMINISTRAÇÃO PRECISA AVALIAR CASO A CASO, DE FORMA A VALIDAR DE MODO EM GERAL TODAS AS PERIODICIDADES APRESENTADAS PELAS EMPRESAS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA MÃO DE OBRA E SERVIÇOS SOB DEMANDA		
Valor estimado pela Administração para Mão de Obra sob Demanda		
CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		0.00%
Serviços por Demanda e Materiais		
Custo Anual Estimado pela Administração para a Serviço sob Demanda (Com incidência do CTL)	R\$	-
Valor estimado pela Administração para Serviços Sob Demanda		
CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		0.00%
Serviços por Demanda e Materiais		
Custo Anual Estimado pela Administração para a Serviço sob Demanda (Com incidência do CTL)	R\$	-

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
A Planilha de Composição do CITL (CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO) abaixo, deverá ser preenchida com a finalidade de resguardar a Empresa Contratada desta incidência nos casos de Materiais Listados, e os materiais que fazem parte da Tabela SINAPI/SCO ou das propostas por 03 orçamentos.		
Valor estimado pela Administração para Manutenção Corretiva - Tabelas SINAPI, SCO e Propostas por 03 Orçamentos (sem incidência do CITL)		
CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO Serviços por Demanda e Materiais	0.00%	
Custo Anual Estimado pela Administração para a manutenção corretiva, com utilização de materiais/peças (<u>Com</u> incidência do CITL)	R\$	-



PROPOSTA PRO-FORMA

Nº do Processo Administrativo: 25389.000163/2024-91

PREGÃO ELETRÔNICO N° xx/2024 - COGIC

DATA DA LICITAÇÃO:

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

UF: RJ

CEP:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA:

TELEFONE:

E-MAIL:

Item	Descrição	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	Valor 24 Meses (R\$)
1	Objeto: Contratação de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas de Telecomunicações, Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Circuito Fechado de TV da Fiocruz.	R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0.00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA			R\$ -	R\$ -

PRAZO DE EXECUÇÃO: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado, até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, na forma do art. 107., da Lei nº 14.133/21, conforme estabelecido no Termo de Referência.

VALIDADE DA PROPOSTA:

CONVENÇÃO E/OU ACORDO COLETIVO :

GARANTIA: CONFORME EDITAL

Estudo Técnico Preliminar 33/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.000163/2024-91

2. Descrição da necessidade

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ligada ao Ministério da Saúde, é um pilar nacional em ciência e tecnologia na área da saúde, desempenhando um papel fundamental no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Através da geração e difusão de conhecimento e tecnologia, a Fiocruz visa não apenas melhorar a qualidade de vida da população brasileira, mas também reduzir as desigualdades sociais e fomentar a inovação no país, sempre com foco no direito universal à saúde.

Dada a complexidade e a abrangência das atividades desenvolvidas pela Fiocruz, que incluem desde assistência médica até pesquisa e inovação em doenças de grande impacto social como COVID-19, AIDS, Zika, entre outras, a manutenção eficaz dos sistemas de telecomunicações, CFTV e infraestrutura de TI é vital. Esses sistemas não apenas suportam a comunicação essencial e a segurança nas instalações, mas também garantem a continuidade e a eficiência das operações críticas para a saúde pública.

A estabilidade da infraestrutura de telecomunicações, especificamente, é determinante para o sucesso das atividades de ensino, pesquisa e inovação, assim como para a gestão e operacionalidade dos serviços hospitalares e ambulatoriais oferecidos à população. Um sistema de telecomunicações falho pode comprometer a qualidade do atendimento aos pacientes, a segurança dos dados e a eficácia das pesquisas conduzidas.

O investimento de R\$ 4 milhões na nova rede de infraestrutura óptica no Campus Manguinhos é uma demonstração do compromisso da Fiocruz com a excelência operacional. Esta infraestrutura robusta, composta por mais de 6.000m de fibra óptica e 8 armários de telecomunicações, desempenha um papel crucial no gerenciamento eficiente do fluxo de informações — abrangendo dados, voz, imagens e sistemas de automação — tanto internamente quanto para o mundo exterior. Adicionalmente, a Fiocruz alocou R\$ 3 milhões na aquisição e implementação de sistemas de Telefonia IP, representando um marco importante na modernização das comunicações institucionais. A contratação de serviços de manutenção agora se estende para englobar tanto a nova infraestrutura de rede quanto os sistemas de Telefonia IP, enfatizando a importância de manter a integridade, segurança e disponibilidade desses sistemas críticos. Essa manutenção é vital não apenas para a sustentação da infraestrutura física, mas também para a continuidade e eficiência das operações de comunicação essenciais à Fiocruz.

A manutenção contínua dessa infraestrutura não é apenas uma medida para garantir a estabilidade dos sistemas existentes, mas também um requisito fundamental para assegurar a integridade, segurança e disponibilidade de todos os serviços críticos que dela dependem. A negligência, mesmo que breve, na manutenção dos sistemas de telecomunicações, pode acarretar riscos imediatos à continuidade das operações institucionais e, por extensão, ao bem-estar da população atendida.

Complementando as informações anteriores e destacando o desempenho proativo e eficiente da equipe de manutenção no último ano, é essencial reconhecer a amplitude e a complexidade das atividades realizadas para aprimorar e expandir a infraestrutura tecnológica na Fiocruz. No último ano, a equipe de manutenção demonstrou notável competência e dedicação ao executar uma série de projetos significativos, que incluíram:

- **Expansão da Cobertura Wi-Fi:** A equipe realizou uma expansão abrangente da cobertura Wi-Fi no campus Manguinhos, garantindo acesso à internet de alta velocidade em toda a área. Esse projeto é fundamental para apoiar as atividades de pesquisa, ensino e operações diárias, facilitando a comunicação e o acesso à informação por parte de estudantes, pesquisadores e funcionários.
- **Reestruturação da Infraestrutura de CFTV:** Foi conduzida uma reestruturação significativa da infraestrutura de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) em diversos prédios. Esse esforço não só modernizou os sistemas existentes, mas também melhorou a segurança em áreas críticas, assegurando um ambiente seguro para o desenvolvimento das atividades da Fiocruz.
- **Renovação do Sistema de Vigilância das Portarias:** A equipe de manutenção também foi responsável pela renovação dos sistemas de vigilância nas portarias do campus. Esta atualização é crucial para a gestão de acesso, contribuindo para a segurança de todos que frequentam as instalações da Fiocruz.
- **Atividades Rotineiras de Manutenção:** Além dessas iniciativas específicas, a equipe de manutenção continuou a executar uma gama de atividades rotineiras inerentes à manutenção. Essas tarefas, que vão desde a manutenção preventiva de equipamentos até a resposta rápida a incidentes e falhas, são vitais para a continuidade das operações e para a sustentação da infraestrutura tecnológica da instituição.

Estas ações refletem o comprometimento contínuo da Fiocruz com a excelência operacional e a segurança, e sublinham a importância da contratação de serviços de manutenção. Tais serviços não apenas sustentam os avanços já realizados, mas também garantem a capacidade da equipe de manutenção em responder de forma eficaz às demandas futuras, mantendo a Fiocruz na vanguarda da inovação e da pesquisa em saúde pública.

Diante das atuais restrições orçamentárias enfrentadas pelos órgãos públicos, que dificultam novos investimentos, torna-se ainda mais imperativa a manutenção do que já está implementado. Este é um investimento estratégico na resiliência operacional da Fiocruz e na capacidade de continuar a cumprir sua missão crítica de saúde pública, especialmente em tempos de desafios sanitários globais.

Após esta breve explicação das necessidades dos serviços de Telecomunicações, segue abaixo a descrição dos serviços a serem contratados:

1. Instalação, programação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva nos seguintes itens:
 1. Centrais telefônicas do tipo PABX de fabricação Siemens e seus respectivos periféricos;
 2. Sistemas de Telefonia IP (IPBX) e seus respectivos periféricos;
 3. Redes metálicas;
 4. Redes ópticas, incluindo fusão e testes;
 5. Redes subterrâneas, incluindo, desobstrução;
 6. Redes de dados e cabeamento estruturado, incluindo:
 7. Montagem de Racks;

8. Conectorização de Patch Panels;
9. Conectorização de Voice Panels;
10. Conectorização de blocos IDC;
11. Certificação de pontos de rede, Categorias 5e, 6 e 6A
12. Linhas telefônicas em par metálico;
2. Instalação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, incluindo fusão, em redes de fibra óptica (dados e voz), redes estruturadas e redes metálicas;
3. Instalação, remanejamento e manutenção corretiva de ramais de PABX do tipo analógico, digital e IP;
4. Instalação, remanejamento e manutenção corretiva de linhas telefônicas direta, privadas e troncos do tipo analógico e digital;
5. Instalação, remanejamento, identificação, localização e reparo de defeitos, revisão e levantamento de situação de: infraestrutura, redes telefônicas internas e externas (aérea e subterrânea), redes estruturadas cat 5 e 6, rack, distribuidor geral, PTR e redes ópticas;
6. Instalação, remanejamento e reparo de aparelhos telefônicos do tipo convencional, digital e sem fio;
7. Instalação, remanejamento e configuração de ramais IP.
8. Acompanhamento de serviços de terceiros, dentro dos campi da Fiocruz;
9. Manutenção preventiva nas centrais telefônicas e seus respectivos periféricos
10. Manutenção preventiva mensal nas linhas tronco analógica e digital das centrais telefônicas
11. Manutenção preventiva mensal nas linhas telefônicas individuais das operadoras de telefonia fixa
12. Manutenção preventiva mensal nas linhas e redes de telefones públicos (orelhão)
13. Manutenção corretiva com reparo e/ou substituição das peças defeituosas necessárias a eliminação dos defeitos no parque de Telecomunicações dos Campi
14. Execução de Levantamentos da situação das instalações, equipamentos, redes e infraestruturas, para suporte a projeto e atualização dos cadastros de centrais telefônicas PABX, PTR, linhas telefônicas, distribuidor geral e redes telefônicas em todos os Campi
15. Execução de certificação de pontos de rede
16. Execução de certificação de enlaces ópticos
17. Desobstrução de redes de infraestrutura subterrâneas
18. Fusão de fibra óptica
19. Manutenção preventiva e corretiva, em sistemas de Circuito Fechado de TV (CFTV), os quais estão incluídos:
 1. Instalação e configuração de Câmeras Analógicas, Digitais e IP;
 2. Instalação e configuração de DVR's e NVR's
 3. Substituição de peças, como fontes, HDD, SSD, e demais itens que compõem os equipamentos do sistema CFTV;
 4. Ajustes e reposicionamento de câmeras;
 5. Levantamentos para instalação de novos itens aos Sistema;
20. Manutenção preventiva e corretiva, em sistemas de Circuito Aberto de TV (CATV), os quais estão incluídos:
 1. Instalação, reparo e ajustes de pontos de antena coletiva de TV, analógico e digital;
21. Apoio em serviços de engenharia e de obras, que envolvam a disciplina de Telecomunicações, seja CFTV, infraestrutura ou equipamentos;
22. Suporte e atuação na integração de sistemas de Telemática tais como controle de acesso de veículos e pedestres, porteiros eletrônicos, call centers, e outras demandas de desenvolvimento tecnológico que serão implementadas na Fiocruz.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CEM / COGIC	Luiz Fernando da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O escopo fundamental desta contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva visa assegurar a total funcionalidade e eficiência dos sistemas de telecomunicações, CFTV, Telefonia IP e infraestrutura de TI ao longo de todo o período contratual. Essencialmente, o serviço deve prover um suporte abrangente que inclua assistência técnica especializada para resolver questões técnicas, realizar ajustes e configurações necessárias, e corrigir qualquer tipo de falha, erro, defeito, ou inadequação que possa comprometer o desempenho e a operacionalidade dos sistemas. O objetivo é garantir que todos os componentes e sistemas funcionem de maneira ótima, sem interrupções, apoiando assim as missões críticas da instituição de forma contínua e eficaz.

1. Do serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva

- Manutenção Preventiva:** Este serviço compreende visitas programadas mensalmente, destinadas a cada um dos sistemas de telecomunicações e equipamentos integrantes do sistema de CFTV. A periodicidade mensal foi determinada como o intervalo ótimo para efetuar as rotinas de manutenção preventiva, em linha com as melhores práticas e soluções de mercado. Durante estas visitas, serão realizadas inspeções técnicas detalhadas, limpeza, ajustes necessários e atualização de software, com o objetivo de assegurar a operacionalidade contínua e reduzir o risco de falhas. A atualização de software dos sistemas de telecomunicações e dos sistemas de CFTV IP é uma parte integral desse processo, garantindo que todos os sistemas operem com as versões mais estáveis e seguras disponíveis.
- Manutenção Corretiva:** A manutenção corretiva, considerada uma atividade rotineira dentro do escopo dos nossos serviços, é projetada para garantir a operação contínua e eficiente de todos os sistemas de telecomunicações, sistemas de CFTV e infraestrutura de TI. Esta modalidade de manutenção engloba uma gama completa de ações corretivas, desde o diagnóstico acurado de falhas até a implementação de reparos e substituições necessárias para a recuperação da funcionalidade plena dos equipamentos. Caracterizada por um atendimento abrangente e adaptativo, esta prática se destina a resolver prontamente quaisquer tipos de interrupções — sejam elas relacionadas a hardware ou software — incluindo ajustes de configuração, resolução de erros, defeitos ou outras irregularidades que possam afetar negativamente o desempenho dos sistemas. A estratégia é minimizar o impacto operacional, reduzindo ao máximo o tempo de inatividade e assegurando a máxima disponibilidade dos sistemas críticos para a instituição.

2. Serviços sob demanda

Este contrato incorpora uma categoria especial de serviços sob demanda, destinada a complementar as atividades de manutenção em telecomunicações. Esses serviços, embora não estejam inclusos nas rotinas diárias de manutenção, estarão prontamente disponíveis para serem acionados conforme as necessidades específicas da instituição surgirem. A introdução destes serviços sob demanda representa um avanço significativo em nosso modelo de contratação, refletindo um aprendizado e adaptação com base na análise da série histórica de contratos anteriores.

Historicamente, identificou-se que certas necessidades críticas da instituição, extremamente benéficas para o seu funcionamento, não estavam cobertas pelos contratos precedentes, gerando desafios

significativos quando surgia a necessidade desses serviços específicos. Portanto, a lista de serviços sob demanda foi cuidadosamente elaborada para abranger essas necessidades essenciais, assegurando que a instituição possa acessá-los rapidamente e sem complicações. Essa flexibilidade adicional visa não apenas aprimorar a eficiência operacional, mas também mitigar possíveis transtornos ao garantir que soluções especializadas estejam disponíveis exatamente quando necessárias.

3. Do Fornecimento de Peças e Equipamentos

Nossa experiência com contratações anteriores revelou desafios significativos na previsão de necessidades de materiais para manutenção, devido à natureza altamente dinâmica das demandas de manutenção. A tentativa de especificar previamente uma lista detalhada de materiais e peças provou ser ineficaz, com a variação do consumo de certos itens entre contratos destacando a dificuldade de prever exatamente quais materiais seriam necessários e em que quantidade.

Observamos que materiais frequentemente utilizados em um período podem ter sua demanda drasticamente reduzida no seguinte, enquanto itens anteriormente pouco solicitados passaram a ser de grande necessidade, afetando diretamente a capacidade de resposta e a eficiência das manutenções. Esse cenário levou a situações em que o contrato ficou desguarnecido, comprometendo tanto a operacionalidade quanto a eficiência dos recursos públicos investidos.

Diante dessas constatações, adotaremos uma abordagem mais flexível e adaptativa para o fornecimento de peças e equipamentos. A proposta consiste em estabelecer um valor fixo anual para a aquisição de materiais, com os custos baseados na tabela SINAPI para materiais de telecomunicações. Essa mudança estratégica visa garantir que recursos suficientes estejam disponíveis para atender às necessidades reais de manutenção, independentemente das variações específicas no uso de materiais.

Para itens que não estão incluídos na tabela SINAPI, será responsabilidade da empresa contratada realizar uma pesquisa de mercado, assegurando a aquisição de materiais e peças necessários a preços justos e competitivos. Essa metodologia não só promove a eficiência e a responsabilidade no uso dos recursos públicos, mas também aumenta a atratividade do contrato, incentivando a participação de uma gama mais ampla de fornecedores competentes.

3.1. Veículo automotor

Durante a vigência do contrato anterior de manutenção dos serviços de Telecomunicações e CFTV, enfrentamos desafios significativos devido à ausência de um veículo dedicado para o transporte de pessoal, material e equipamentos. Essa deficiência comprometeu a eficiência das operações em vários momentos. Para superar essa limitação e otimizar a logística de atendimento, é essencial que a nova contratação inclua a provisão de um veículo pela empresa contratada. Isso garantirá uma resposta mais ágil e eficaz nas atividades de manutenção.

4. Requisitos de Habilitação Técnica:

4.1. A qualidade e a eficiência na execução dos serviços contratados são fundamentais para o cumprimento dos objetivos institucionais. Dessa forma, estabelecemos requisitos mínimos de habilitação técnica para garantir a competência e a capacidade dos prestadores de serviços nas áreas de manutenção de redes de telecomunicações, sistemas de telecomunicações e circuito fechado de televisão (CFTV). Essas atividades são categorizadas como serviços de engenharia especializada e demandam a contratação de empresas devidamente registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

4.2. Além do registro no CREA, é imperativo que as empresas candidatas possuam em seu quadro técnico profissionais qualificados, especificamente técnicos com formação e experiência comprovadas na área de atuação relevante ao serviço contratado. Essa

qualificação deve ser evidenciada por meio de atestados técnicos que demonstrem a compatibilidade do profissional com as exigências e os desafios específicos dos serviços a serem realizados, conforme estabelecido no item 9.1 do Anexo VI-A da Instrução Normativa nº 5, de 2017.

4.3. Esses critérios de habilitação técnica são projetados para assegurar que apenas fornecedores com a devida competência técnica, capacidade operacional e experiência comprovada sejam selecionados, garantindo assim a qualidade e a confiabilidade dos serviços de manutenção cruciais para a infraestrutura de telecomunicações e CFTV da instituição.

5. Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço

5.1. Os serviços de manutenção de telecomunicações, sistemas de CFTV e infraestrutura de TI são reconhecidos pela sua natureza continuada, fundamentais para a operação ininterrupta e eficaz da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Esta caracterização advém da essencialidade desses serviços, os quais desempenham um papel crítico em preservar a integridade do patrimônio público e assegurar o pleno funcionamento das atividades essenciais da instituição. A interrupção desses serviços não apenas colocaria em risco a segurança e a eficiência da infraestrutura tecnológica, mas também comprometeria a capacidade da Fiocruz de cumprir sua missão institucional, afetando diretamente a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde oferecidos à população

5.2. Em conformidade com as normativas legais vigentes, a contratação desses serviços de natureza continuada é vital para garantir o apoio necessário às atribuições da Fiocruz. Sua continuidade é indispensável para a manutenção da operacionalidade e a execução das funções finalísticas da instituição, que incluem pesquisa, ensino e prestação de serviços na área de saúde pública. A descontinuidade desses serviços representaria não apenas um risco operacional significativo, mas também um obstáculo ao cumprimento das responsabilidades legais e sociais da Fiocruz, afetando sua contribuição essencial ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à sociedade como um todo

5. Levantamento de Mercado

1. Solução atual

No momento, a Fiocruz confia a manutenção dos seus sistemas de telecomunicações a uma empresa terceirizada, que opera sob um modelo de prestação de serviços por posto de trabalho com equipe residente. Esta equipe especializada é formada por doze técnicos de telecomunicações e um supervisor, todos dedicados exclusivamente às necessidades da Fiocruz. A localização residente da equipe facilita uma resposta ágil e eficiente aos chamados de manutenção, que são gerenciados e solicitados através da plataforma DiracWeb. As responsabilidades dessa equipe abrangem uma vasta gama de atividades, incluindo, mas não se limitando a, atendimentos de manutenção rotineira e emergencial. Além disso, os técnicos estão encarregados da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de telecomunicações, assegurando o pleno funcionamento e a confiabilidade dos sistemas. Paralelamente, a equipe executa projetos de melhorias na infraestrutura de telecomunicações dos campi da Fiocruz, visando aprimorar continuamente a capacidade e a eficiência das redes em suporte às operações críticas da instituição.

Atualmente, a equipe técnica dedicada à manutenção dos sistemas de telecomunicações na Fiocruz atende a uma demanda robusta, com uma média de 367 requisições de serviços mensalmente (Figura

1). Essa demanda abrange uma variedade de tarefas essenciais para a manutenção da infraestrutura de telecomunicações, incluindo atividades previamente mencionadas como manutenções preventivas e corretivas, e atendimentos rotineiros.

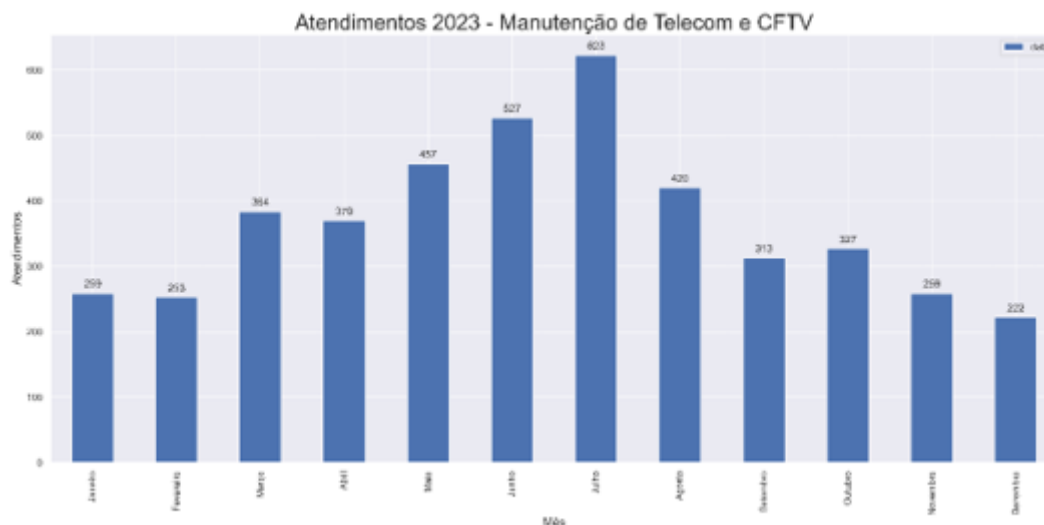


Figura 1

Além dessas atividades fundamentais, a equipe desempenha um papel crucial em projetos de engenharia nos campi da Fiocruz, realizando serviços especializados de cabeamento estruturado, instalação de cabeamento óptico e metálico, montagem de racks, e rearranjo de redes metálicas. A habilidade e a versatilidade da equipe técnica em absorver estas demandas adicionais de engenharia contribuíram significativamente para a eficiência operacional e a economia de recursos.

A abordagem adotada para a manutenção dos sistemas de telecomunicações na Instituição tem se mostrado eficaz, refletindo diretamente na adequação do modelo à realidade operacional da instituição. As atividades de manutenção, caracterizadas pela sua frequência e natureza rotineira, são indispensáveis para o funcionamento diário de todos os campi da Fiocruz. A integração dessas atividades na rotina assegura a continuidade e a eficiência dos serviços essenciais da instituição.

Neste contexto, a presença de postos de trabalho da empresa contratada, disponíveis de forma permanente para a Administração, constitui um pilar fundamental para o sucesso do modelo operacional. Essa configuração garante que qualquer atividade ou tarefa necessária, independentemente de sua natureza ou urgência, seja executada prontamente e com a competência requerida. A flexibilidade e a prontidão desses postos de trabalho, alinhados às demandas específicas e dinâmicas da Fiocruz, reforçam a eficiência e a responsividade do serviço de manutenção.

A eficácia deste modelo reside na sua capacidade de adaptar-se às necessidades contínuas da Fiocruz, assegurando que a infraestrutura de telecomunicações permaneça operacional e em conformidade com os mais altos padrões de qualidade e segurança. A disposição permanente da equipe técnica especializada, pronta para atender a qualquer demanda, reflete um compromisso com a excelência e a continuidade dos serviços essenciais ao cumprimento da missão institucional da Fiocruz.

No âmbito do contrato vigente, os serviços de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) e de Televisão por Cabo (CATV) foram integrados ao escopo de serviços de telecomunicações, representando uma evolução significativa na gestão e manutenção da infraestrutura tecnológica da Fiocruz. Essa expansão dos serviços, particularmente no que se refere ao sistema de CFTV, respondeu a uma necessidade técnica crítica, considerando que, somente no campus Manguinhos, sob administração da COGIC, operam aproximadamente 1200 câmeras de CFTV, além de diversos DVRs e NVRs. A demanda por manutenção e suporte técnico desses sistemas é intensa, exigindo uma disponibilidade imediata de recursos técnicos especializados.

A inclusão desses serviços no contrato atual marcou o início de uma fase que já trouxe resultados expressivos na manutenção e aprimoramento dos equipamentos e sistemas existentes. A atenção dedicada aos sistemas de CFTV, demonstrou não apenas uma melhoria na qualidade e eficiência da vigilância e comunicação interna, mas também estabeleceu um padrão elevado de segurança e operacionalidade em todo o campus. Com este contrato, o compromisso é de continuar a avançar nessa direção, buscando constantemente tecnologias e práticas que possam melhorar ainda mais esses sistemas essenciais, garantindo assim, a segurança e a eficácia das operações institucionais da Fiocruz.

O contrato vigente marcou uma inovação significativa na gestão dos serviços de manutenção na Fiocruz, introduzindo pela primeira vez a modalidade de serviços sob demanda. Esta estratégia provou ser extremamente bem-sucedida, especialmente nos serviços relacionados à fusão de fibras ópticas e certificação de cabeamento estruturado. A adoção deste modelo não apenas elevou o padrão de qualidade na entrega dos serviços de rede de cabeamento, mas também proporcionou uma resposta rápida e eficiente às demandas emergenciais de fusão de fibra óptica, assegurando uma operacionalidade contínua e sem interrupções.

Além disso, a contratação de mão de obra sob demanda demonstrou ser uma abordagem eficaz, permitindo uma adaptação flexível do número de técnicos conforme as variações sazonais ou eventos específicos que aumentam a demanda de serviços. Esse recurso foi particularmente valioso em períodos do ano com maior volume de trabalho e durante a fase de início de operação de novos prédios na instituição, momentos nos quais o volume de Ordens de Serviço cresce significativamente. A possibilidade de ampliar o quadro de funcionários temporariamente evitou atrasos nos atendimentos e garantiu a continuidade e a eficiência dos serviços prestados.

Tendo o atual cenário definido, e baseado na descrição da necessidade informado no item 1, levantamos as seguintes soluções possíveis para a contratação dos serviços propostos.

1.1. Solução 1: Contratação por Postos de Serviço com Mão de Obra Residente

Esta solução envolve a contratação de uma empresa para fornecer serviços contínuos de Telecomunicações e CFTV utilizando postos de serviço com mão de obra residente, e serviços contínuos de fusão de fibras ópticas e certificação de fibras ópticas e redes de dados. Tal arranjo assegura a presença constante de técnicos especializados no local, prontos para atender a todas as necessidades de manutenção e suporte operacional de forma ágil e eficiente, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços críticos da instituição.

1.2 Solução 2: Contratação por Demanda

Esta opção propõe a contratação de serviços de Telecomunicações e exclusivamente sob demanda, assim como os demais serviços (fusão e certificação). Isso permite a flexibilização da mão de obra e a alocação de recursos técnicos conforme as necessidades específicas e pontuais da Fiocruz, oferecendo uma gestão de custos potencialmente mais eficiente, porém com a necessidade de uma coordenação e planejamento eficaz para garantir respostas tempestivas às demandas emergenciais.

1.3 Solução 3: Modelo Misto com Foco em Telecomunicações e CFTV

Essa solução combina a contratação de empresa para prestação dos serviços de Telecomunicações e CFTV através de postos de serviço com mão de obra residente, assegurando uma base contínua de suporte técnico e manutenção, com a opção de ampliação por demandas pontuais. Adicionalmente, propõe a contratação de serviços de fusão de fibras ópticas, certificação de fibras ópticas e rede de dados exclusivamente por demanda, otimizando a flexibilidade e a eficiência de custos para serviços menos críticos ou com demandas variáveis.

2. Análise das Soluções:

Postas as soluções, podemos destacar como pontos fortes e fracos de cada uma das soluções:

2.1. Solução 1 – Contratar por posto de serviço com mão de obra residente:

2.1.1 Vantagens:

Agilidade no Atendimento: A presença constante de postos de serviço assegura uma resposta rápida às demandas prioritárias e emergenciais, minimizando interrupções no serviço. Essa prontidão é vital para manter a continuidade das operações críticas da Fiocruz, garantindo que qualquer necessidade de manutenção seja atendida com eficiência.

Flexibilidade de Utilização: Com equipes sempre à disposição, a Administração pode direcionar a força de trabalho para uma variedade de tarefas, incluindo manutenção, melhorias, ampliações e rearranjos. Isso proporciona uma grande versatilidade operacional, permitindo adaptar os recursos humanos às necessidades específicas do momento.

Priorização de Demandas: A contratada, sob direcionamento da Fiocruz, gerencia a programação dos serviços, oferecendo a possibilidade de priorizar atividades conforme a urgência e a importância para a instituição.

2.1.2. Desvantagens:

Risco de Ociosidade: Em períodos de baixa demanda, pode haver subutilização da mão de obra contratada, levando a uma eficiência de custo menor do que a ideal. Esse cenário exige um equilíbrio cuidadoso na gestão de recursos para minimizar o impacto financeiro da ociosidade.

Desafio no Dimensionamento da Equipe: A determinação precisa do tamanho ideal da equipe residente pode ser complexa, dada a variabilidade nas demandas de manutenção e projetos ao longo do tempo. Um dimensionamento inadequado pode resultar em excesso de pessoal durante períodos tranquilos ou insuficiência durante picos de demanda.

2.2 Solução 2 – Contratar serviços por demanda

2.2.1 Vantagens:

Eficiência de Custo em Períodos de Baixa Demanda: Elimina a questão da ociosidade da mão de obra durante períodos com menor volume de trabalho, otimizando os custos ao adaptar o número de técnicos à demanda atual.

Flexibilidade Operacional: Dispensa a necessidade de manter um espaço físico permanente para a equipe técnica, reduzindo custos operacionais e aumentando a flexibilidade na gestão dos serviços.

Economia no Valor do Contrato: Potencial redução no custo total do contrato em momentos de demanda reduzida, refletindo diretamente em economia para a administração pública.

2.2.2 Desvantagens:

Disponibilidade em Emergências: Pode haver um desafio na pronta disponibilidade de técnicos para atendimentos emergenciais, comprometendo a rapidez na resolução de problemas críticos.

Previsibilidade de Custos: A variação na demanda pode dificultar a estimativa precisa dos custos, especialmente quando os serviços são cobrados por horas trabalhadas, tornando o planejamento financeiro mais complexo.

Rotatividade e Eficiência: A possível alta rotatividade dos profissionais pode impactar negativamente a agilidade e a qualidade dos serviços prestados, potencialmente aumentando os custos se o pagamento for por hora trabalhada.

Necessidade de Ferramentas de Controle: A ausência de uma solução tecnológica integrada para o gerenciamento e controle dos serviços prestados requer investimento adicional em tecnologia, adicionando um custo extra ao contrato.

Impacto na Concorrência: A modalidade por demanda pode limitar a participação no processo licitatório a empresas de maior porte, que dispõem de um quadro de funcionários extenso, reduzindo a competitividade e a diversidade de propostas.

2.3 Solução 3 – Contratação Híbrida dos serviços:

Esta solução representa um equilíbrio entre as duas primeiras, adaptando-se às variáveis de demanda e especificidade dos serviços de Telecomunicações e CFTV na Fiocruz. Vejamos como se desdobram suas vantagens e desvantagens:

2.3.1 Vantagens:

Eficiência e Flexibilidade Operacional: Ao manter uma equipe residente mínima para Telecomunicações e CFTV, esta solução combate a ociosidade, garantindo ao mesmo tempo prontidão para as demandas cotidianas e capacidade de resposta rápida a necessidades emergenciais. Para demandas extras, a opção de contratação pontual sob demanda elimina a necessidade de aditivos contratuais onerosos, oferecendo uma operação mais enxuta e adaptável.

Estratégia Segmentada por Serviço: Reconhecendo que os serviços de fusão e certificação possuem uma natureza eventual e menos crítica, a execução totalmente sob demanda para esses serviços permite uma gestão de recursos mais alinhada com suas demandas reais, otimizando custos sem comprometer a eficácia operacional.

2.3.2 Desvantagens:

Complexidade na Gestão Contratual: A adoção de uma abordagem híbrida requer uma gestão contratual mais sofisticada, capaz de balancear e coordenar eficientemente os dois modelos de serviço (residente e sob demanda), o que pode aumentar a complexidade administrativa.

Desafios na Dimensionamento e Coordenação: Determinar o tamanho ótimo da equipe residente, bem como coordenar eficazmente entre as necessidades cotidianas e as demandas pontuais, exige um planejamento cuidadoso e uma execução ágil para evitar lacunas de serviço ou ineficiências.

Possibilidade de Lacunas de Cobertura: Embora a solução busque equilibrar os recursos de acordo com a criticidade e a frequência dos serviços, existe o risco de lacunas na cobertura para demandas inesperadamente altas ou para serviços sob demanda que exigem resposta imediata.

6. Descrição da solução como um todo

Diante das limitações e considerando os pontos fortes e fracos de cada solução, a Solução 3 – Contratação Híbrida dos Serviços emerge como a opção mais equilibrada. Esta solução oferece uma estrutura que pode se adaptar dinamicamente às variações na demanda de serviços, minimizando a ociosidade e permitindo uma resposta eficaz a situações emergenciais, tudo isso enquanto mantém a capacidade de expandir rapidamente a força de trabalho durante picos de demanda ou para projetos especiais.

Essa abordagem híbrida de execução dos serviços de Telecomunicações e CFTV incorpora as melhores práticas aferidas de contratações anteriores, conforme orientado pelo Anexo VI-B, Item 2.1, da IN 05/2017. Tal instrução normativa aconselha o uso de experiências passadas para definir a produtividade da mão de obra e favorecer condições econômicas benéficas à administração pública.

A Solução 3 oferece um modelo de gestão versátil que procura maximizar a eficiência operacional e a economia de custos, enquanto enfrenta desafios inerentes à sua complexidade e à necessidade de uma coordenação efetiva entre os diferentes tipos de contratação. Essa abordagem híbrida é projetada para alinhar a prestação de serviços à dinâmica e às exigências específicas das operações da Fiocruz, promovendo uma resposta adequada a uma ampla gama de necessidades.

Ao optar pela Solução 3, a Fiocruz mantém a agilidade necessária para suas operações cotidianas e emergenciais através da mão de obra residente, ao mesmo tempo em que se beneficia da flexibilidade e da eficiência de custos dos serviços por demanda, particularmente para fusões e certificações, que tem demandas menos frequentes e críticas. Este modelo híbrido equilibra efetivamente as necessidades de manutenção contínua com a capacidade de adaptar-se a requisitos variáveis, oferecendo uma abordagem pragmática e eficiente diante das restrições burocráticas.

A solução escolhida engloba a prestação dos serviços detalhados, incluindo o fornecimento de peças, ferramentas, equipamentos, insumos e serviços adicionais necessários para atender às demandas específicas da instituição. A decisão por esta solução foi reforçada pela análise das seguintes considerações:

- **Eficiência Operacional com Equipe Mínima Residente:** A manutenção de uma equipe residente mínima para serviços de Telecomunicações assegura não só a continuidade dos atendimentos rotineiros e emergenciais, mas também viabiliza a implementação de melhorias durante períodos de menor demanda. Estratégias já estão em prática para minimizar a ociosidade e, com uma equipe dimensionada de forma enxuta, essas estratégias se tornam ainda mais efetivas. Em momentos de alta demanda, a flexibilidade para expandir a equipe garante que todos os serviços sejam atendidos de maneira ágil. Notavelmente, durante picos de demanda, que frequentemente requerem tarefas menos especializadas, a possibilidade de contratar auxiliares técnicos para os serviços sob demanda de Telecomunicações representa uma vantagem econômica significativa.
- **Continuidade dos Serviços de Telecomunicações em Projetos:** A presença contínua de uma equipe residente facilita a execução de obras e instalações sem a necessidade de contratações externas adicionais dentro da Fiocruz.
- **Gestão Adaptável dos Serviços de CFTV:** A manutenção dos sistemas de CFTV será realizada pelo número mínimo necessário de técnicos para manter a operacionalidade dos equipamentos

atuais. Em casos de demanda elevada, a equipe de Telecomunicações pode fornecer suporte adicional. A contratação sob demanda de auxiliares técnicos, quando viável, oferece flexibilidade adicional.

- **Serviços de Fusão e Certificação por Demanda:** Considerando que os serviços de fusão e certificação não são críticos e têm demanda limitada, a contratação exclusivamente sob demanda é uma abordagem prática e econômica.

Dado o espectro variado de manutenções corretivas e a complexidade em estimar custos exatos, os serviços sob demanda serão contabilizados em horas trabalhadas, permitindo uma cobertura completa para todas as manutenções corretivas necessárias. As intervenções corretivas serão iniciadas mediante a emissão de Ordem de Serviço (OS), garantindo uma gestão eficiente e responsiva às necessidades de manutenção da Fiocruz.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. A estimativa da quantidade para suprir as necessidades dessa contratação tem como base os Sistemas de Telecomunicações, Infraestrutura de Redes e Circuito Fechado de Televisão (CFTV), atualmente instalados nas dependências do campus Manguinhos e demais campus que fazem jus à utilização dos serviços de manutenção, da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro/RJ, e corresponde ao seguinte:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	CBO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Supervisor	313310	Residente	Posto	1
2	Técnico de Telecomunicações	3133	Residente	Posto	14
3	Motorista	7823-05	Residente	Posto	1

2. Nos serviços prestados na modalidade “sob demanda”, deverão estar inclusos todo o ferramental necessário para a execução do serviço, assim como uniformes e EPI. O ferramental coletivo e insumos, quando necessário, serão utilizados os já existentes no contrato.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.948.954,15

A estimativa de preços referenciais obtidos considerou as metodologias de pesquisa abaixo descritas

1. Salários e Benefícios:

Preço baseado no estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 – CCT SINSTAL X SINTELL-RIO das categorias profissionais, com utilização dos benefícios aos trabalhadores previstos na CCT, conforme abaixo descrito:

--	--	--	--	--

Categoria Profissional	Piso Salarial da Categoria Cláusula 3ª CCT	Auxílio-Refeição /Alimentação Cláusula 12ª CCT	Seguro de vida em grupo (Cláusula 16ª da CCT)	Café da Manhã (Cláusula 11ª da CCT)
Supervisor	R\$ 3.821,70	R\$ 27,00 (dia)	R\$ 7,64 (mês)	R\$ 4,00 (dia)
Técnicos	R\$ 3.210,61	R\$ 27,00 (dia)	R\$ 7,64 (mês)	R\$ 4,00 (dia)
Motorista	R\$ 1.990,38	R\$ 27,00 (dia)	R\$ 7.64 (mês)	R\$ 4,00 (dia)

O Termo de Referência foi revisto e passou a constar previsão de 01 (um) posto de Motorista para condução do mini caminhão e /ou pick-up, como custo direto, de maneira a atender plenamente a gestão da logística e transporte de pessoal, equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços de responsabilidade da Contratada, estando relacionados na aba “Motorista” do Anexo XIV – Planilha de Custos e Formação de Preços deste ETP. Foi utilizado a Contratação atual de HVA-C, nº de contrato 67/2023, que possui previsão do referido posto, sendo utilizado a pesquisa salarial com as devidas atualizações de reajuste para o ano de 2024, assim como as atribuições para o posto.

Observação 1.: Para efeito de isonomia das propostas, foram estimativos os percentuais máximos de 40% sobre o salário mínimo nacional de Insalubridade (Técnicos e Supervisor). Contudo, sua efetiva permanência como custo e correta distribuição dos percentuais versus graus de risco para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) grau(s) de risco apontado(s) em Laudo Pericial, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho devidamente credenciado no MTE a ser apresentado pela Contratada num prazo de até 30 dias contados a partir do primeiro dia de vigência contratual. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato no prazo supracitado.

Caso o laudo indique que não há exposição a riscos insalubres na totalidade dos postos ou se a insalubridade for apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver à revisão dos custos por Apostilamento.

Observação 2.: Para estimativa do custo de auxílio transporte, com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como o valor para pagamento do auxílio transporte à contratada, a Fiocruz definiu um Bilhete Único Intermunicipal para ida e um Bilhete Único Intermunicipal para volta para todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços. O valor modal para efeito de estimativa de custo foi de R\$ 4,30 x 2 (dois), isto é, 2 modais diárias, sendo:

- Para os postos de 44h semanais foram estimados 22 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

Para efeito de pagamento, serão considerados apenas os dias efetivamente trabalhados.

Observação 3.: Para o auxílio-alimentação/refeição foi considerada a contrapartida máxima de 15% de desconto para o trabalhador, conforme CCT utilizada como parâmetro. Para efeito de estimativa deste benefício foram considerados:

- Para os postos de 44h semanais foram estimados 22 dias úteis de execução dos serviços;

Para efeito de pagamento à Contratada serão considerados apenas os dias efetivamente trabalhados.

Observação 4.: Conforme previsto na Cláusula 24ª CCT os empregadores farão em favor de seus empregados, seguro de vida e acidentes pessoais em grupo. O parâmetro para a estimativa do valor individual de R\$ 7,64/mês por profissional, deu-se através da média calculada de acordo com as últimas contratações realizadas na CEM (Coordenação de Engenharia de Manutenção).

Observação 5.: O parâmetro para a estimativa do valor do café da manhã, conforme a Lei Municipal RJ Nº. 1418/89, foi a previsão de R\$ 4,00 por dia para cada profissional, de acordo com as últimas contratações realizadas na CEM (Coordenação de Engenharia de Manutenção).

Observação 6: A CCT utilizada prevê Cesta Básica ou Auxílio Alimentação, no valor mínimo de R\$84,79 (oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos), por mês efetivamente trabalhado.

2. Uniformes:

O parâmetro para estimativa dos preços referenciais de uniformes foi a pesquisa pela internet, conforme tabela abaixo **(Ver anexo 5)**:

3. Materiais de Consumo:

O parâmetro para estimativa dos preços referenciais de materiais de consumo; foi a pesquisa pela internet, conforme anexo 6.

4. Equipamentos e Utensílios Individuais:

O parâmetro para estimativa dos preços referenciais de EPIs; foi a pesquisa pela internet, conforme anexo 3.

5. Equipamentos e Utensílios Coletivos

O parâmetro para estimativa dos preços referenciais de EPCs; foi a pesquisa pela internet, conforme anexo 4.

6. Encargos Sociais, Trabalhistas e Alíquotas com Custo de Reposição do Profissional Ausente.

Preço baseado no estabelecido em Legislação Trabalhista e Previdenciária, e aqueles previstos na Legislação Própria, conforme tabela de custo anexa.

7. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
A Planilha de Composição do CITL (CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO) abaixo, deverá ser preenchida com a finalidade de resguardar a Empresa Contratada desta incidência nos casos de Materiais Listados, e os materiais que fazem parte da Tabela SINAPI/SCO ou das propostas por 03 orçamentos.		
Valor estimado pela Administração para Manutenção Corretiva - Tabelas SINAPI, SCO e Propostas por 03 Orçamentos (sem incidência do CITL)	R\$	1.126.731,48
CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		42,15%
Serviços por Demanda e Materiais		
Custo Anual Estimado pela Administração para a manutenção corretiva, com utilização de materiais/peças (com incidência do CITL)	R\$	1.601.648,80

No desenvolvimento do Estudo Técnico Preliminar para a nova contratação dos serviços de Telecomunicações e CFTV, uma alteração significativa será implementada quanto à gestão dos materiais e equipamentos necessários. Em contraste com o contrato atual, onde os materiais eram detalhadamente planilhados, a nova abordagem adotará um modelo de valor fixo para o fornecimento de materiais. Esta mudança visa simplificar o processo de gestão e garantir uma maior previsibilidade nos custos.

Para a definição dos valores de referência dos materiais e equipamentos, utilizaremos a tabela SINAPI ou outras tabelas equivalentes, conforme orientação da metodologia especificada no item 4.3. Isso proporcionará uma base de dados confiável e atualizada para a estimativa de custos. Para os itens que não estiverem listados nessas tabelas, procederemos com cotações específicas para assegurar que todos os materiais necessários sejam contemplados e adquiridos a preços justos e competitivos. Essa nova estratégia de fornecimento de materiais não só otimiza o processo de aquisição, como também alinha o contrato às melhores práticas de transparência e eficiência financeira, garantindo que os serviços de manutenção sejam realizados com todos os recursos necessários disponíveis, sem sobrecargas ou atrasos decorrentes de inadequações no planejamento de materiais. O valor de R\$ 1.126.731,48, estipulado para a nova contratação, foi calculado com base na média histórica dos custos observados no contrato atual, adicionando-se uma margem de 50%. Esta margem adicional reflete a expectativa de um aumento na demanda por serviços, uma possibilidade viabilizada pela maior flexibilidade do novo contrato. Este incremento nos serviços será suportado eficazmente pelo modelo de fornecimento de materiais, que agora opera com valores justos e baseados em tabelas referenciais. Esse ajuste garante não apenas a cobertura adequada para a expansão dos serviços, mas também promove uma gestão financeira mais eficiente e adaptada às necessidades crescentes da instituição. Após a aplicação do CITL, o valor estimado de R\$ 1.126.731,48, passou para R\$1.601.648,80.

8.SERVIÇOS SOB DEMANDA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA MÃO DE OBRA E SERVIÇOS SOB DEMANDA		
Valor estimado pela Administração para Mão de Obra sob Demanda	R\$	380.074,56
CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO Serviços por Demanda e Materiais		42,15%
Custo Anual Estimado pela Administração para a Serviço sob Demanda (<u>Com</u> incidência do CITL)	R\$	540.275,99
Valor estimado pela Administração para Serviços Sob Demanda	R\$	296.700,11
CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO Serviços por Demanda e Materiais		42,15%
Custo Anual Estimado pela Administração para a Serviço sob Demanda (<u>Com</u> incidência do CITL)	R\$	421.759,21

Para a contratação dos serviços sob demanda em manutenção de sistemas de Telecomunicações e CFTV, aplicamos a mesma metodologia de cálculo que para o fornecimento de materiais e equipamentos, baseando-nos na série histórica do contrato atual. Esta abordagem assegura uma estimativa de custo realista e adequada às demandas da instituição.

Os serviços sob demanda foram divididos em duas categorias principais: Mão de Obra sob demanda e Serviços sob demanda. O valor mensal para a Mão de Obra sob demanda foi definido em R\$ 31.672,88, totalizando R\$ 380.074,56 ao ano. Essa mão de obra consiste em técnicos ou auxiliares técnicos, que possuem habilidades técnicas comparáveis aos profissionais residentes. A principal função dessa equipe é permitir uma expansão ágil da força de trabalho em resposta a um acréscimo nas demandas de serviço, sem a necessidade de aditivos contratuais. Após a aplicação do CITL, o valor estimado de R\$ 380.074,56, passou para R\$ 540.275,99.

Já o valor para os Serviços sob demanda foi estipulado em R\$ 24.725,01 mensais, que somam R\$296.700,11 por ano. Esses serviços incluem tarefas especializadas como fusão de fibras ópticas, certificação de fibras ópticas e de pontos de rede estruturada, além da identificação de rompimentos em fibras ópticas e desobstrução de galerias subterrâneas.

Importante destacar que ambos os valores mencionados já incluem um acréscimo de 30%, antecipando um possível aumento na demanda. Esta precaução garante que a Fiocruz possa gerenciar eficientemente as demandas flutuantes, mantendo a excelência e a prontidão em suas operações técnicas sem interrupções. Após a aplicação do CITL, o valor estimado de R\$ 296.700,11, passou para R\$ 421.759,21.

8.Veículo

Veículo	Valor	Acessado em:
Fiat Toro	R\$ 175.990,00	19/ago
Fiat Strada	R\$ 127.990,00	19/ago
Chevrolet Montana	R\$ 130.290,00	19/ago
Renault Oroch	R\$ 119.990,00	19/ago
Média	R\$ 138.565,00	

Quantidade de Profissionais						16
Valor Anual Total						R\$ 14.845,64
Valor Mensal Total						R\$ 1.237,14
Valor Mensal por Profissional						R\$ 77,32
Veículos	Quant.	Valor Unitário Veículo	Valor Anual de Licenciamento (IPVA + Seguro Obrigatório + Licenciamento)	Valor anual do seguro/ veículo	Informar a Periodicidade da Substituição do Equipamento *	Custo Total Mensal
Veículo de cabine dupla, 4 portas. Capacidade mínima de 05 passageiros. Combustível flex. Marchas a frente: 5. Macha ré: 1. Câmbio manual. Direção hidráulica ou elétrica. Airbag. Freios abs.	1	R\$ 138.565,00	R\$ 5.734,48	R\$ 4.156,95	10,0 Anos de Vida Útil	R\$ 1.237,14
Valor MensalTotal dos Veículos						R\$ 1.237,14

O parâmetro para estimativa dos preços referenciais de veículo; foi a pesquisa pela internet, conforme anexo VIII.

10.Demais custos

Os parâmetros para estimativa para Custos Indiretos Tributos e Lucro foram considerados:

- Custo Indireto: 5%
- Lucro: 10%
- Pis: 1,65%
- COFINS: 7,60%
- ISS: 5%

Observação 01.

A empresa deverá elaborar a sua proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato.

Observação 02.: É recomendado pelo Tribunal de Contas da União, como boas práticas de preenchimento da planilha de custos e formação de preços, que aos licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e Cofins (Lucro Real) apresentarem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos na legislação especial, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

Mediante ao exposto, informamos que a Fundação Oswaldo Cruz utilizou como metodologia o autopreenchimento da planilha de custos e formação de preços, conforme autorização expressa na IN05/2017, chegando assim ao valor estimado mensal de R\$ 372.873,09 (Trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e setenta e três reais e nove centavos) e bianual de R\$ 8.948.954,15 (Oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos).

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS								
Objeto: Contratação de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas de Telecomunicações, Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Circuito Fechado de TV da Fiocruz.								
Nº do Processo Administrativo: 25389.000163/2024-91			PREGÃO ELETRÔNICO N° xx/2024 - COGIC					
Tipo de Serviço	Métrica	Carga Horária	Quantidade de Posto	Quantidade de Profissionais	Custo Unitário	Custo Mensal	Custo Anual	Custo Bianual
1 Supervisor	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	1	1	R\$ 11.256,33	R\$ 11.256,33	R\$ 135.075,99	R\$ 270.151,97
2 Técnico com CFT	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	14	14	R\$ 10.028,54	R\$ 140.399,55	R\$ 1.684.794,63	R\$ 3.369.589,27
3 Motorista	Posto de Trabalho Residente	44 hs (Segunda a Sexta)	1	1	R\$ 7.576,87	R\$ 7.576,87	R\$ 90.922,46	R\$ 181.844,93
01 - Custo Total de Mão de Obra			16	16	Valor Total Mensal	R\$ 159.232,76	R\$ 1.910.793,08	R\$ 3.821.586,17
02 - Custo Total de Mão de Obra sob Demanda						R\$ 45.023,00	R\$ 540.275,99	R\$ 1.080.551,97
03 - Custo Total de Serviços por Demanda						R\$ 35.146,60	R\$ 421.759,21	R\$ 843.518,41
04 - Material SINAPI/ SCO/ Cotação						R\$ 133.470,73	R\$ 1.601.648,80	R\$ 3.203.297,60
CUSTO GLOBAL BIANUAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO						R\$ 372.873,09	R\$ 4.474.477,08	R\$ 8.948.954,15

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A divisão dos serviços previstos no contrato em múltiplos lotes ou parcelas não é recomendada devido à natureza intrínseca das atividades relacionadas à manutenção de Telecomunicações e CFTV. Esses serviços são intrinsecamente interligados, frequentemente apresentando demandas que se interseccionam, dada a similaridade substancial nas competências técnicas requeridas pelos profissionais em cada uma dessas áreas. A consolidação dessas funções sob a responsabilidade de uma única empresa promove uma maior eficiência e rapidez na execução, especialmente em situações emergenciais. Tal abordagem é crucial para assegurar a operacionalidade contínua e eficaz de todos os sistemas essenciais nos campi, minimizando potenciais atrasos e complicações que poderiam surgir de uma estratégia de contratação fracionada. Esta unificação facilita a coordenação, otimiza o tempo de resposta a incidentes críticos e sustenta a manutenção da infraestrutura tecnológica em condições ótimas de funcionamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1. Instrumento de planejamento do órgão:

Os serviços estão contemplados no Plano Anual da COGIC, sob o registro do Plano Plurianual do Governo Federal, ação 2000, elementos de despesa 339039 e fonte de recurso 06151000000.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Esta contratação tem como finalidade primordial assegurar a funcionalidade integral e a manutenção da infraestrutura de redes de Telecomunicações e dos sistemas de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) na Fundação Oswaldo Cruz. Visa-se alcançar os seguintes resultados:

- 1. Operacionalidade Contínua:** Garantir o funcionamento ininterrupto dos sistemas de telecomunicações e CFTV, preservando a integridade da infraestrutura de redes da instituição. Isso é essencial para assegurar que todas as operações diárias e críticas dentro dos campi da Fiocruz ocorram sem impedimentos, contribuindo diretamente para a eficácia e a segurança organizacional.
- 2. Inovação Tecnológica:** Permitir a incorporação de avanços tecnológicos que qualifiquem os serviços oferecidos pela instituição à sociedade. A atualização constante e a modernização dos sistemas de telecomunicações são fundamentais para aprimorar a eficiência na utilização dos recursos públicos, adaptando-se às novas demandas e às evoluções tecnológicas do setor.
- 3. Atendimento às Necessidades de Telecomunicações:** Assegurar uma resposta efetiva às exigências na área de telecomunicações, mantendo a plena funcionalidade dos sistemas pertinentes. Reconhecendo a comunicação — seja ela telefônica, de dados, ou outra forma — como um insumo crucial para o funcionamento diário de qualquer organização, é imperativo que os meios de comunicação estejam sempre operacionais para cumprir seu propósito essencial.

4. Manutenção Abrangente e Atualização de Sistemas: Fornecer serviços de manutenção preventiva e corretiva; instalar, modernizar e atualizar o parque de sistemas de telecomunicações; executar reparos e melhorias em redes internas e externas; além de realizar o reparo e a instalação de cabos metálicos e de fibra ótica. Essas ações são vitais para agilizar o atendimento às necessidades e demandas de serviços, promovendo uma infraestrutura de telecomunicações resiliente e adaptada às necessidades futuras.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Cronograma necessário à adequação

Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico da Coordenação de Engenharia de Manutenção (CEM) para início das atividades desta contratação.

13.2 Mapa de riscos e Riscos de a contratação fracassar

Segue acostado a este estudo preliminar.

14. Possíveis Impactos Ambientais

1. Dos critérios e práticas de sustentabilidade:

1. Os critérios e práticas de sustentabilidade serão descritos como especificação técnica do objeto ou como obrigações da contratada, nos termos do Decreto nº 7.746/12
2. Os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como os descritos abaixo, quando possível
3. A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços
4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços
5. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis
6. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local
7. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução Conama nº 401, de 04 de novembro de 2008

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declaramos, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada a esta Instituição.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SEVERINO BATISTA DOS SANTOS

Agente de contratação

EDISON DA SILVA

Agente de contratação

BRUNO AFFONSO TEIXEIRA

Agente de contratação

LUIZ FERNANDO DA SILVA

Agente de contratação

Entre as partes, de um lado como representante da categoria profissional **SIND. DOS TRAB. EM EMP. TELEC. OP. SIST. TV POR ASS. TRANSM. DE DADOS E CORREIO ELETR. TELEF. M. CEL. SERV. TRONC. D COM. RADI**, CNPJ/MF nº 33.955.956/0001-04, com sede na Rua Morais e Silva, 94 - Maracanã, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20271-030, através de seus Diretores e/ou Representantes Legais, doravante denominado "**SINTEL-Rio**" e de outro lado representante da categoria econômica o **SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E INSTALADORAS DE SISTEMAS E REDES DE TV POR ASSINATURA CABO MMDS DTH E TELECOMUNICAÇÕES – SINSTAL**, com Registro Sindical nº 89.591, CNPJ/MF nº 02.742.202/0001-34, situado à Rua Joaquim Floriano, 466 – Conjunto 1.002 – 10º and. – Ed. Brascan Century Corporate – Itaim Bibi – CEP: 04534-002, através de seus Diretores e/ou Representantes Legais, doravante denominado "**SINSTAL**" e **FEDERAÇÃO NACIONAL DE CALL CENTER, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA**, CNPJ: 25.186.390/0001-67, situada à Rua Joaquim Floriano, 466 – Conjunto 1.002 – 10º and. – Ed. Brascan Century Corporate – Itaim Bibi – CEP: 04534-002, através de seus Diretores e/ou Representantes Legais, doravante denominado "**FENINFRA**" resolvem estabelecer a presente Convenção Coletiva de Trabalho para as empresas prestadoras de serviços de infraestrutura de telecomunicações e correlatos, na forma do disposto no artigo 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, a qual reger-se-á pelas seguintes condições:

CLÁUSULA 1ª - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de abril de 2024 a 31 de março de 2025 e a data-base da categoria em 01 de abril.

CLÁUSULA 2ª - REPRESENTAÇÃO E ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Empresas de Infraestrutura em Telecomunicações, Transmissão de Dados e Correio Eletrônico, Telefonia Móvel Celular, Serviços Troncalizados de Comunicação, Projeto, Construção, Instalação e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal, Similares e Operadores de Mesas Telefônicas**, dos trabalhadores em empresas interpostas em que se forme o vínculo do emprego, direta, indireta ou solidariamente com as Empresas de Telecomunicações, Transmissão de Dados e Correio Eletrônico, Telefonia Móvel Celular, Serviços Troncalizados de Comunicação, Radiochamadas, Projeto, Construção, Instalação e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal, estas enquanto tomadoras de serviços e dos demais trabalhadores em atividades econômicas idênticas, similares e/ou conexas com atividades de Telecomunicações, Transmissão de Dados e Correio Eletrônico, Telefonia Móvel Celular, Serviços Troncalizados de Comunicação, Radiochamadas, Projeto, Construção, Instalação e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal, incluídos os operadores de telemarketing contratados ou prestadores de serviços nas empresas de telecomunicações, com abrangência territorial em Angra Dos Reis/RJ, Aperibé/RJ, Araruama/RJ, Areal/RJ, Armação Dos Búzios/RJ, Arraial Do Cabo/RJ, Barra Do Pirai/RJ, Barra Mansa/RJ, Belford Roxo/RJ, Bom Jardim/RJ, Cabo Frio/RJ, Cachoeiras De Macacu/RJ, Cantagalo/RJ, Carmo/RJ, Casimiro De Abreu/RJ, Comendador Levy Gasparian/RJ, Cordeiro/RJ, Duas Barras/RJ, Duque De Caxias/RJ, Engenheiro Paulo De Frontin/RJ, Guapimirim/RJ, Iguaba Grande/RJ, Itaboraí/RJ, Itaguaí/RJ, Itatiaia/RJ, Japeri/RJ, Macuco/RJ, Magé/RJ, Mangaratiba/RJ, Maricá/RJ, Mendes/RJ, Mesquita/RJ, Miguel Pereira/RJ, Nilópolis/RJ, Niterói/RJ, Nova Friburgo/RJ, Nova Iguaçu/RJ, Paracambi/RJ, Paraíba Do Sul/RJ, Paraty/RJ, Paty Do Alferes/RJ, Petrópolis/RJ, Pinheiral/RJ, Pirai/RJ, Porto Real/RJ, Quatis/RJ, Queimados/RJ, Resende/RJ, Rio Bonito/RJ, Rio Claro/RJ, Rio Das Flores/RJ, Rio Das Ostras/RJ, Rio De Janeiro/RJ, Santa Maria Madalena/RJ, São Gonçalo/RJ, São João De Meriti/RJ, São José Do Vale Do Rio Preto/RJ, São Pedro Da Aldeia/RJ, São Sebastião Do Alto/RJ, Sapucaia/RJ, Saquarema/RJ, Seropédica/RJ, Silva Jardim/RJ, Sumidouro/RJ, Tanguá/RJ, Teresópolis/RJ, Trajano De Moraes/RJ, Três Rios/RJ, Valença/RJ, Vassouras/RJ e Volta Redonda/RJ.

Parágrafo Único: A presente Convenção Coletiva de Trabalho é aplicável no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e de infraestrutura de telecomunicações no estado do Rio de Janeiro, exceto os

municípios Macaé, Quissamã, Carapebus, Conceição de Macabu, Campos dos Goytacazes, São Fidelis, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Santo Antônio de Pádua, Itaperuna, Miracema, Lajes de Muriaé, Natividade, Porciúncula, Varre e Sai, Itaocara, Cambuci, São José de Ubá, Cardoso Moreira, Italva e Bom Jesus do Itabapoana.

Salários, Reajustes e Pagamento Piso Salarial

CLÁUSULA 3ª - PISOS SALARIAIS

O piso salarial mínimo da categoria será de **R\$1.633,72** (mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos) a partir de agosto/2024.

Parágrafo Primeiro: As EMPRESAS praticarão piso salarial para Técnico devidamente inscrito no Conselho Regional dos Técnicos e no valor de **R\$2.341,36** (dois mil, trezentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos), passando para **R\$2.420,97** (dois mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e sete centavos) a partir de agosto/2024.

Parágrafo Segundo: Pactuam as partes acordantes que as parcelas pagas pelas EMPRESAS para a manutenção do plano de saúde a favor de seus empregados, os valores pagos a título de habitação, o fornecimento de telefone celular, pager ou bip, o fornecimento de combustível, vale- alimentação, bem como o veículo cedido pela empresa ou alugado diretamente do empregado ou de terceiros para uso exclusivamente de suas atividades, não são considerados prestação in natura, para os efeitos do art. 458 da CLT, não se incorporando ou refletindo, para qualquer fim, aos salários e remunerações daqueles mesmos empregados.

CLÁUSULA 4ª - PISO POR FUNÇÃO

Para efeito de piso por função serão considerados os seguintes cargos e salários, conforme a tabela abaixo:

CARGOS	Piso em 01/08/2024 (R\$)
OPERADOR DE SERVIÇO A CLIENTES (OSC)	1.633,72
CABISTA I	1.633,72
CABISTA II	1.790,89
CABISTA III	2.002,58
MULTISKILL/CONSULTOR TÉCNICO	1.896,71
TÉCNICO ADSL COM REGISTRO NO CONSELHO	2.382,20
TÉCNICO DE DADOS I	3.210,61
TÉCNICO DE DADOS II	3.821,70
TÉCNICO DE DADOS III	4.586,60
INSTALADOR LATV	1.633,72

Parágrafo Único: Definição MultiSkill - empregados qualificados como operadores, devidamente capacitado e credenciado para exercer, e que exerçam, três ou mais atividades de instalações e/ou reparos de L.A, ADSL (banda larga), TUP e/ou TV seja via cabo ou DTH e ou fibra ótica.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA 5ª - REAJUSTE SALARIAL

As EMPRESAS reajustarão os salários vigentes em 31 de março de 2024 com o índice de **3,40%** (três vírgula quarenta por cento) a partir da folha de salarial do mês de agosto/2024.

Parágrafo Primeiro: O reajuste previsto nesta cláusula não é aplicável aos pisos salariais estipulados nas cláusulas terceira e quarta deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O percentual de reajuste será aplicado pelas EMPRESAS de forma integral, independente do período trabalhado.

Parágrafo Terceiro: A forma de reajuste estabelecida nesta cláusula não altera a data-base para todos os seus efeitos, incluindo-se para fins do trintídio.

Parágrafo Quarto: Não serão objeto de compensação quaisquer reajustamentos decorrentes de elevação de nível, promoção, aumento real, transferência, equiparação salarial e término de aprendizagem.

Parágrafo Quinto: Estão excluídos do reajuste previsto na presente cláusula os cargos de Presidentes, Vice-presidentes, Diretores, Gerentes, Gerentes Gerais, Consultor Executivo, Aprendizes, Estagiários e Trainee os quais estarão sujeitos ao reajuste conforme política interna de cada empresa.

Pagamento de Salário - Formas e Prazos

CLÁUSULA 6ª – PAGAMENTO

As EMPRESAS efetuarão o pagamento dos salários até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do trabalho.

Parágrafo Primeiro: As EMPRESAS fornecerão e/ou disponibilizarão demonstrativos ou recibos salariais (contracheques), inclusive por meios eletrônicos aos seus empregados, constando a identificação da Empresa, a discriminação das parcelas de salário, horas extras, adicionais, benefícios, valor do depósito mensal-FGTS bem como os descontos efetuados.

Parágrafo Segundo: Sempre que solicitado pelos empregados, caberá às EMPRESAS efetuarem a revisão dos cálculos salariais e, se confirmado engano, efetuar o pagamento da diferença devida em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação do empregado.

Parágrafo Terceiro: O uso de celulares, pagers, notebook e veículos para uso exclusivo do trabalho, não caracteriza estado de sobreaviso, e não acarretará valor adicional ao salário, desde que respeitado o disposto na Súmula nº 428 do TST.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA 7ª - SUBSTITUIÇÃO DE EMPREGADO

Em caso de substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus a salário igual ao do empregado substituído, enquanto perdurar a substituição, excluídas as vantagens pessoais, em conformidade com a legislação vigente.

Descontos Salariais

CLÁUSULA 8ª - DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

As EMPRESAS poderão descontar dos salários dos seus empregados, consoante o artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, valores relativos à alimentação; convênios com instituições de ensino; planos de convênios médicos e odontológicos; transportes; empréstimos pessoais; contribuições às associações, clubes; e outras agremiações; mensalidade sindical, colônia de férias e outros descontos sindicais; e demais benefícios que porventura conceda ou venha a conceder, quando os respectivos descontos forem autorizados por escrito pelos próprios empregados ou aprovados por decisão assemblear e sem oposição formalizada.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA 9ª - DIREITOS ADQUIRIDOS E DEMAIS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Ficam mantidos pelas EMPRESAS todos os benefícios e vantagens atualmente praticados, independente de constarem ou não na presente CCT, desde que sejam mais favoráveis, os quais deverão ser reajustados em **3,40%** (três vírgula quarenta por cento) sobre os valores praticados em 31/03/2024 a partir da folha de maio/2024.

Parágrafo Primeiro: As EMPRESAS atenderão as exigências legais no que se refere a condições de trabalho e direitos dos empregados que não foram objeto de ajuste na presente CCT e, aplicação, no que couber, condições mais favoráveis quando estabelecidas por leis ou normas posteriores.

Parágrafo Segundo: Aos empregados das EMPRESAS prestadoras de serviço para Administração Pública, Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional ficam assegurados os mesmos salários, benefícios e vantagem que já eram pagos pelas prestadoras de serviço a seus empregados.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA 10ª - HORA EXTRA

As horas extras, conforme disposições legais serão remuneradas com os seguintes adicionais:

- a)** 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, para horas extras após a jornada diária de trabalho;
- b)** 100% (cem por cento) sobre a hora normal, para as horas extras realizadas em domingos e feriados.

Parágrafo Primeiro: As horas extras serão pagas junto com o salário do mês em que foram realizadas e seus valores terão como base de cálculo o salário do mês de pagamento.

Parágrafo Segundo: As horas extras realizadas após o fechamento da folha do mês serão incluídas na folha de pagamento do mês seguinte.

Parágrafo Terceiro: As horas extras pagas durante o ano serão computadas para todos os efeitos legais.

Parágrafo Quarto: As horas extras apuradas durante o período de contabilização da folha do mês anterior serão incluídas na folha de pagamento do mês subsequente, segundo cronograma de apuração e pagamento de cada empresa.

Adicional Noturno

CLÁUSULA 11ª - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno, qual seja, aquele executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e às 5

(cinco) horas do dia seguinte, será remunerado com o Adicional Noturno, observados os seguintes critérios legais:

- a)** 20% (vinte por cento) da hora diurna, quando a hora for computada como sendo de 52'30 (cinquenta e dois minutos e trinta segundos);
- b)** 37,14% (trinta e sete vírgula quatorze por cento) da hora diurna, quando a hora trabalhada for computada como de 60 (sessenta) minutos;

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de o empregado receber Adicional de Periculosidade e/ou executar hora extra, o respectivo Adicional Noturno (20% ou 37,14%) incidirá sobre o valor da hora diurna acrescida dos respectivos Adicionais de Periculosidade e Hora Extra, quando for o caso.

Parágrafo Segundo: O valor do Adicional Noturno apurado será pago em folha, ainda que as horas trabalhadas sejam objeto de compensação de horário.

Parágrafo Terceiro: O adicional noturno será pago conforme legislação vigente.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA 12ª - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Aos empregados que trabalharem em condições insalubres, devidamente caracterizado através de laudo técnico, as EMPRESAS efetuarão o pagamento do adicional de insalubridade em conformidade com a legislação em vigor.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA 13ª - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

As EMPRESAS, não obstante a obrigação de adoção de medidas preventivas para minimizar ou

eliminar as condições perigosas e/ou de risco, se obrigam a pagar aos empregados o adicional de periculosidade, quando devidamente caracterizado por laudo técnico ou Norma Regulamentadora e/ou legislação vigente.

Parágrafo Primeiro: Em face das peculiaridades que envolvem empregados que exerçam atividades típicas de instalação, reparo e manutenção na rede aérea de telefonia e subterrânea externa das OPERADORAS, as EMPRESAS pagarão o adicional de periculosidade aos empregados no valor de 30% (trinta por cento) sobre o salário nominal mensal, comprovado em contracheque, desde que, devidamente caracterizado por laudo técnico ou Norma Regulamentadora e/ou legislação vigente.

Parágrafo Segundo: Os adicionais de Insalubridade e de Periculosidade não são cumulativos e, conseqüentemente, para o empregado que se encontrar submetido às duas condições de insalubridade e periculosidade é garantido o pagamento do adicional de maior valor.

Prêmios

CLÁUSULA 14ª - PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

As EMPRESAS que por convenções anteriores mantenham ou já pratiquem Programa de Remuneração Variável para seus empregados conforme critérios previamente estabelecidos e de acordo com a produção alcançada por estes, deverão mantê-los de acordo com as condições mais benéficas praticadas.

Parágrafo Primeiro: A EMPRESA apresentará ao SINTTEL-RJ o modelo de remuneração variável praticado, e antes de realizar novos ajustes, lhe submeterá abrindo, assim, a possibilidade de debate e negociação.

Parágrafo Segundo: O programa de remuneração variável (PRV) é um programa de recompensas e incentivos que complementa o salário fixo do empregado. As cláusulas estabelecidas na convenção coletiva de trabalho deverão ser observadas, sob pena de aplicação da multa prevista na cláusula nº 18 “multa”.

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA 15ª - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS (PLR OU PPR)

As EMPRESAS se comprometem a, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da assinatura deste acordo, negociar individualmente com o SINTTEL-RJ as regras de implantação e pagamento de Participação nos Lucros (PPL) ou Participação nos Resultados (PPR) para seus empregados.

Parágrafo Primeiro: As regras de implantação e pagamento de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR/PPR) ou Participação nos Resultados serão instituídas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho específico.

Parágrafo Segundo: Excepcionalmente caso não seja possível a medição da participação nos lucros ou resultados das Empresas, as partes negociarão valor monetário compensatório.

Parágrafo Terceiro: O PLR/PPR não se confunde com benefícios pagos pela empresa aos empregados, à título de bônus, bonificações, prêmios e a sua validação se dá exatamente nos termos da Lei nº 10.101/2000.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA 16ª - AUXÍLIO REFEIÇÃO / ALIMENTAÇÃO

As EMPRESAS fornecerão aos seus empregados Auxílio Refeição e/ou Alimentação, na forma de créditos em cartão magnético, conforme previsto no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

Parágrafo Primeiro: O valor total do Auxílio Refeição e/ou Alimentação terá por base o número de dias previstos de trabalho multiplicado por no mínimo **R\$27,00** (vinte e sete reais), a partir da próxima recarga após aprovação da proposta em assembleia dos trabalhadores, para empregados com jornada de trabalho de 40 (quarenta) ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo Segundo: Para as empresas com práticas superiores ao valor face estabelecido, será facultada a aplicação do reajuste de 3,40%, podendo ainda, reajustar conforme sua política interna.

Parágrafo Terceiro: Os empregados com jornada de trabalho de 36 (trinta e seis) horas por semana receberão auxílio refeição e/ou alimentação, sendo em valor proporcional aquele relativo à jornada de 44 (quarenta e quatro) horas.

Parágrafo Quarto: Caso o número de dias efetivamente trabalhados seja diferente ao previsto, o ajuste para mais ou para menos será realizado no mês subsequente.

Parágrafo Quinto: A participação financeira do empregado no valor do Auxílio Refeição e/ou Alimentação será de no máximo 15% (quinze por cento) do custo.

Parágrafo Sexto: Este benefício não tem natureza salarial, não podendo ser incorporado ao salário.

CLÁUSULA 17ª – VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO NAS FÉRIAS

As empresas concederão Vale-refeição / Alimentação nas férias no valor mínimo de **R\$400,00** (quatrocentos reais) a partir de maio/2024.

Parágrafo Primeiro: Quando fracionadas, o pagamento do valor mínimo previsto no caput será realizado no primeiro período das férias.

Parágrafo Segundo: Este benefício não tem natureza salarial, não podendo ser incorporado ao salário.

CLÁUSULA 18ª – GRATIFICAÇÃO NATALINA (TICÃO)

Será Concedido um crédito extra em caráter excepcional para o ano de 2024 e em única parcela no valor de **R\$300,00** (trezentos reais), através de crédito no vale-refeição/alimentação até o dia 20 de dezembro de 2024.

Parágrafo Único: Este benefício não tem natureza salarial, não podendo ser incorporado ao salário.

CLÁUSULA 19ª - CESTA BÁSICA OU AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As EMPRESAS poderão, por liberalidade e a seu exclusivo critério, fornecer aos seus empregados Cesta Básica ou Auxílio Alimentação, no valor mínimo de **R\$82,46** (oitenta e dois reais e quarenta e seis centavos), passando para **R\$84,79** (oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos) a partir de maio/2024, por mês efetivamente trabalhado.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por mês efetivamente trabalhado, quando o empregado não apresentar faltas injustificadas ao serviço.

Parágrafo Segundo: O benefício será concedido com a participação financeira do empregado limitada a 15% (quinze por cento) do custo.

Parágrafo Terceiro: Conforme previsto no Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, as EMPRESAS poderão estender o benefício previsto nesta Cláusula aos empregados por elas dispensados, no período de transição para um novo emprego, limitada a extensão ao período de 6 (seis) meses.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA 20ª - VALE TRANSPORTE

Conforme disposto na legislação, as EMPRESAS fornecerão aos seus empregados, na forma da lei, o vale transporte para cada dia efetivamente trabalhado e em quantidade suficiente para os trajetos residência/trabalho/residência.

Parágrafo Único: Caso o número de dias efetivamente trabalhados seja diferente ao previsto, o ajuste para mais ou para menos será realizado no mês subsequente.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA 21ª - ASSISTÊNCIA MÉDICA

As EMPRESAS se comprometem a fornecer plano de assistência médica, para os empregados com vínculo contratual por prazo indeterminado, arcando parcialmente com os custos do convênio médico, em regime de coparticipação com os trabalhadores favorecidos pelo benefício.

Parágrafo Primeiro: O subsídio das EMPRESAS aplica-se somente ao empregado, não sendo obrigatória sua extensão aos seus dependentes, ficando por conta total do empregado o custo dos dependentes que venha a incluir no convênio médico previsto nesta cláusula.

Parágrafo Segundo: Este benefício não tem natureza salarial, não podendo ser incorporado ao salário.

Parágrafo Terceiro: As EMPRESAS se comprometem a realizar estudo de viabilidade para o fornecimento de convênio médico unificado e por adesão, visando reduzir a coparticipação e equalizar o benefício atualmente praticado aos empregados, para tanto, deverão reunir-se para criar uma comissão de estudo no prazo máximo de 10 dias após assinatura deste instrumento e deverão apresentar proposta em até 60 dias, referente ao Plano de Saúde Unificado.

Parágrafo Quarto: Até que seja instituído o convênio médico unificado, conforme negociação, as EMPRESAS manterão os planos de Assistência Médica já praticados.

Parágrafo Quinto: Não serão abrangidas por esta cláusula EMPRESAS que mantenham planos sem participação do empregado ou que mantenham planos familiares gratuitos.

CLÁUSULA 22ª - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

As EMPRESAS poderão, por liberalidade e a seu exclusivo critério, disponibilizar convênio de Assistência Odontológica para seus empregados e dependentes, cabendo a esses optarem pela adesão, com regras de coparticipação e custeio definidas em seu Regulamento Interno.

Auxílio Creche

CLÁUSULA 23ª - AUXÍLIO CRECHE

Todas as EMPRESAS concederão às empregadas-mãe o auxílio creche no valor de **R\$280,00** (duzentos e oitenta reais), passando para **R\$289,52** (duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) a partir de maio/2024, para os filhos de até 18 (dezoito) meses de idade, nos moldes previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 389 da CLT, mediante a apresentação de comprovante de pagamento emitido pela instituição contratada.

Seguro de Vida

CLÁUSULA 24ª - SEGURO DE VIDA, ACIDENTE E AUXÍLIO FUNERAL

As EMPRESAS farão seguro de vida e acidentes em grupo, a favor de seus empregados, observadas às seguintes coberturas mínimas:

- a) **R\$15.841,24** (quinze mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos) a partir de maio/2024, por morte, qualquer que seja a causa;
- b) **R\$15.841,24** (quinze mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos) a partir de maio/2024, por acidente de trabalho ou doença ocupacional;
- c) **R\$9.659,27** (nove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte e sete centavos) a partir de maio/2024, por invalidez parcial por acidente de trabalho ou doença ocupacional.
- d) **R\$3.402,19** (três mil, quatrocentos e dois reais e dezenove centavos) a partir de maio/2024, de Auxílio Funeral extensivo aos dependentes cadastrados do empregado.

Parágrafo Primeiro: As empresas que concedem os benefícios acima mencionados em condições mais vantajosas, estão isentas do cumprimento da presente cláusula.

Parágrafo Segundo: Na ocorrência de invalidez por motivo de doença, devidamente atestada pelo INSS, que impossibilite o empregado de exercer as atividades para as quais foi contratado, havendo interesse, previamente expresso, do empregado em rescindir seu contrato de trabalho, as EMPRESAS pagarão, junto com as verbas rescisórias, uma indenização equivalente à média mensal das 6 (seis) últimas remunerações ou do salário nominal do empregado, o que for mais benéfico.

Parágrafo Terceiro: As EMPRESAS adotarão providências para que o valor do seguro por Morte seja pago ao Beneficiário, legalmente habilitado, no prazo máximo de 3 (três) meses, contados da data do sinistro, sob pena de fazê-lo para posterior ressarcimento junto à Seguradora.

Parágrafo Quarto: As EMPRESAS viabilizarão, por meio de convênio, auxílio capaz de arcar com as despesas de funeral do empregado.

Outros Auxílios

CLÁUSULA 25ª - CONVÊNIO FARMÁCIA

As EMPRESAS abrangidas por esta Convenção Coletivo de Trabalho se comprometem a informar a seus empregados a rede de farmácias credenciadas para que os mesmos possam fazer aquisição de medicamentos com desconto.

Parágrafo Único: O referido benefício não será através de reembolso ou de desconto em folha de pagamento, correndo por conta exclusiva do empregado.

CLÁUSULA 26ª - REEMBOLSO A DEPENDENTE PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

As EMPRESAS concederão o Auxílio à PCD para o filho de empregado(a), ou dependente a ele(a) equiparado(a) assim entendidos, filho (a), enteado (a) ou menor sob guarda legal ou judicial), da seguinte forma: concederão o referido reembolso mensal no valor de **R\$318,92** (trezentos e dezoito reais e noventa e dois centavos), passando para **R\$329,76** (trezentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos) a partir de maio de 2024.

Parágrafo Primeiro: Os valores pagos a este título não serão incorporados à remuneração e nem serão considerados salário para qualquer efeito.

Parágrafo Segundo: O auxílio a PcD será concedido, na forma especificada nesta cláusula, desde que o beneficiado esteja efetivamente caracterizado como "PcD", mediante a apresentação de relatório de avaliação diagnóstica, assinado por profissional habilitado para esse fim e reconhecido pelo serviço médico das EMPRESAS.

Parágrafo Terceiro: Fica conceituado que "PcD" é a pessoa portadora de deficiência, que comprometa sua educação, desenvolvimento e/ou ajustamento ao meio familiar e social, caracterizando-a como PcD. A deficiência será caracterizada seguindo os tipos a seguir relacionados:

- a) Mental: deficiência mental moderada ou severa;
- b) Distúrbio de conduta: problemas de psicomotricidade;
- c) Física: afecção muscular e/ou ortopédica;
- d) Sensorial: auditiva ou visual;
- e) Paralisção cerebral: deficiência física com deficiência neurológica;
- f) Múltipla: associação de duas ou mais das deficiências acima indicadas.

Parágrafo Quarto: O auxílio a PcD será concedido ao empregado, de acordo com esta cláusula e parágrafos integrantes, enquanto perdurar o atendimento especializado e a condição de empregado.

Parágrafo Quinto: Por se tratar de mera liberalidade e pelo seu caráter social, o auxílio a PCD não será considerado como salário, não se integrando à remuneração para nenhum efeito legal.

Empréstimos

CLÁUSULA 27ª - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

As EMPRESAS poderão realizar convênios com entidades bancárias de crédito para que os empregados tenham acesso a empréstimos consignados, com desconto em folha de pagamento, conforme previsto nas Leis nºs 10820/03 e 10953/04.

Contrato de Trabalho - Admissão, Demissão, Modalidades Desligamento/Demissão

CLÁUSULA 28ª - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

As homologações de rescisões de contrato individual de trabalho dos empregados, com mais de 12 (doze) meses de contrato ativo, serão realizadas obrigatoriamente com a assistência do SINTTEL-RJ, no prazo máximo de 30 dias contados do dia do depósito da indenização prevista no art. 477 da CLT, observados os demais procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa SRT nº 15 de 14/07/2010, do MTE, de forma híbrida (presencial ou telepresencial), podendo a empresa optar pela modalidade.

Parágrafo Primeiro: As EMPRESAS que atuam fora dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói terão de implantar a modalidade telepresencial e contatar o SINTTEL RIO através do e-mail homologacao.telepresencial@sinttelrio.org.br para agendamento e instruções para realização do procedimento.

Parágrafo Segundo: As empresas que descumprirem com o disposto na presente cláusula, incorrerão imediatamente nas sanções previstas na cláusula de "multa" presente neste instrumento.

CLÁUSULA 29ª - FORNECIMENTO DE AAS E DE PPP

As EMPRESAS fornecerão o Atestado de Afastamento e Salário (AAS) e o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) ao empregado, por ocasião da rescisão do contrato individual de trabalho ou se antecipadamente solicitado, por escrito, em até 10 (dez) dias úteis.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA 30ª - TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

As EMPRESAS poderão contratar empregados por prazo determinado, nos termos da Lei 9601/98 e do Decreto 2490/98, para atender, exclusivamente, as demandas de projetos das OPERADORAS que, em razão das peculiaridades e imprevisibilidade de lapso temporal para execução dos serviços, tornam imprescindíveis, em caráter extraordinário e adicionalmente ao contingente disponibilizado, a contratação de mão-de-obra a ser utilizada, única e exclusivamente, para a execução de prestação de serviços nos projetos em questão.

Parágrafo Primeiro: Aos empregados admitidos nesta condição, as EMPRESAS garantirão o cumprimento das condições de trabalho ajustadas neste Instrumento Coletivo, bem como, estenderá aos mesmos todos demais benefícios e vantagens decorrentes de liberalidade empresarial.

Parágrafo Segundo: Na ocorrência de antecipação da rescisão do contrato individual de trabalho por prazo determinado, serão devidas indenizações, observados os seguintes critérios:

- a) sendo a rescisão de iniciativa exclusiva das EMPRESAS, fica assegurado o pagamento, ao empregado, na forma da Consolidação das Leis do Trabalho uma indenização de 50% (cinquenta por cento) correspondente a remuneração a que teria direito até o término do contrato.
- b) sendo a rescisão de iniciativa do empregado, será facultado as EMPRESAS proceder aos descontos, nas verbas rescisórias, de adiantamentos salariais.
- c) antecipações de benefícios e ressarcimento de despesas feitas pelo empregado, desde que devidamente comprovados.

Parágrafo Terceiro: As EMPRESAS arcarão com todas as consequências e ônus decorrentes de inobservância do ordenamento jurídico aplicável à matéria.

Parágrafo Quarto: Aos contratos por prazo determinado, que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado, conforme dispõe o artigo 481 da CLT.

CLÁUSULA 31ª - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

É vedado às EMPRESAS firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregados na mesma função.

Relações de Trabalho - Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA 32ª - INCENTIVO À FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As EMPRESAS se comprometem a incentivar bem como fomentar, em ação conjunta com o SINTTEL/RJ, o desenvolvimento e manutenção de programas especiais de formação, atualização e aperfeiçoamento profissional dos empregados.

Parágrafo Primeiro: Os períodos destinados ao treinamento e de incentivo à capacitação, reciclagem, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional não serão contados como exercício efetivo em uma nova função, não cabendo nenhuma complementação salarial conforme previsto no Parágrafo 3º da cláusula 5ª da presente CCT.

Parágrafo Segundo: As Empresas não podem determinar a realização de cursos e treinamentos no período de férias de seus empregados.

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA 33ª - UNIFORMES, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, ETC

As EMPRESAS fornecerão de forma gratuita aos seus empregados, o uniforme, os equipamentos e as ferramentas necessárias para a execução dos serviços, bem como disponibilizará telefones celulares para aqueles empregados cuja atividade diária exija uma rapidez de comunicação.

Parágrafo Primeiro: Os empregados serão responsáveis pelo bom uso, zelo e guarda de uniformes, ferramentas e equipamentos que lhes sejam disponibilizados para consecução de serviços.

Parágrafo Segundo: Em caso de prejuízo resultante de uso indevido ou negligência ou imprudência do empregado responsável, desde que devidamente comprovado, as EMPRESAS poderão efetuar o desconto na folha de pagamento do empregado que deu causa ao sinistro, pelo valor decorrente de depreciação, a título de ressarcimento, mediante ajuste, por escrito, com o empregado, observando os termos do Art.462 da CLT.

Parágrafo Terceiro: O fornecimento e a devolução de uniformes, ferramentas e telefones celulares serão formalizados por recibo específico, assinados pelas EMPRESAS e pelos seus respectivos empregados, devendo constar a devida ressalva sobre o real estado de conservação do que estiver sendo fornecido, sendo uma via do recibo entregue ao empregado no ato da ocorrência.

Parágrafo Quarto: Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, as EMPRESAS poderão descontar das verbas rescisórias, a título de ressarcimento de despesas, os uniformes, ferramentas, equipamentos e telefones celulares que, comprovadamente, estiverem enquadrados nas hipóteses previstas no parágrafo 2Q desta cláusula atendendo aos limites do § 5º do artigo 477 da CLT.

Parágrafo Quinto: As EMPRESAS manterão controles transparentes dos materiais fornecidos aos empregados.

Parágrafo Sexto: As EMPRESAS não poderão efetuar os descontos sem a apresentação do comprovante de entrega estabelecido no Parágrafo 3Q desta Cláusula, e, ainda, quando ficar irrefutavelmente comprovado que tenha sido furtado, extraviado ou danificado por motivos alheios à vontade e ao zelo do empregado.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA 34ª - GESTANTES

É assegurada às empregadas gestantes, a concessão da licença maternidade nos termos previstos no art. 392 da CLT e a estabilidade no emprego, conforme disposto no art.10, II, b das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Parágrafo Único: A gestante que vier a sofrer um aborto, terá estabilidade de 30 (trinta) dias, desde que, o mesmo seja comprovado e a empresa seja comunicada em 48 (quarenta e oito) horas.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA 35ª - GARANTIA DE EMPREGO ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA

As EMPRESAS concederão estabilidade provisória aos empregados que necessitem de até 12 (doze) meses para aquisição de aposentadoria por tempo de contribuição, nos termos do Artigo 52 da Lei nº 8.213/91, desde que devidamente comprovados e tenham 08 (oito) anos contínuos de trabalho na mesma empresa.

Parágrafo Primeiro: A comprovação às Empresas deverá ser feita durante a vigência do contrato de trabalho, a partir de 30 dias antes do início do período de estabilidade pleiteado até o dia de eventual comunicação da dispensa, não gerando efeitos a comunicação realizada durante o cumprimento do aviso prévio, seja indenizado ou trabalhado.

Parágrafo Segundo: No caso de demissão sem justa causa, o Trabalhador deverá ser indenizado pelo período de estabilidade não trabalhado.

Parágrafo Terceiro: A estabilidade que trata esta cláusula não se aplica em casos de rescisão de contrato de trabalho por mútuo acordo, pedido de demissão e dispensa por justa causa.

Parágrafo Quarto: Cessará a estabilidade quando o empregado reunir as condições para aposentadoria, independentemente da percepção do benefício.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA 36ª - CONTROLE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Fica assegurado ao SINTTEL-RJ o direito de fiscalizar as condições de prestação de serviços de profissionais terceirizados no âmbito de sua representação, com o propósito de preservar os direitos dos trabalhadores e/ou os interesses da categoria econômica a fim de coibir abusos de direito por parte de empresas não qualificadas legalmente para este fim.

Parágrafo Único: Entende-se por abuso de direito, para os fins do caput desta cláusula, a lesão aos direitos entabulados neste instrumento coletivo, aos direitos trabalhistas e normas de segurança no trabalho, bem como, o desvio de finalidade das EMPRESAS, o que expressa a intenção de burlar a lei (fraude) ensejando, assim, a anulação, pela via judicial, do contrato de prestação de serviços e, consequentemente, na apuração da responsabilidade civil e penal pertinentes.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA 37ª - ENTREGA DE DOCUMENTO

A entrega, recebimento e devolução de qualquer documento à empresa deverá ser protocolizado, com a emissão de recibos em duas vias, assinadas, respectivamente pelo empregado e pela empresa, cabendo cópia a cada um.

Jornada de Trabalho - Duração, Distribuição, Controle, Faltas Duração e Horário

CLÁUSULA 38ª - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos empregados é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda a sábado, excetuados os que exerçam atividades com jornadas diferenciadas por força de lei.

Parágrafo Primeiro: As EMPRESAS afixarão as Escalas de Trabalho (Revezamento ou Plantão) no local de trabalho, em lugar visível e de fácil acesso, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Segundo: As EMPRESAS envidarão esforços para buscar formas de coibir a convocação daqueles que não estão escalados para trabalho no feriado ou fim de semana.

Parágrafo Terceiro: Da mesma maneira buscarão forma administrativa que coíba a convocação por celular de empregados fora da jornada de trabalho ou escala e/ou garantia de pagamento de sobreaviso.

Controle da Jornada

CLÁUSULA 39ª - CONTROLE DE JORNADA

Para atender as necessidades de seus serviços, fica convencionado que as empresas poderão adotar outras formas de registro de ponto alternativo em conformidade com o disposto na Portaria nº 373 de 25/02/2011 do MTE que dispõe sobre a possibilidade de adoção pelos empregadores de sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho.

CLÁUSULA 40ª - REGISTRO DE PONTO

Todos os empregados que não ocupem cargos de confiança terão sua jornada de trabalho diária (entrada e saída) devidamente registradas em meio manual, mecânico, eletrônico ou digital que possa garantir o efetivo registro da jornada de trabalho.

Parágrafo Primeiro: Fica autorizado o registro de ponto de forma alternativa em conformidade com o disposto na Portaria nº 671 de 08/11/2021 do MTE, que dispõe sobre a possibilidade de adoção pelos empregadores de sistemas alternativos de jornada de trabalho.

Parágrafo Segundo: Os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho terão seus registros de ponto nos termos do parágrafo primeiro.

Parágrafo terceiro: Os empregados ficarão dispensados de registrar nos cartões de ponto ou controles equivalentes, o horário dos intervalos destinados à alimentação e descanso, desde que as EMPRESAS assegurem o repouso no intervalo legal.

Faltas

CLÁUSULA 41ª - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao trabalho, sem prejuízo de seu salário:

- a) Até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão como também pessoa que declare em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, viva sob sua dependência;

- b) Até 3 (três) dias úteis, em virtude de casamento;
- c) Por 1 (um) dia em cada 12 (doze) meses de trabalho em caso de doação de sangue, devidamente comprovado;
- d) Por 5 (cinco) dias, o trabalhador homem, no decorrer da primeira semana do nascimento do filho;
- e) Até 2 (dois) dias consecutivos ou não para o fim de obter Título Eleitoral;
- f) No período de tempo em que tiver de cumprir às exigências do Serviço Militar;
- g) Por 1 (um) dia, em caso de internação hospitalar do cônjuge, companheiro (a) ou filho menor de idade, devidamente comprovado;
- h) Por meia jornada de trabalho para recebimento do PIS/PASEP, desde que o respectivo pagamento não se efetue pela empresa ou posto bancário nela localizado;
- i) Até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira. (Inc. X do art. 473 da CLT, inserido pela Lei nº13.257/16);
- j) Por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica. (Inc. XI do art. 473 da CLT, inserido pela Lei nº 13.257/16);
- k) Demais previsões constantes no art. 473 da CLT.

Férias e Licenças Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA 42ª - AVISO DE FÉRIAS

O aviso de férias será informado ao empregado com 30 (trinta) dias de antecedência e o pagamento deve ser feito em até 2 dias antes do início do período das férias.

Parágrafo Primeiro: Em caso de suspensão das férias por iniciativa da EMPRESA, será garantido o ressarcimento ao empregado no caso de comprovado prejuízo pecuniário.

Parágrafo Segundo: Em havendo fracionamento das férias, a gratificação de férias a que se refere o inciso XVII, do artigo 7º, da CRFB/88, será integralmente pago por ocasião do primeiro período de gozo.

Licença Adoção

CLÁUSULA 43ª - INCENTIVO PARA ADOÇÕES

As EMPRESAS concederão idêntico tratamento relativo à licença maternidade/paternidade remunerada, bem como garantia de emprego, conforme previsto na Cláusula de GESTANTES, à empregada que detiver a guarda judicial ou adotar criança de qualquer faixa etária.

Parágrafo Único: A licença maternidade/paternidade remunerada e a estabilidade dos empregados serão concedidas mediante a apresentação do termo de adoção ou guarda judicial da criança.

Saúde e Segurança do Trabalhador Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA 44ª - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA NO TRABALHO

As EMPRESAS fornecerão gratuitamente aos empregados equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo (EPC) necessários para a realização de suas tarefas diárias, bem como garantirá treinamento adequado a todos os empregados para o correto uso de EPI's e EPC's e fiscalizará a utilização pelos empregados para execução das atividades profissionais.

CIPA - composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA 45ª - CIPA

As EMPRESAS se comprometem a adotar medidas de segurança e proteção ao trabalho quanto a riscos existentes nos ambientes de trabalho, em especial as definidas na NR-10 e na NR-33, de forma a reduzir ou neutralizar os riscos de acidentes ou doenças do trabalho, bem como informar às EMPRESAS por elas contratadas para prestação de serviços da obrigatoriedade do cumprimento das normas de segurança e proteção ao trabalho.

Parágrafo Primeiro: As EMPRESAS deverão, nos termos da NR-5, convocar eleições para a escolha de representantes de empregados na CIPA, no prazo de 60 (sessenta) dias antes do término dos mandatos em curso, bem como comunicar o início do processo eleitoral ao SINTTEL- RJ, e publicar e divulgar o edital de convocação em locais de fácil acesso e visualização, no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do mandato em curso.

Parágrafo Segundo: Para o fim exclusivo de constituição de CIPA, as EMPRESAS se comprometem a considerar o quantitativo de trabalhadores que lhes prestam serviços, por intermédio de contratos firmados com empreiteiras e/ou empresas prestadoras de serviços, definindo mecanismos de integração e de participação de todos os trabalhadores em relação às decisões das CIPA's existentes nos estabelecimentos, na forma do item 5 (cinco) da NR-5.

Parágrafo Terceiro: Aos Membros eleitos para compor a CIPA, será garantida a estabilidade no emprego até 1 (um) ano após o final do mandato.

Exames Médicos

CLÁUSULA 46ª - EXAMES MÉDICOS

As EMPRESAS observarão os procedimentos legais quanto à realização dos exames admissionais, periódicos e demissionais de seus empregados.

Parágrafo Primeiro: As EMPRESAS realizarão os exames médicos (ASO's) admissionais, periódicos e demissionais, sem ônus para os empregados, fornecendo cópia dos resultados aos mesmos.

Parágrafo Segundo: Em caso de constatação de doença ocupacional, doença crônica ou problema médico relevante, o empregado será informado e encaminhado para o tratamento adequado.

Parágrafo Terceiro: Os exames demissionais serão feitos na ocasião da dispensa do empregado, vedada a substituição do exame demissional por exames periódicos recentes ou laudos médicos de aptidão para retorno ao trabalho, exceto os casos previstos em NR, legislação específica, na recusa do empregado em realizar o exame, ou nos casos de não comparecimento ao local do exame demissional.

Parágrafo Quarto: Os empregados deverão submeter à realização dos exames de saúde ocupacional (ASO's) previstos na NR-7 sob pena de dispensa na forma da legislação vigente, inclusive nos casos de campanhas internas de saúde ocupacional e programas de vacinação coletiva no âmbito das EMPRESAS.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA 47ª - AFASTAMENTO POR DOENÇA

Os atestados médicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos por médicos do INSS ou médicos credenciados do Plano de Saúde conveniado pelas EMPRESAS, serão aceitos, sem restrições, na forma da lei.

Parágrafo Primeiro: Os atestados médicos, para serem aceitos, deverão ser entregues até 48 (quarenta e oito) horas da emissão do atestado, podendo ser entregue por meio eletrônico desde que entregue o original no retorno do trabalhador. No caso de impossibilidade do empregado fazer a entrega, deverá manter contato com seu RH, para ajuste de prazo e condições para a entrega.

Parágrafo Segundo: Para fins de justificativa de falta, as EMPRESAS considerarão os atestados que comprovem o atendimento médico emitidos pelos órgãos públicos de saúde e/ou pelo convênio fornecido pelas EMPRESAS, desde que neles esteja discriminada de forma legível e sem rasuras a hora da consulta, e esta tenha sido coincidente com a sua jornada de trabalho, além das datas de afastamento concedidas.

Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

CLÁUSULA 48ª - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO (CAT)

As EMPRESAS providenciarão a abertura de CAT, após os devidos registros internos, sempre que ocorrer situação de acidente de trabalho ou de doença profissional.

Parágrafo Primeiro: A EMPRESA encaminhará cópia da CAT ao SINTTEL-RJ:

- a) até 24 (vinte e quatro) horas, no máximo, em caso de acidente fatal;
- b) até 48 (quarenta e oito) horas, no máximo, nos demais casos.

Parágrafo Segundo: Ocorrendo a hipótese legal da CAT ser emitida pelo SINTTEL-RJ, será encaminhada cópia à EMPRESA, a qual dará ciência expressa do recebimento.

Garantias a Portadores de Doença não Profissional

CLÁUSULA 49ª - EMPREGADOS TOXICÔMANOS OU ALCOÓLATRAS

As EMPRESAS comprometem-se a encaminhar seus empregados toxicômanos ou alcoólatras a grupos de apoio especializado, desde que apresentado laudo médico caracterizando/comprovando a doença.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA 50ª - CAMPANHAS DE SINDICALIZAÇÃO

As EMPRESAS, quando solicitado por escrito, autorizarão o ingresso do SINTTEL-RJ em suas dependências, em dia e período previamente fixados, exclusivamente para realização de campanha de sindicalização junto aos empregados.

CLÁUSULA 51ª - MENSALIDADE SINDICAL

As EMPRESAS se comprometem em efetuar o desconto, em folha de pagamento, das mensalidades dos empregados associados ao SINTTEL-RJ, e a repassá-las até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao dia dos pagamentos dos salários.

Parágrafo Primeiro: A mensalidade sindical deverá ser descontada também sobre o 13º salário do empregado associado.

Parágrafo Segundo: O repasse das mensalidades poderá ser efetuado através de cheque, depósito bancário ou transferência eletrônica.

Parágrafo Terceiro: As EMPRESAS encaminharão ao SINTTEL-RJ, mensalmente, a listagem dos contribuintes para o endereço eletrônico: secretaria@sinttelrio.org.br, contendo nomes, respectivas matrículas e o valor descontado dos empregados associados.

Parágrafo Quarto: Na impossibilidade de ser efetuado o desconto, as EMPRESAS informarão ao SINTTEL-RJ, por escrito ou através do endereço eletrônico secretaria@sinttelrio.org.br, os nomes, as respectivas matrículas e as razões impeditivas do desconto.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA 52ª - ATIVIDADE SINDICAL

Os dirigentes sindicais e os representantes sindicais, para fins de exercício de sua função, terão garantido o acesso às dependências das EMPRESAS, desde que agendadas previamente.

Parágrafo Único: As EMPRESAS, quando formalmente solicitadas e sempre que a situação exigir, agendarão dia e hora para, em conjunto com o dirigente e/ou representante do SINTTEL-RJ, avaliar e/ou tratar de assuntos de interesse da categoria.

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA 53ª - ESTABILIDADE DE DIRIGENTE SINDICAL

O SINTTEL-RIO e as EMPRESAS reconhecem que a estabilidade provisória dos seus empregados eleitos, pela categoria profissional, para exercício de cargo de diretor sindical, conforme a legislação, segue os conceitos descritos na Súmula 369 do TST.

Parágrafo Primeiro: O SINTTEL-RIO informará às respectivas EMPRESAS a relação nominal dos diretores sindicais eleitos para o período de mandato em até 10 dias após a posse dos referidos diretores.

Parágrafo Segundo: Conforme descrito na Súmula 369 do TST, a estabilidade limita-se aos empregados da EMPRESA que integram a diretoria descrita no artigo 522 da CLT.

Parágrafo Terceiro: Em razão do atendimento à finalidade inerente ao cargo eleito, a transferência de área ou local de trabalho dos representantes e diretores sindicais, deverá ser previamente informada e negociada junto ao SINTTEL-RJ e a Direção da Empresa.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA 54ª - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL DOS EMPREGADOS

Conforme estabelecido pelo art. 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), acerca da contribuição sindical, respeitando o disposto no art. 582; determina também o parágrafo 2º do art. 583 da CLT que a empresa, depois de procedido o referido desconto em folha de pagamento, deverá encaminhar o comprovante do depósito da contribuição sindical ao respectivo Sindicato.

Parágrafo Primeiro: As GRCS's e a listagem, citadas no caput, deverão ser enviadas preferencialmente no formato eletrônico por meio do endereço secretaria@sinttelrio.org.br e, alternativamente, via carta registrada ou sob protocolo na sede do SINTTEL.

Parágrafo Segundo: As EMPRESAS se comprometem a somente aceitar GRCS de seus empregados com valor equivalente a um dia de remuneração do mesmo.

CLÁUSULA 55ª - CONTRIBUIÇÃO LABORAL PARA FORTALECIMENTO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Cientes de que devem se abster de promover ações diretas ou indiretas de estímulo a não contribuição, as EMPRESAS descontarão em folha de pagamento, de cada empregado participante da categoria representada pelo SINTTEL-RJ, sindicalizado ou não, o valor relativo a 3% (três por cento) do salário-base correspondente, sendo 1% (um por cento) na folha de pagamento referente ao mês de agosto/24, 1% (um por cento) na folha referente ao mês de setembro/24 e 1% (um por cento) na folha referente ao mês de outubro/24, para fins de custeio da negociação coletiva e de Serviços Assistenciais do respectivo sindicato, conforme deliberado na Assembleia Geral dos Trabalhadores.

Parágrafo Primeiro: Os empregados poderão se opor à referida contribuição por meio de requerimento manuscrito ou digitado, individualmente com identificação e assinatura obrigatória, em 3 (três) vias entregues na sede ou subsele do SINTTEL ou, ainda, enviadas por A.R. via Correios (ECT) para este sindicato, no período de 02 a 16 de junho de 2024.

Parágrafo Segundo: Este valor deverá ser repassado pela Empresa ao SINTTEL, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o desconto, através de depósito bancário ou transferência para Banco 237 Bradesco, agência 448, conta - corrente nº 0508380-0, ou por meio de cheque nominal entregue na sede desta entidade laboral. No caso de não efetivação do repasse no prazo estipulado, será cobrada multa de 2% (dois por cento) ao mês incidente sobre o valor devido, e sem prejuízo da multa por descumprimento prevista nesse instrumento coletivo.

Parágrafo Terceiro: A Empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias, após realizado o repasse, conforme o parágrafo supra, para enviar à secretaria do SINTTEL-RJ a listagem dos empregados sobre os quais incidirá a contribuição prevista nesta Cláusula, acompanhada da cópia da folha de pagamento e das Guias de Recolhimento da Previdência Social (GRPS) bem como da cópia dos recibos de depósito bancário, quando for o caso.

CLÁUSULA 56ª - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

Foi deliberado por assembleia geral, entre o Sindicato Patronal (SINSTAL) e Federação Patronal (FENINFRA) com as empresas que representam o segmento de prestação de serviços em telecomunicações, que as mesmas deverão recolher contribuição confederativa patronal à FENINFRA no valor correspondente a 1% (um por cento) do capital social do CNPJ raiz da empresa (matriz), com o valor mínimo da aludida contribuição no importe de dois mil reais e valor máximo da contribuição no importe de setenta mil reais, anualmente, em até 10 dias após a aprovação desse Instrumento Normativo.

CLÁUSULA 57ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas recolherão diretamente ao SINSTAL a Contribuição Assistencial Patronal, no valor correspondente a **R\$25,00** (vinte e cinco reais) **por empregado**, com base na folha de pagamento do mês de abril 2024, sendo que o valor mínimo não poderá ser inferior a **R\$1.500,00** (mil e quinhentos reais) e o pagamento deverá ser realizado mediante emissão de boleto bancário pelo SINSTAL, em até 20 (vinte) dias do registro do presente instrumento.

Parágrafo Primeiro: Para que se proceda ao cálculo do valor devido, as empresas obrigam-se ainda, a fornecerem até o mês de junho, o número de trabalhadores que integram sua folha de pagamento do mês de janeiro do mesmo ano.

Parágrafo Segundo: O atraso no recolhimento implicará (por força de lei) em juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração mais multa, aplicados sobre o valor atualizado do débito, de acordo com a seguinte tabela:

- a) até 15 dias de atraso – 2% (dois por cento);
- b) 16 a 30 dias de atraso – 4% (quatro por cento);
- c) 31 a 60 dias de atraso – 10% (dez por cento);
- d) 61 a 90 dias de atraso – 15% (quinze por cento);
- e) acima de 90 dias de atraso – 20% (vinte por cento).
- f) juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, aplicado sobre o valor corrigido e demais penalidades previstas em lei.

Parágrafo Terceiro: Conforme o que estabelece o artigo 513, alínea “e” da CLT, a tese de repercussão geral fixada no Tema 935 pelo Supremo Tribunal Federal: “*É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição*” e Assembleia Geral Extraordinária de autorização para a cobrança e o recolhimento da Contribuição Assistencial 2024, realizada no dia 26 de março de 2024, devidamente convocada através de edital publicado no Jornal Diário Comercial do dia 22 de março de 2024 – Página B7, as empresas, associadas ou não, ficam obrigadas a recolher o valor do *caput* desta cláusula.

Parágrafo Quarto: O prazo para oposição das empresas não associadas será de 10 (dez) dias corridos após o registro do presente instrumento no sistema mediador.

Parágrafo Quinto: Será divulgado no sítio eletrônico do SINSTAL/FENINFRA: <https://www.feninfra.org.br/> o referido instrumento coletivo, bem como a data de início e término do prazo para o exercício do direito de oposição pelas empresas interessadas.

Parágrafo Sexto: A quitação e a extinção da obrigação de pagar estão previstas no Art. 149 da CF/88, Art. 308 do Código Civil Brasileiro e do Tema 935 do STF, que dispõe sobre a obrigatoriedade do pagamento, com a remessa do comprovante de pagamento do recolhimento ao Sindicato no e-mail relacionamento@feninfra.org.br. O seu não pagamento implica em cobrança judicial, conforme Acórdão do Tema 935 – STF.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA 58ª - ATUALIZAÇÃO PERMANENTE DO CADASTRO DAS EMPRESAS

As EMPRESAS se obrigam a comunicar ao SINTTEL-RJ, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o evento, a mudança de local da Sede, bem como do endereço e CNPJ de Filiais em atividade na base territorial abrangida por esta Convenção Coletiva de Trabalho.

Disposições Gerais Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA 59ª - CANAL EXPRESSO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

As EMPRESAS disponibilizarão e-mail onde o sindicato laboral postará demandas as quais serão apuradas e respondidas fundamentadamente em até 10 (dez) dias úteis.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA 60ª - ACOMPANHAMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Os Sindicatos convenientes comprometem-se em promover e fiscalizar o cumprimento das cláusulas coletivas e, sempre que a situação exigir, agendar reunião extra para sanar dúvidas e/ou divergências ou negociar medidas corretivas de forma a garantir o cumprimento ou a melhoria das condições ajustadas neste Instrumento.

Parágrafo Único: Quando a situação exigir, deverá ser agendada reunião extra, visando sanar dúvidas e/ou divergências ou negociar medidas corretivas, de forma a garantir o cumprimento ou a melhoria das condições ajustadas neste Instrumento.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA 61ª - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Fica estabelecida multa no valor de 5% (cinco por cento) do salário nominal, por infração, por empregado e por mês, mediante notificação circunstanciada, em caso de descumprimento de quaisquer cláusulas contidas na Convenção Coletiva de Trabalho e no presente Termo Aditivo, bem como, desde que não cominada com qualquer multa específica, revertendo seu valor a favor da parte prejudicada.

Parágrafo Primeiro: A multa só será devida se a parte infratora, notificada da infração, não proceder à sua correção no prazo de 10 dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo Segundo: O valor da multa normativa em quaisquer casos e independente da irregularidade ou infração, não poderá ser maior que o valor de 01 (um) salário nominal do empregado prejudicado, ou de 01 (um) salário-mínimo nacional quando tratar-se de infração e /ou conjunto de infrações contra a organização sindical.

Outras Disposições

CLÁUSULA 62ª - OS EFEITOS DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

As condições de trabalho instituídas na presente Convenção Coletiva de Trabalho produzem efeitos *erga omnes* no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e empresas de infraestrutura de telecomunicações com atuação na abrangência territorial do SINTTEL RIO, excetuados as Operadoras de Telecomunicações, Empresas de Telemarketing/Teleatendimento, Empresas de Telecomunicações por Satélites e, a partir da data-base de 2024, os Provedores de Acesso à Internet, cujas condições de trabalho constam em instrumentos coletivos específicos.

Parágrafo Único: As partes Convenientes e as Empresas do segmento estabelecem que nenhum Acordo Coletivo de Trabalho ou acordos individuais poderão ser firmados contendo condições inferiores as cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 63ª - PUBLICIDADE DA PRESENTE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Em atendimento ao disposto no § 2º do art. 614 da CLT, inclusive quanto aos prazos ali estipulados, as entidades convenientes, além do registro da presente Convenção Coletiva de Trabalho, disponibilizarão a íntegra do documento em seus sítios eletrônicos.

CLÁUSULA 64ª - DAS CONDIÇÕES MAIS BENÉFICAS

Ocorrendo a fusão ou incorporação de EMPRESAS, ou ainda de absorção de mão de obra, mesmo que parcial, perante o mesmo tomador dos serviços, serão assegurados aos empregados todos os benefícios e vantagens do contrato individual de trabalho, bem como do instrumento coletivo da categoria profissional, vigente à época do evento.

Parágrafo Único: No intuito de promover a concorrência leal no setor, quando do processo de sucessão de contrato de prestador de serviços e ou assunção de prestação de serviços realizados por outra empresa junto à tomadora de serviços na categoria abrangida, ficam as empresas obrigadas a manter os mesmos benefícios, salários e condições de trabalho aos trabalhadores nas mesmas condições e níveis praticados pela antecessora.

CLÁUSULA 65ª – SELO DE QUALIDADE

As EMPRESAS representadas pelo presente instrumento normativo, se obrigam a implementar o Selo de Qualidade criado em conjunto pelo SINSTAL / FENINFRA e SINTTEL-RIO / FIT/LIVRE, para atestar a qualidade técnica, regularidade trabalhista e fiscal das mesmas, podendo ser requerido via sistema simplificado disponibilizado pelos portais das entidades sindicais / federativas.

Parágrafo Primeiro: Para fins de obtenção do Selo de Qualidade as EMPRESAS deverão apresentar os documentos especificados nos portais das entidades sindicais convenientes que serão encaminhados à entidade certificadora para avaliação e conclusão do processo, gerando a validação do selo de qualidade ou não.

Parágrafo Segundo: O Selo de Qualidade de que trata a presente cláusula terá validade de 01 (um) ano e sua emissão será feita mediante o cumprimento das exigências do programa.

Parágrafo Terceiro: Para a certificação é indispensável que as empresas mantenham programas de integridade, cujo escopo seja formado por condutas e políticas que visam mitigar riscos e prejuízos, além de evitar a responsabilização por condutas ilegais, por meio da adequação, respeito e cumprimento da nossa legislação, acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho, como também, de coibir toda violência no ambiente de trabalho, assédios e práticas antissindicais.

CLÁUSULA 66ª – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Em adequação ao item 155 do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD nº 679/2016, EU), como permitido pelo artigo 611-A da CLT, e em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD nº 13.709/2018, BR), com base nos princípios da finalidade, adequação, necessidade e transparência, convencionou-se que as Empresas e os Sindicatos estarão autorizados a procederem com: a coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais de seus empregados e dependentes, inclusive os sensíveis, para fins de concessão de benefícios, gratificações, incentivos,

adicionais, assistências, auxílios, procedimentos para admissão, movimentações, promoção, estabilidade e outros previstos no Contrato de Trabalho e/ou decorrentes do vínculo empregatício, assim como para cumprimento de obrigações legais, mesmo que para com o fisco e poder público, em relação à impostos e tributos destes derivados.

CLÁUSULA 67ª - DOS ANEXOS

Os anexos devidamente registrados com a presente Convenção Coletiva de Trabalho, integram o instrumento para todos os fins.

CLÁUSULA 68ª - FORO

Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir controvérsias oriundas da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 2024.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EMP. TELEC. OP. SIST. TV POR ASS. TRANSM. DE DADOS E CORREIO ELETR.
TELEF. M. CEL. SERV. TRONC. D COM.RADI – SINTTEL-RJ**

sinttelrio@sinttelrio.org.br

Assinado



Luís Antonio Souza da Silva

D4Sign

Luís Antônio Souza da Silva

Presidente

CPF nº 599.466.527-49

**SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E INSTALADORAS DE SISTEMAS E REDES DE
TV POR ASSINATURA CABO MMDS DTH E TELECOMUNICAÇÕES - SINSTAL**

presidencia@feninfra.org.br



Assinado

D4Sign

Vivien Mello Suruagy

Presidente

CPF nº 506.037.957-49

diretoria.institucional@feninfra.org.br



Assinado

Diego Xavier

D4Sign

Diego Alves de Souza Xavier

Diretor de Neg. e Relações Institucionais

CPF nº 335.314.338-65

**FEDERAÇÃO NACIONAL DE CALL CENTER, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES DE
TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA - FENINFRA**

presidencia@feninfra.org.br



Assinado

D4Sign

Vivien Mello Suruagy

Presidente

CPF nº 506.037.957-49

diretoria.institucional@feninfra.org.br



Assinado

Diego Xavier

D4Sign

Diego Alves de Souza Xavier

Diretor de Neg. e Relações Institucionais

CPF nº 335.314.338-65

ANEXO I - REMUNERAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO (CARRO AGREGADO)

Os contratos de locação firmado entre empresa e empregado, para uso de veículo exclusivo para o trabalho, **a partir de junho/2024**, será reajustado em **3,40%** (três vírgula quarenta por cento), cujos preços mínimos passam a ser:


- a) Carro leve agregado com até 36 meses de fabricação nas cores branca ou prata, no valor de **R\$1.338,05** (mil, trezentos e trinta e oito reais e cinco centavos);
- b) Carro leve agregado com 3 até 5 anos de fabricação nas cores branca ou prata, no valor de **R\$1.016,92** (mil e dezesseis reais e noventa e dois centavos);
- c) Carro leve agregado até 5 anos de fabricação fora do padrão de cor, no valor de **R\$861,69** (oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos);
- d) Carro leve agregado de 5 a 7 anos de fabricação, no valor **R\$861,69** (oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos);
- e) Carro leve agregado com mais de 7 anos de fabricação GNV, no valor de **R\$792,54** (setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e quatro centavos);
- f) Carros leves agregados com mais de 7 anos de fabricação - Álcool/Gasolina, no valor de **R\$663,86** (seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos);
- g) Moto, no valor de **R\$568,70** (quinhentos e sessenta e oito reais e setenta centavos);
- h) Bike, no valor de **R\$206,80** (duzentos e seis reais e oitenta centavos).

Parágrafo Primeiro: Fica pactuado entre as partes que os valores pagos a título de locação de veículo não terão caráter salarial.


Parágrafo Segundo: Para as EMPRESAS que possuam política interna de locação de veículos diversa da estabelecida neste instrumento, formularão termo de adesão/acordo específico, com cláusulas bem definidas e claras para regular este tema, objetivando não confundir valor da locação com o salário.

Parágrafo Terceiro: As empresas que agregam veículo do trabalhador se comprometem a realizar estudos para incentivo de carros equipados com kit gás (GNV), por meio de Acordo Coletivo específico.


sinttelrio@sinttelrio.org.br

Rubricado
 L. A. S. d. S.
D4Sign

presidencia@feninfra.org.br

Rubricado
 V. M. S.
D4Sign

diretoria.institucional@feninfra.org.br

Rubricado
 D. A. D. S. A.
D4Sign

CCT PRESTADORAS 2024-2026 DATA-BASE ABRIL SINISTAL-FENINFRA x SINTTEL-RJ assinaturas pdf

Código do documento 86db5eff-c453-4a8f-8ef4-1d5de82e190f



Assinaturas



Diego Alves De Souza Xavier
diretoria.institucional@feninfra.org.br
Assinou

Diego Xavier



Luis Antonio Souza da Silva
sinttelrio@sinttelrio.org.br
Assinou

Luis Antonio Souza da Silva



Vivien Mello Suruagy
presidencia@feninfra.org.br
Assinou

Vivien Mello Suruagy

Eventos do documento

02 Jul 2024, 12:38:29

Documento 86db5eff-c453-4a8f-8ef4-1d5de82e190f **criado** por DIEGO ALVES DE SOUZA XAVIER (867d2f8e-3db4-4d93-9658-64c470861ce1). Email: diretoria.institucional@feninfra.org.br. - DATE_ATOM: 2024-07-02T12:38:29-03:00

02 Jul 2024, 12:39:57

Assinaturas **iniciadas** por DIEGO ALVES DE SOUZA XAVIER (867d2f8e-3db4-4d93-9658-64c470861ce1). Email: diretoria.institucional@feninfra.org.br. - DATE_ATOM: 2024-07-02T12:39:57-03:00

02 Jul 2024, 12:40:26

DIEGO ALVES DE SOUZA XAVIER **Assinou** (867d2f8e-3db4-4d93-9658-64c470861ce1) - Email: diretoria.institucional@feninfra.org.br - IP: 191.209.53.159 (191-209-53-159.user.vivozap.com.br porta: 17034) - Documento de identificação informado: 335.314.338-65 - DATE_ATOM: 2024-07-02T12:40:26-03:00

02 Jul 2024, 12:56:15

LUIS ANTONIO SOUZA DA SILVA **Assinou** - Email: sinttelrio@sinttelrio.org.br - IP: 189.48.248.78 (189-48-248-78.user3p.veloxzone.com.br porta: 62142) - Documento de identificação informado: 599.466.527-49 - DATE_ATOM: 2024-07-02T12:56:15-03:00

02 Jul 2024, 13:59:28

VIVIEN MELLO SURUAGY **Assinou** - Email: presidencia@feninfra.org.br - IP: 179.48.67.193 (179.48.67.193 porta: 23866) - Documento de identificação informado: 506.037.957-49 - DATE_ATOM: 2024-07-02T13:59:28-03:00

Hash do documento original

(SHA256):6d9fd9731b2e450ed0255cdb4919dad4f3f5e4a8fde2a700ae85bed31e8270a5

(SHA512):11c3b62257a62b9a0186686268ae9f83ff7a781a84fe089583a9789c6f5f3a7ca9fb250b8acf7226b16d8f93b64a63239e7d2c3bc8666c2a5fda71ab74855380

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

APÊNDICE III

RELAÇÃO DE SISTEMAS DE CFTV PARA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS

ITEM	LOCAL	QUANTIDADE
1	ALMOXARIFADO CENTRAL	01 NVR 32 Ch.
2	ASFOC	01 DVR 16 Ch
3	CASA AMARELA	01 DVR 16 Ch
4	CDTS	00 NVR 64 Ch. (Previsão)
5	COC - ANEXO AO PAV. RELÓGIO	01 DVR 16 Ch
6	COC - CASTELO	09 NVR's
7	COC - CENTRO DE RECEPÇÃO	01 DVR 16 Ch
8	COC - EPIDAURO	01 DVR 16 Ch
9	COC - MUSEU DA VIDA	02 DVR 16 Ch
10	COC - RESERVA TÉCNICA	01 DVR 16 Ch
11	COC - TENDA	01 DVR 16 Ch
12	COGIC - SEDE	01 NVR 24 Ch
13	COGIC - SEGURANÇA	01 DVR 16 Ch
14	COGIC - TRANSPORTE	01 DVR 16 Ch
15	COLÔNIA	01 DVR 16 Ch
16	ENSP - CESTH NOVO	01 DVR 16 Ch
17	ENSP - SEDE	04 DVR's
18	ENSP - TORRES HOMENS	01 DVR 16 Ch
19	EXPANSÃO - BIOBANCO	02 NVR's
20	EXPANSÃO - CENTRO DE PESQUISAS	04 NVR's
21	EXPANSÃO - SEDE	01 DVR 16 Ch
22	FARMACOCINÉTICA	01 DVR 16 Ch
23	GALPÃO DEL CASTILHO	01 DVR 16 Ch
24	ICICT	01 DVR 16 Ch
25	ICTB - CANIL	01 DVR 04 Ch
26	ICTB - SEDE	02 DVR 16 Ch
27	INI - FARMÁCIA	01 DVR 16 Ch
28	INI - HOSPITAL (2º andar)	01 DVR 16 Ch
29	INI - HOSPITAL (térreo)	01 DVR 16 Ch
30	INI - HOSPITAL COVID (ADM, BLC.TEC, 01 e 02)	04 NVR's
31	INI - LABCLIN	01 DVR 16 Ch
32	INI - PAV. 34	01 DVR 16 Ch
33	IOC - ARTHUR NEIVA	01 DVR 16 Ch
34	IOC - CARDOSO FONTES	01 DVR 16 Ch
35	IOC - CARLOS CHAGAS	01 DVR 16 Ch
36	IOC - FARMACODINÂMICA	01 DVR 16 Ch
37	IOC - GOMES DE FARIAS	01 DVR 16 Ch
38	IOC - HANSENÍASE	01 DVR 16 Ch
39	IOC - HPP	02 DVR 16 Ch
40	IOC - LAURO TRAVASSOS	01 DVR 16 Ch
41	IOC - PAV. 26	02 DVR 16 Ch
42	IOC - PAV. 108	01 DVR 16 Ch
43	IOC - ROCHA LIMA (3º andar)	01 DVR 16 Ch
44	POLITÉCNICO	01 DVR 16 Ch
45	PORTARIAS - CAMPUS MANGUINHOS	02 NVR's
46	PROCURADORIA	01 DVR 16 Ch
47	RESIDÊNCIA OFICIAL / CGTI	01 DVR 04 Ch
48	UNADIG	02 NVR's

ITEM	TOTAL APROXIMADO
DVR's	46 Unid
CAM's ANALÓGICAS	700 Unid
NVR's	25 Unid
CAM's IP's	500 Unid

APÊNDICE II

RELAÇÃO DE SISTEMAS DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS DE TELECOMUNICAÇÕES - TABELA 1

SISTEMAS	UNIDADE	PABX / MODELO	ENDEREÇO	CEP	CIDADE	UF	CANAIS	SINALIZAÇÃO	RAMAIS DDR	OBSERVAÇÕES
1	BIOMANGUINHOS	SIEMENS HIPATH 4000 - V 6.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	120	R2	600	A unidade utiliza um servidor VoIP Asterisk
2	CANAL SAÚDE	SIEMENS HIPATH 3800 - V 7.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	100	
3	CECAL	SIEMENS HIPATH 3800 - V 7.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	100	
4	COC - MUSEU DA VIDA	Servidor VoIP Asterisk	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	600	
5	DIRAC	SIEMENS HICOM 150H PRO - V 1.2	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	60	ISDN	300	
6	DIRAD	SIEMENS HIPATH 3750 - V 4.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	60	R2	400	
7	ENSP	SIEMENS HIPATH 4000 - V 5.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	120	R2	1000	
8	EPSJV	SIEMENS HIPATH 3750 - V 4.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	200	
9	EXPANSÃO	SIEMENS HIPATH 4000 - V 2.0	Av. Brasil 4036 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	60	ISDN	300	
10	FIOCRUZ	SIEMENS HIPATH 4000 - V 4.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	120	R2	500	
11	HELIO FRAGA	SIEMENS HICOM 300 - V 2.0	Est. de Curicica 2000 Jacarepaguá	22710-55	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	150	
12	ICICT	SIEMENS HIPATH 3750E - V 3.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	200	
13	IFF	SIEMENS HIPATH 3800 - V 7.0	Av. Ruy Barbosa 716 Flamengo	22250-020	Rio de Janeiro	RJ	60	ISDN	300	
14	INCQS	SIEMENS HIPATH 3750 - V 4.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	200	
15	IOC - GERAL	SIEMENS HIPATH 4000 - V 6.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	120	R2	700	
16	IOC - HPP	SIEMENS HIPATH 3800 - V 5.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	60	ISDN	300	
17	IOC - PAVILHÃO 26	SIEMENS HIPATH 3750 - V 4.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	200	
18	IPEC	SIEMENS HIPATH 3750 - V 4.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	400	
19	MATA ATLÂNTICA	SIEMENS HIPATH 3800 - V 6.0	Est. Rodrigues Caldas 3400 Jacarepaguá	22713-375	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	200	
20	PRESIDÊNCIA	SIEMENS HIPATH 3750 - V4.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	400	
21	PROCC	SIEMENS HIPATH 3800 - V 5.0	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	150	
22	INI - Hospital Covid	Servidor VoIP Asterisk	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	SIP	400	
23	Central Analítica	Servidor VoIP Asterisk	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	SIP	100	
24	Centro de Pesquisa	Servidor VoIP Asterisk	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	SIP	200	
25	Biobanco	Servidor VoIP Asterisk	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	SIP	100	

RELAÇÃO DE SISTEMAS DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS DE TELECOMUNICAÇÕES - TABELA 2

SISTEMAS	UNIDADE	PABX / MODELO	ENDEREÇO	CEP	CIDADE	UF	CANAIS	SINALIZAÇÃO	RAMAIS DDR	OBSERVAÇÕES
26	FARMANGUINHOS CAMPUS	CISCO CALL MANAGER	Av. Brasil 4365 Manguinhos	21040-360	Rio de Janeiro	RJ	30	R2	350	
27	FARMANGUINHOS CTM	CISCO CALL MANAGER	Av. Cte Guarany 447 Jacarepaguá	22775-903	Rio de Janeiro	RJ	60	R2	600	
28	Arquivo Geral Dirad Del Castilho	- -	Rua Bispo Lacerda 25 Del Castilho	21051-120	Rio de Janeiro	RJ	-	-	-	Linha analógica
29	IOC - Ibex	- -	Rua Francisco Manuel 102 Triagem	20911-270	Rio de Janeiro	RJ	-	-	-	Linha analógica
30	Palácio Itaboraí	Servidor VoIP	Rua Visconde de Itaboraí 188 Valparaíso	25655-030	Petrópolis	RJ	30	SIP	50	
31	Direb	Siemens HiPath 4000 V5	Av L3 Norte. s/n - Campus Univ Darcy Ribeiro, Gleba A	70910-900	Brasília	DF	30	R2	400	
32	ILMD	Siemens HiPath 3750	Av. Teresina 476 Adrianópolis	69057-070	Manaus	AM	30	R2	200	
33	CPQRR	Ericsson MD110	Av. Augusto de Lima 1715 Barro Preto	30190-002	Belo Horizonte	MG	30	R2	100	
34	Fortaleza	Servidor VoIP	- Eusébio	-	Fortaleza	CE	-	-	-	Linha analógica
35	Fiocruz Pantanal	Servidor Asterisk	Rua Gabriel Abrão - s/n Jardim das Nações	79081-746	Campo Grande	MS	-	-	-	Linha analógica
36	ICC	- -	R Prof. Algacy Munhoz Madder Nº 3775	81350-010	Curitiba	PR	-	-	-	Linha analógica
37	Rondônia	- -	Rua da Beira 7671 Bairro Lagoa	76812-6000	Porto Velho	RO	-	-	-	
38	CPQGM	NEC Neax 2400	R Waldemar Falcão 121 Brotas	40295-001	Salvador	BA	90	ISDN	300	
39	CPQAM	Siemens HiPath 3750	Av. Professor Moraes Rego s/n Cidade Universitária	50670-420	Recife	PE	30	ISDN	200	

APÊNDICE IV

FERRAMENTAS INDIVIDUAIS

Item	Descrição	Especificação	Unid.	Qtd.	Valores		
				Anual	Unitário	Anual	Mensal
1	Alicate de Bico	Alicate Bico Meia Cana Reto 6 Pol, acabamento em níquel preto que protege as laminas e evita corrosão com cabo anatômico facilitando o uso da ferramenta - Ref Vonder	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	Alicate de Corte	Alicate Corte Diagonal 4.1/2 Pol em aço cromo vanádio cabo antiderrapante (ranhurado) com abas de proteção isolado 1000 V - Ref Vonder	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	Alicate de Crimpar RJ45/RJ11	Alicate para crimpar cabo de rede e telefone Rj45, Rj12 e Rj11. Com estilo portátil e encaixe ergonômico com descascador e cortador de fio	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4	Alicate Universal	Alicate Universal Isolado 8 Pol endurecido para melhor desempenho, feito em aço especial selecionado com cabo moldado de dupla injeção. Realiza testes de tensão elétrica em 1000V - Ref Vonder	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5	Badisco Profissional	Compatível com sinal de recepção FSK/DTMF, Identificador de chamadas (FSK / DTMF), Sistema de Proteção contra descargas elétricas, Ajuste automático de sistema de discagem pulso e tom, através de software, sem uso de chave seletora, Chave liga / desliga para uso por operador, Mostrador de cristal líquido (LCD) com 5 níveis de contraste, data e relógio, Plugue R J11 e garras para conexão, entrada para headphone.	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6	Chave de Fenda Grande	Chave de Fenda 5/16 x 8 Pol, feita em Aço Cromo Vanádio de Alta Qualidade ponta Magnetizada Fosfatado Cabo Anatômico - Ref Tramontina ou Vonder	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -

7	Chave de Fenda Média	Chave de Fenda 1/8 x 8 Pol, feita em Aço Cromo Vanádio de Alta Qualidade ponta Magnetizada Fosfatado Cabo Anatômico - Ref Tramontina ou Vonder	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
8	Chave de Fenda Pequena	Chave de Fenda 1/8 x 6 Pol, feita em Aço Cromo Vanádio de Alta Qualidade ponta Magnetizada Fosfatado Cabo Anatômico - Ref Tramontina ou Vonder	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
9	Chave de Inserção "Puch Down"	Alicate fixador Punch Down para keystone (Jack) e patch panel RJ11 RJ12 e RJ45 Voice Panels.Com regulagem de pressão	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
10	Chave de Inserção BTDG	Ferramenta com impacto para Inserção de Fios em Bloco Telefônico Cilíndrico do padrão Tyco QDF ou Bargoa BTDG - Ref Bargoa ou Krone	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
11	Chave de Inserção M10-B	Alicate punch down inserção m10 bargoa telefonia 314kr - Ref Bargoa ou Krone	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
12	Chave de Phillips Grande	Chave de Philips 5/16 x 8 Pol, feita em Aço Cromo Vanádio de Alta Qualidade ponta Magnetizada Fosfatado Cabo Anatômico - Ref Tramontina ou Vonder	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
13	Chave de Phillips Média	Chave de Philips 1/8 x 8 Pol, feita em Aço Cromo Vanádio de Alta Qualidade ponta Magnetizada Fosfatado Cabo Anatômico - Ref Tramontina ou Vonder	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -

14	Chave de Phillips Pequena	Chave de Philips 1/8 x 6 Pol, feita em Aço Cromo Vanádio de Alta Qualidade ponta Magnetizada Fosfatado Cabo Anatômico - Ref Tramontina ou Vonder	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
15	Decapador de cabo UTP	Decapador e cortador giratório universal de cabos de rede, para cabo redondo cordão de fio cabos multi condutores e cabos de forma irregular; - bitola 22 awg / 9.5mm (3/8")	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
16	Estilete	Estilete 15mm Profissional - Ref Tramontina	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
17	Ferro de Solda	Ferro de Solda 80 W 110V	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
18	Giga de Teste	Testador para bloco M10 Ericsson (Bargoa, Krone, importados e etc) para acesso elétrico individual ao bloco M10 para realização do teste da linha telefônica em série na versão TetraPolar (TP) ou paralelo na versão BiPolar (TB), evitando a danificação dos contatos do bloco ou no isolamento dos fios.	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
19	Localizador e Testador de Cabos	Caneta Indutiva, Gerador de Tom, Testador de Cabos montados com RJ45, Localizador de Par (Zumbidor), Detectar linha DC e determinar Cátodo e Ânodo, Teste de continuidade, curto-circuito e circuito aberto, Detecção por Chamada, Identificar par com ou sem o Receptor RX conectado, Inspeccionar erros de conexão em cabo Lan (Cat.5e ou Cat.6), linha telefônica, cabo coaxial, conexão invertida ou linha cruzada, Localizador de cabo (8 contatos) para teste passivo no Receptor - Ref SECTOOL NKLT-NKX801R/B	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -
20	Mochila com Capacidade de Carga, de no mínimo, 30Kg, para transporte das Ferramentas	Mochila confeccionada em material resistente com Capacidade de Carga, de no mínimo, 30Kg	Unid.	15	R\$ -	R\$ -	R\$ -

21	Multímetro Digital	Alimentação: Bateria 9V, Possui visor LCD 0,5" de altura e 3 1/2 dígitos, Teste de sinal digital, Onda Quadrada, Tensão Contínua (DCV): 200mV, 2.000mV, 20V, 200V e 1.000V, Tensão Alternada (ACV): 200V e 750V, Corrente Contínua (DCmA): 2.000µa, 20mA, 200mA e 10A, Resistor (ohm): 200ohm, 2.000O, 20kohm, 200kohm e 2.000kohm, Transistor (hFE): NPN/PNP, Identificação de voltagem, Corrente - Tensão AC e DC, Corrente, Resistência, Testes de transistor, diodos, Teste de sinal digital, Onda Quadrada	Unid.	15	R\$	-	R\$	-	R\$	-
22	Pincel Pequeno	Pincel Trincha 1/2"	Unid.	15	R\$	-	R\$	-	R\$	-
23	Smartphone	Smartphone - Mínimo de 4Gb de memória Ram, Wifi, Processador com 8 núcleos (Octa-Core), Armazenamento interno de 64Gb. Ref. Motorola G10.	Unid.	13	R\$	-	R\$	-	R\$	-
24	Sugador de Solda	Sugador de solda Universal bico de rosca	Unid.	15	R\$	-	R\$	-	R\$	-
25	Verruma	Verruma Manual 4,0mm N125	Unid.	15	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Valor Total Mensal das Ferramentas dos Profissionais de Telecomunicações									R\$	-

TOTAL (R\$)	R\$	-
Ferramentas não previstas na tabela acima com estimativa de 20% sobre o total (R\$)	R\$	-
Custo estimado das Ferramentas não previstas para o período de 12 meses (R\$)	R\$	-

APÊNDICE VI

Uniformes e EPIs

Técnicos de Telecomunicações ou Eletrônica, CFTV e Supervisor

Descrição dos Uniformes e EPI's (Memorial de Cálculo para base de Custo de 01 profissional) O total mensal unitário deve ser apresentado na planilha de custo de mão de obra da categoria	Quantidades	Valores			
	Total	Unitário	Anual	Mensal	
UNIFORME					
Camisa Polo malha algodão, manga curta, com acabamento sanfonado, com logomarca da contratada no bolso.	6	R\$	-	R\$	-
Calça jeans , costura dupla, modelo tradicional, com 2 bolsos na frente e 2 bolsos traseiros mosquetados, com logomarca discreta da contratada.	3	R\$	-	R\$	-
Par de botas profissionais 1/2 cano confeccionada em couro legítimo, com acabamento em espuma na parte superior e palmilha higiênica com tratamento antibactericida, com solado antiderrapante, sem ou com cadarço, na cor preta	1	R\$	-	R\$	-
Cinto tipo NA com cadarço marrom em poliuretano, largura 35mm e comprimento 1,20	1	R\$	-	R\$	-
Par de Meia 3/4 em algodão, na cor preta, tamanho único	5	R\$	-	R\$	-
Guarda pó em garbina, com manga curta, fechamento com botão, gola esporte, com costura dupla, 1 bolso superior esquerdo e dois bolsos inferiores, chapados com identificação bordada na cor preta no bolso superior para todos os profissionais, sendo o guarda pó do supervisor com identificação de supervisão nas costas	1	R\$	-	R\$	-
EPI					
Calçado de segurança impermeável em couro com fechamento com elástico sem cadarço, palmilha sintética antibactericida, sola de borracha antiderrapante , biqueira não metálica para uso em eletricidade, cor preta com CA no EPI	1	R\$	-	R\$	-
Capa de chuva em PVC: confeccionado em tela sintética revestida de PVC em ambas as faces, com fechamento frontal através de cinco botões de pressão plástico, com costura através de solda eletrônica com CA no EPI.	1	R\$	-	R\$	-
Capacete de segurança com aba frontal, com CA no EPI, moldado em poliuretano de alta densidade com 2 fendas laterais para acessórios (slots) que podem acomodar proetor auditivo tipo abafador, suspensão confeccionada com 2 ou 3 tiras de tecido poliester e cemeira de poliester alta densidade, tira jugular em tecido elástico para fixação do capacete evitando a queda do mesmo.	1	R\$	-	R\$	-
Par de luva de segurança curta, cinco dedos, confeccionada em couro vacum, tipo vaqueta, com reforço interno na palma, reforço externo entre o polegar e o indicador, e elástico no dorso com CA no EPI	1	R\$	-	R\$	-
Óculos de segurança constituído em uma única peça de policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Hastes tipo espátula. Visor curvooferecendo proteção lateral. Cor da lente: Incolor, com CA no EPI.	1	R\$	-	R\$	-
Cinto de segurança para trabalhos em altura (Tipo paraquedista) com talabarte.	1	R\$	-	R\$	-
Valor mensal do custo de uniformes e epis					R\$ -

Equipamentos de Proteção Coletivos (EPC)****

EPC	PROFISSIONAIS		12
	Quantidades	Valores	
Descrição dos Uniformes e EPI's (Memorial de Cálculo para base de Custo de 01 profissional) O total mensal unitário deve ser apresentado na planilha de custo de mão de obra da categoria	Total		Anual
		Unitário	
Cones de sinalização de 50cm	12	R\$ -	
Valor mensal do custo do EPC (custo total anual de EPC's dividido pelo número de Profissionais envolvidos na utilização dos EPC's dividido por 12 meses.)			

****O custo dos EPC's serão somados aos custos dos uniformes e EPI's por categoria.

APÊNDICE VI

Uniformes e EPIs

Técnicos de Telecomunicações ou Eletrônica, CFTV e Supervisor

Descrição dos Uniformes e EPI's (Memorial de Cálculo para base de Custo de 01 profissional) O total mensal unitário deve ser apresentado na planilha de custo de mão de obra da categoria	Quantidades	Valores		
	Total	Unitário	Anual	Mensal
UNIFORME				
Camisa Polo malha algodão, manga curta, com acabamento sanfonado, com logomarca da contratada no bolso.	6	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Calça jeans, costura dupla, modelo tradicional, com 2 bolsos na frente e 2 bolsos traseiros mosquetados, com logomarca discreta da contratada.	3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Par de botas profissionais 1/2 cano confeccionada em couro legítimo, com acabamento em espuma na parte superior e palmilha higiênica com tratamento antibactericida, com solado antiderrapante, sem ou com cadarço, na cor preta	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Cinto tipo NA com cadarço marrom em poliuretano, largura 35mm e comprimento 1,20	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Par de Meia 3/4 em algodão, na cor preta, tamanho único	5	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Guarda pó em garbine, com manga curta, fechamento com botão, gola esporte, com costura dupla, 1 bolso superior esquerdo e dois bolsos inferiores, chapados com identificação bordada na cor preta no bolso superior para todos os profissionais, sendo o guarda pó do supervisor com identificação de supervisão nas costas	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
EPI				
Calçado de segurança impermeável em couro com fechamento com elástico sem cadarço, palmilha sintética antibactericida, sola de borracha antiderrapante, biqueira não metálica para uso em eletricidade, cor preta com CA no EPI	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Capa de chuva em PVC: confeccionado em tela sintética revestida de PVC em ambas as faces, com fechamento frontal através de conco botões de pressão plástico, com costura através de solda eletrônica com CA no EPI.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Capacete de segurança com aba frontal, com CA no EPI, moldado em poliuretano de alta densidade com 2 fendas laterais para acessórios (slots) que podem acomodar proetor auditivo tipo abafador, suspensão confeccionada com 2 ou 3 tiras de tecido poliéster e carneira de poliéster alta densidade, tira jugular em tecido elástico para fixação do capacete evitando a queda do mesmo.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Par de luva de segurança curta, cinco dedos, confeccionada em couro vacuum, tipo vaqueta, com reforço interno na palma, reforço externo entre o polegar e o indicador, e elástico no dorso com CA no EPI	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Óculos de segurança constituído em uma única peça de policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Hastes tipo espátula. Visor curvooferecendo proteção lateral. Cor da lente: Incolor, com CA no EPI.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Cinto de segurança para trabalhos em altura (Tipo paraquedista) com talabarte.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor mensal do custo de uniformes e epis				R\$ -

Equipamentos de Proteção Coletivos (EPC)****

EPC	PROFISSIONAIS		12	
	Quantidades	Valores		
Descrição dos Uniformes e EPI's (Memorial de Cálculo para base de Custo de 01 profissional) O total mensal unitário deve ser apresentado na planilha de custo de mão de obra da categoria	Total	Unitário	Anual	Mensal
Cones de sinalização de 50cm	12	R\$ -		
Valor mensal do custo do EPC (custo total anual de EPC's dividido pelo número de Profissionais envolvidos na utilização dos EPC's dividido por 12 meses.)				

****O custo dos EPC's serão somados aos custos dos uniformes e EPI's por categoria.

APÊNDICE VII

MATERIAS DE CONSUMO

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valores		
			Anual	Unitário	Anual	Mensal
1	Abraçadeira de Nylon 2,5X100mm (Pct com 100 Unidades)	Unid.	3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	Abraçadeira de Nylon 2,5X150mm (Pct com 100 Unidades)	Unid.	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	Abraçadeira de Nylon 3,6X200mm (Pct com 100 Unidades)	Unid.	5	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4	Abraçadeira de Nylon 3,6X280mm (Pct com 100 Unidades)	Unid.	6	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5	Alcool Isopropílico	Litro	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6	Barbante Encerado N° 5	Unid.	3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
7	Barra De Cobre Eletrolítico Neutro E Terra Com 12 Parafusos	Unid.	20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
8	Bateria Alcalina 9v	Unid.	144	R\$ -	R\$ -	R\$ -
9	Bucha de Nylon 10 (Pct com 10 Unidades)	Unid.	10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
10	Bucha de Nylon 6 (Pct com 10 Unidades)	Unid.	10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
11	Bucha de Nylon 8	Unid.	10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
12	Conector De Blindagem Para Continuidade E Vinculação De Terra (Pct com 10 Unidades)	Unid.	10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
13	Conector Linear Gel 101e	Unid.	50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
14	Fio Cabo Flexível 2,5mm Cor Preta (Rolo com 100 metros)	Metro	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
15	Fio Cabo Flexível 4mm Cor Preta (Rolo com 50 metros)	Metro	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
16	Fio Cabo Flexível 4mm Cor Vermelha (Rolo com 50 metros)	Metro	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
17	Fio Cabo Flexível 6mm Cor Preta (Rolo com 50 metros)	Metro	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
18	Fita Auto-Fusão	Unid.	20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
19	Fita Isolante 19mm (20 metros)	Unid.	72	R\$ -	R\$ -	R\$ -
20	Fita para Rotuladora	Metro	30	R\$ -	R\$ -	R\$ -
21	Fita Velcro Cor Azul (3 metros)	Metro	20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
22	Fita Velcro Cor Preta	Metro	20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
23	Gasolina Comum - Carro cabine dupla para 5 passageiros, com compartimento de carga	Litro	960	R\$ -	R\$ -	R\$ -
24	Graxa Especial Para Polo De Bateria (250 gramas)	Unid.	10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
25	Limpa Contato Spray	Unid.	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
26	Lubrificante/desengripante Spray	Unid.	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
27	Pacote Estopa (1 Kg)	Kg	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
28	Parafuso Auto Atarraxante 4,8X40 Panela (Pct com 500 unidades)	Unid.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
29	Parafuso Cabeça Chata 3,5X12mm (Pct com 500 unidades)	Unid.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
30	Parafuso Cabeça Panela Fenda Reta 3,5X16mm (Pct com 500 unidades)	Unid.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
31	Parafuso Chipboard Cabeça Phillips 4X16mm (Pct com 500 unidades)	Unid.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
32	Parafuso Sextavado Rosca Soberba 1/4X40mm (Pct com 100 unidades)	Unid.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
33	Pasta de Limpeza Limp Tek (500 gramas)	Unid.	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
34	Plaqueta de Identificação Fibra Óptica (Pct com 100 unidades)	Unid.	3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
35	Porca Gaiola Bicromatizada Com Arruela Lisa E Parafuso Panela Phillips Níquelado (Pct com 50 unidades)	Unid.	5	R\$ -	R\$ -	R\$ -
36	Solda 1mm (500 gramas)	Unid.	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
37	Terminal Pré-isolado Tipo Forquilha p/ Condutores De 2,5mm (Pct com 10 unidades)	Unid.	5	R\$ -	R\$ -	R\$ -
38	Terminal Pré-isolado Tipo Forquilha p/ Condutores De 4mm (Pct com 10 unidades)	Unid.	5	R\$ -	R\$ -	R\$ -
39	Terminal Pré-isolado Tipo Forquilha p/ Condutores De 6mm (Pct com 10 unidades)	Unid.	5	R\$ -	R\$ -	R\$ -

40	Tubo Espiral Organizador 3/4 Cor Preta (5 metros)	Metro	6	R\$	-	R\$	-	R\$	-
41	Vaselina Sólida (1 Kg)	Kg	12	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Valor Total Mensal dos Materiais de Consumo								R\$	-

TOTAL (R\$)	R\$	-
Materiais de consumo não previstas na tabela acima com estimativa de 20% sobre o total (R\$)	R\$	-
Custo estimado dos Materiais de consumo não previstas para o período de 12 meses (R\$)	R\$	-

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

APÊNDICE VIII

1. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

Caso a CONTRATADA constata a impossibilidade de atendimento a qualquer demanda encaminhada pela Fiocruz, deverá comunicar dentro dos prazos estabelecidos a fim de não estar sujeito a glosas do IMR.

Nos termos do item 1 do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- Não produziu os resultados acordados;
- Deixou de executar as atividades CONTRATADAS, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

1.1. Tem por objetivo estabelecer os critérios para medição que serão aplicados na vigência do contrato, com exigências acerca da qualidade e da quantidade da execução dos serviços de rotina e sua respectiva medição, para fins de adequação ao pagamento aos resultados efetivamente obtidos durante o período de faturamento mensal do contrato, assim como estabelecimento e definição dos respectivos abatimentos.

1.2. São definidos indicadores de desempenho e parâmetros de avaliação (indícios de não conformidade) para os serviços contratados que irão permitir a definição de metas e a medição dos resultados atingidos em áreas críticas da execução do contrato.

1.3. O IMR estabelece as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhoria dos níveis de serviço, indicando as principais irregularidades/impropriedades pertinentes à prestação dos serviços nos campi Fiocruz.

1.4. A incidência de desconto pelo IMR na remuneração mensal da CONTRATADA, não anula a responsabilidade por danos civis e criminais, bem como a incidência de penalidades previstas neste documento e no instrumento contratual.

1.5. A avaliação de serviços executados será realizada de forma periódica, podendo servir como fator redutor dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, em conformidade com o que for verificado no IMR.

1.6. Caso não atingido o nível esperado de qualidade de prestação do serviço, será aplicado uma redução no faturamento mensal de cada grupo de serviços, sendo o percentual do indicador de **Análise Geral do Serviço**, limitado o desconto a 10% da fatura mensal do contrato.

1.7. O prazo de carência para adaptação e início da avaliação por meio de IMR será de 60 (sessenta) dias. Ainda que exista a carência para glosa nos pagamentos, a medição do IMR será efetuada a partir da assinatura do contrato, para se obter indicadores da prestação de serviço.

1.8. O IMR referente à **Análise Geral do Serviço** é cumulativo, podendo gerar descontos no valor mensal da nota fiscal de faturamento a ser pago para a CONTRATADA pelo limite máximo de 10% (dez por cento) de desconto.

1.9. A utilização do IMR não impede a aplicação de qualquer sanção administrativa pela falha nos indicadores de **Análise Geral do Serviço** descrita neste Termo de Referência, a depender da conduta e do prejuízo gerado à administração.

1.10. Os resultados do IMR serão apresentados a CONTRATADA em data a ser definida na reunião de partida, caso haja desconto a ser deduzido, será aplicado na fatura posterior.

1.11. É prevista a realização de auditorias pela CONTRATANTE para avaliar o cumprimento das atividades e qualidade do serviço geral prestado. Eventuais desvios verificados por amostragem em campo poderão gerar penalizações à CONTRATADA mediante Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

1.12. Poderá ser considerada a inexecução parcial do objeto, caso a CONTRATADA atinja percentual de desconto igual ou superior a 8%, pelo período de 3 meses subsequentes ou 10 meses dentro do período da vigência contratual.

1.13. IMR para Análise Geral do Serviço

ANÁLISE GERAL DA CONTRATADA	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir as condições operacionais perfeitas do contrato, da mão de obra e da prestação do serviço de maneira adequada.
Meta a cumprir	Não realizar nenhuma das infrações relacionadas abaixo.

Instrumento de Medição	Solicitação e diligência realizada pelo fiscal do contrato junto ao preposto, em documento escrito e/ou Requisições de Serviços (RS) do sistema DiracWeb ou outra ferramenta a ser implantada.
Forma de acompanhamento	Análise da resposta dessa de solicitação do fiscal do contrato entregue pelo preposto do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo de cada rotina	Cada irregularidade verificada/apontada na tabela "A" equivale a determinado um grau. A gravidade e a recorrência verificadas indicará desconto na fatura da CONTRATADA. A glosa (descontos) desse indicador será aplicada sobre o valor da fatura mensal do contrato, descontados os valores dos serviços técnicos. A glosa máxima a ser aplicada no item será de até 10% do valor da fatura.
Início da Vigência	Da data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste de pagamento	Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a administração aplicará glosas pelo serviço deficitário, conforme a graduação estabelecida na Tabela B - IMR

TABELA A			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por posto
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
10	Retirar das dependências da Fiocruz quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por ocorrência

12	Fornecer relatório gerencial faltando informação, com informação incorreta ou com ausência de qualquer filtro.	2	Por item e por ocorrência
13	Cobrança por serviços não prestados	2	Por ocorrência
14	Atraso na entrega de materiais, conforme prazos estabelecidos nos SLAs de serviços rotineiros e emergenciais.	1	Por ocorrência e por dia
15	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por funcionário e por dia
16	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
17	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
18	Deixar de cumprir qualquer prazo estabelecido pelo Termo de Referência ou determinado pela Fiscalização.	1	Por ocorrência e por dia
19	Deixar de cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
20	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	2	Por ocorrência
21	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos e/ou afastados por qualquer motivo.	2	Por ocorrência e por dia.
22	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	2	Por dia e por ocorrência
23	Deixar de entregar o uniforme aos funcionários a cada 12 (doze) meses.	1	Por dia
24	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência e por dia
25	Deixar de creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade ou região metropolitana da prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
26	Deixar de entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação de medição exigida no Termo de Referência.	1	Por ocorrência e por dia
27	Deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação de medição exigida no Termo de Referência.	1	Por ocorrência e por dia
28	Deixar de zelar pelas instalações e patrimônio público da Fiocruz.	3	Por ocorrência
29	Deixar de fornecer EPIs, quando exigido conforme a natureza do serviço, ou deixar de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por ocorrência

30	Deixar de falta não justificada de colaborador.	1	Por ocorrência e por dia
31	Deixar de atraso não justificado dos colaboradores.	1	Para cada 10 horas de atraso no mês
32	Deixar de atender os serviços de manutenção por falta de logística de pessoas e/ou equipamentos.	1	Por ocorrência e por dia
33	Avaliação de serviço negatizada, não justificada.	2	Por ocorrência
34	89% a 80% de serviços executados no mês	10	Por ocorrência (mensal)
35	79% a 70% de serviços executados no mês	15	Por ocorrência (mensal)
36	69% a 60% de serviços executados no mês	20	Por ocorrência (mensal)
37	59% a 50% de serviços executados no mês	25	Por ocorrência (mensal)
38	Abaixo de 50% de serviços executados no mês	50	Por ocorrência (mensal)

TABELA B – IMR		
DE	ATÉ	% A DEDUZIR
0	5	0,00%
6	10	1,00%
11	15	2,00%
16	20	3,00%
21	25	4,00%
26	40	5,00%
41	45	6,00%
46	50	8,00%
51		10,00%